

**Universidades Lusíada**

Nascimento, Ivo de Castro, 1989-

**As operações SAAL e os novos percursos da  
arquitetura portuguesa : o bairro dos "Índios da  
Meia-Praia"**

<http://hdl.handle.net/11067/2449>

**Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2016-06-02
<b>Resumo</b>	O processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, trouxe-nos aquele que foi o maior e mais notável movimento social em Portugal: o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL. Um movimento inédito em Portugal que contou com a participação direta dos cidadãos e que nos trouxe algumas obras notáveis, quer no sentido arquitectónico, quer no aspecto social, de uma “arquitetura sem pedigree”, “vernacular, [...] indígena, rural [...]” (Rudofsky, 2010, p. 511), que nos proporcionou uma visão mais a...
<b>Palavras Chave</b>	Habitação social - Portugal - Lagos, Arquitectura de habitação - Portugal - Lagos, Habitação social - Portugal - História, Planeamento urbano - História - Portugal, Meia Praia (Lagos, Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
<b>Tipo</b>	masterThesis
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-04T16:38:54Z com  
informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

**As operações SAAL e os novos percursos da arquitetura  
portuguesa: o bairro dos "Índios da Meia-Praia"**

**Realizado por:**

Ivo de Castro Nascimento

**Orientado por:**

Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha

**Assistente de orientação:**

Mestre Arqt. Nuno Miguel Pereira Coelho da Silva Seabra

**Constituição do Júri:**

Presidente:

Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio

Orientador:

Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha

Arguente:

Prof. Doutor Arqt. Fernando Manuel Domingues Hipólito

Dissertação aprovada em: 27 de Janeiro de 2015

Lisboa

2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

As operações SAAL  
e os novos percursos da arquitetura portuguesa:  
o bairro dos "Índios da Meia-Praia"

Ivo de Castro Nascimento

Lisboa

Julho 2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

As operações SAAL  
e os novos percursos da arquitetura portuguesa:  
o bairro dos "Índios da Meia-Praia"

Ivo de Castro Nascimento

Lisboa

Julho 2014





Ivo de Castro Nascimento

As operações SAAL  
e os novos percursos da arquitetura portuguesa:  
o bairro dos "Índios da Meia-Praia"

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e  
Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a  
obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de  
Oliveira Braizinha

Assistente de orientação: Mestre Arqt. Nuno Miguel  
Pereira Coelho da Silva Seabra

Lisboa

Julho 2014

## Ficha Técnica

**Autor** Ivo de Castro Nascimento  
**Orientador** Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha  
**Assistente de orientação** Mestre Arqt. Nuno Miguel Pereira Coelho da Silva Seabra  
**Título** As operações SAAL e os novos percursos da arquitetura portuguesa: o bairro dos "Índios da Meia-Praia"  
**Local** Lisboa  
**Ano** 2014

### Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

NASCIMENTO, Ivo de Castro, 1989-

As operações SAAL e os novos percursos da arquitetura portuguesa : o bairro dos "Índios da Meia-Praia" / Ivo de Castro Nascimento ; orientado por Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha, Nuno Miguel Pereira Coelho da Silva Seabra. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - BRAZINHA, Joaquim José Ferrão de Oliveira, 1944-

II - SEABRA, Nuno Miguel Pereira Coelho da Silva, 1972-

#### LCSH

1. Habitação social - Portugal - Lagos
2. Arquitetura de habitação - Portugal - Lagos
3. Habitação social - Portugal - História
4. Planeamento urbano - Portugal - História
5. Meia Praia (Lagos, Portugal) - Edifícios, estruturas, etc
6. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes - Teses
7. Teses - Portugal - Lisboa

1. Public housing - Portugal - Lagos
2. Architecture, Domestic - Portugal - Lagos
3. Public housing - Portugal - History
4. City planning - Portugal - History
5. Meia Praia (Lagos, Portugal) - Buildings, structures, etc.
6. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes - Dissertations
7. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

#### LCC

1. HD7288.78.P6 N37 2014

Dedicado à família mais chegada, sobretudo aos meus pais, pela paciência. Aos amigos, que tanto ajudaram, muitas vezes sem saber. Aos colegas e professores, em especial ao professor e amigo N. Miguel Seabra pelo apoio incondicional. Por último, à minha carismetade, Cláudia, pois sem ela nada disto seria possível.



## **APRESENTAÇÃO**

### **As Operações SAAL e os novos percursos da Arquitetura Portuguesa: O bairro dos “Índios da Meia-Praia”**

Ivo de Castro Nascimento

O processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, trouxe-nos aquele que foi o maior e mais notável movimento social em Portugal: o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL. Um movimento inédito em Portugal que contou com a participação direta dos cidadãos e que nos trouxe algumas obras notáveis, quer no sentido arquitectónico, quer no aspecto social, de uma “arquitetura sem pedigree”, “vernacular, [...] indígena, rural [...]” (Rudofsky, 2010, p. 511), que nos proporcionou uma visão mais alargada da arquitetura.

Com a chegada dos novos domínios da arquitetura, através do Modernismo, foram surgindo novas premissas para a promoção da construção pública, na tentativa de combater o problema da escassez e debilidade da habitação. Mas de que forma este novo modo de estar social realmente transformou as relações sociais e ajudou na melhoria das condições de vida dos milhares de cidadãos portugueses mal alojados? Como se desenvolveu esta transformação, ao longo de 40 anos, e de que forma se torna novamente tão atual, ao atravessarmos novamente uma época de instabilidade política económica e social?

Para dar resposta a tais questões, é feita a análise do caso específico do Bairro do Apeadeiro da Meia-Praia, em Lagos, mais conhecido por “Bairro 25 de Abril” e celebrizado por ser o lar dos “Índios da Meia-Praia”.

**Palavras-chave:** Modernismo, 25 de Abril, SAAL, Movimento, Social, Promoção, Construção, Pública, Habitação.



## **PRESENTATION**

### **As Operações SAAL e os novos percursos da Arquitetura Portuguesa: O bairro dos “Índios da Meia-Praia”**

Ivo de Castro Nascimento

The revolutionary process that followed April 25, brought us the one that was the largest and most remarkable social movement in Portugal: the Ambulatory Service of Local Support - SAAL. An unprecedented movement in Portugal that had the direct participation of citizens and that has brought some notable works, both in the architectural sense, either in the social aspect of an "architecture without pedigree", "vernacular, [...] indigenous, rural [...]" (Rudofsky, 2010, p. 511), which gave us a wider view of the architecture.

With the arrival of new fields of architecture, through Modernism, new premises were emerging for the promotion of public construction, in an attempt to fight the problem of housing shortages and weakness. But how did this new social mode of being truly transformed social relations and helped improving the living conditions of thousands of badly housed Portuguese citizens? How did this transformation has developed over 40 years, and how does it become as current again, as we pass through once more a time of economic, social and politic instability?

To address these issues, an analysis is made of the specific case of Bairro do Apeadeiro from Meia-Praia, Lagos, better known as “Bairro 25<sup>th</sup> of April” and made famous for being the home of the "Indians of Meia-Praia.

**Key Words:** Modernism, April 25, SAAL, Movement, Social, Promotion, Construction, Public, Housing.





## SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. Enquadramento ideológico-político, social, económico e cultural .....	15
2.1. Os novos percursos da arquitetura portuguesa – 2ª metade do séc. XX .....	17
2.2. A Promoção Pública em Portugal .....	37
3. 25 de Abril de 1974 – Nova forma de estar social.....	45
3.1. O Problema da Habitação.....	47
3.2. Operações SAAL – Nuno Portas e a “autoconstrução assistida” .....	57
4. Os “Índios da Meia-Praia” – Um projecto SAAL singular .....	77
4.1. Memórias do SAAL .....	79
4.2. Cultura Arquitectónica vs Cultura Profissional.....	86
4.3. Conteúdo social e político do SAAL.....	89
4.4. Bairro da Bouça de Siza Vieira enquanto matriz .....	91
4.5. Os “Novos Índios” .....	97
5. Projecto III – A cidade como paisagem em transformação .....	101
5.1. Planeamento – Novo modelo de desenvolvimento urbano .....	103
5.2. Nexo urbano – Vector social.....	115
5.3. Equipamento – A paisagem como património .....	117
6. Conclusão.....	121
7. Citações.....	123
8. Bibliografia.....	127
8.1. Sítios (sites) .....	129



## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) trouxe-nos uma infinidade de dados que a história esqueceu. Esta investigação trata de compreender, e conhecer, o maior e mais notável movimento social em Portugal através do acesso a documentação e testemunhos relevantes de pessoas que participaram, diretamente, no processo e de um arquiteto em particular que nos trouxe aquele que foi o projeto mais mediático do SAAL.

Estes dados permitiram-nos relembrar episódios esquecidos e, muitas vezes, mistificados. No entanto, importa referir que os objetivos da investigação se prendem com a compreensão, numa primeira fase, da chegada do Modernismo a Portugal, numa época de enorme instabilidade política, social e económica, assim como do consequente despoletar de novos percursos na arquitetura. Numa segunda fase, entender de que forma o nosso “modo de estar social”, proveniente da revolução de Abril, deu aso a uma simbiose de mobilização no campo das artes e como a democratização da discussão “nos” levou ao desenvolvimento da Promoção Pública.

Numa terceira fase, através deste percurso cronológico, o tema culmina no bairro dos “Índios da Meia-Praia”. Não pelo projeto em si, mas por tudo aquilo que representou e que hoje se esqueceu. Por não ser um projeto de “estrela”, ou de nome individual, mas sim uma arquitetura para “aquelas” pessoas. Pelo recurso inédito, em Portugal, à autoconstrução assistida e pelo enorme empenho dos principais intervenientes em incutir/desenvolver, por um lado, e absorver/compreender, por outro uma “Cultura Arquitectónica” inexistente na mente dos inúmeros habitantes de “bairros de lata” por todo o país.

Por último, através do estudo do Bairro da Bouça, de Álvaro Siza Vieira, tenta-se usá-lo como matriz para a Meia-Praia, por ter sido algo que falhou, na época, e que hoje prospera, quer pelas soluções arquitectónicas adotadas, pouco relevantes para a investigação, mas sobretudo pela importância da arquitetura de autor que detém nos dias de hoje e pelo esforço de manter um projeto que representa uma época e um dos movimentos sociais mais marcantes da história do nosso país.



## **2. ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO-POLÍTICO, SOCIAL, ECONÓMICO E CULTURAL**

Neste primeiro capítulo será feito o relato cronológico sobre as últimas décadas que antecederam o 25 de Abril. Será abordado todo o enquadramento histórico, económico e social que levou o país à Revolução, com especial enfoque para os problemas sociais de habitação que se viviam, e que se tornam cada vez mais atuais nos dias de hoje.

Com base no tema da Habitação, tentar-se-á compreender a influência que o Movimento Moderno teve para a arquitetura português, de que forma a transportou para novos percursos que, por sua vez, a levaram a desenvolver novos conceitos de habitação, numa época onde, “[...] pela primeira vez, são os problemas do contexto social e económico da produção de arquitectura que tomam o primeiro plano [...]” (Portas, 2008, p. 198)

Numa segunda fase deste capítulo, serão referidas as primeiras obras de promoção pública em grande escala, tentando compreender de que modo estas experiências foram cimentando ou diluindo o novo pensamento modernista em Portugal. Serão mencionados, também, os principais protagonistas destas mesmas obras e planos, com o intuito de dar a conhecer o seu papel nesta fase experimental e conceptualmente dúbia da arquitetura portuguesa.

Feita esta pesquisa, a última fase deste capítulo contemplará a reflexão sobre todos estes acontecimentos com o objectivo de identificar os agentes propulsores da criação do SAAL. O que de positivo e, sobretudo, de negativo se criou, se fez ou se pensou de modo a torná-lo possível ou, por outro lado, a criar o cenário perfeito para o mesmo.



## 2.1. OS NOVOS PERCURSOS DA ARQUITETURA PORTUGUESA – 2ª METADE DO SÉC. XX

Desde o ano de 1929 que se começava a sentir a crise na Arquitetura Moderna, consequência do crash<sup>1</sup> da bolsa, nesse mesmo ano, que provocara uma enorme carência de meios para a construção de grandes estruturas. Tal acontecimento teve consequências, a longo prazo, em todo o mundo e desde então que “[...] a ideologia arquitectónica sente esvaír os seus próprios desígnios, subvertendo-se em realidade e buscando ansiosamente um valor operativo” (Bandeirinha, 2011, p. 21).

Após a adopção de “[...] novas utopias urbanas supertecnologias que se assumiam como tentativas de redimensionar morfologicamente a cidade e o território [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 21), este novo “valor operativo” ganha forma através de situações de reivindicação urbana emergentes, criadas pela vontade de trabalhar para o povo/habitante e de lhe dar voz, através da sua “humanização”. Começava-se, então, a observar a elaboração de planos segundo um objecto disciplinar mais focado para a problemática da Sociologia, das ciências económicas e da antropologia.

“Com efeito, o crescente reconhecimento das múltiplas necessidades de um “cliente” cada vez mais plural e diferenciado e a consciência das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social conduziam o corpo disciplinar da Arquitetura em direcção a um campo de referências mais vocacionado para a compreensão das relações entre o meio ambiente e o comportamento.” (Bandeirinha, 2011, p. 22)

Via-se, então, a teoria da Arquitetura a entrar por domínios nunca antes tentados, domínios do conhecimento científico, que garantiam coerência à relação entre Arquitetura e Arqueologia, Psicologia, Sociologia e, até, Antropologia, embora esta última em menor escala, o que “[...] constituiu um marco inequívoco na forma de encarar o método de projeto e das premissas que lhe são inerentes [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 22).

O enfoque da Arquitetura para os seus destinatários foi, cada vez mais, reforçado por vários estudos e reflexões feitos durante os anos 70 do século XX, sempre com o intuito crítico em relação à “[...] superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno<sup>2</sup> [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 23). De tal forma que o uso das

---

<sup>1</sup> Quinta-Feira Negra (24 de Outubro de 1929), também conhecido como Grande Quebra ou Quebra do Mercado de Ações de 1929, foi o *crash* do mercado de ações mais devastador na história dos Estados Unidos, levando em consideração a extensão e a duração das suas consequências. O *crash* marcou o início de 12 anos da Grande Depressão, que afetou todos os países ocidentais industrializados.

<sup>2</sup> O chamado “movimento moderno” na arquitectura formou-se a consolidou-se, finalmente, entre o pós-



disciplinas comportamentais se tornou, efetivamente, mais frequente, como ferramenta para a melhor compreensão das necessidades e aspirações mais específicas dos utentes, assim como da sua influência, participação e importância na própria concepção do projeto.

O primeiro exemplo de participação direta dos utentes, em Portugal, data de meados dos anos 50 do séc. XX. Experiência essa que ficara a cargo de Nuno Teotónio Pereira<sup>3</sup> e Bartolomeu Costa Cabral<sup>4</sup>, criada para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses<sup>5</sup> (AIL), onde se pretendia a promoção do “inquilinato cooperador”, que

---

guerra e a data charneira de 1927. Os seus núcleos polarizadores situavam-se no triângulo Alemanha-França-Holanda, confirmando a capacidade de integração cultural e dinâmica das vanguardas artísticas da Europa central. Como sucedeu ao longo de todo o anterior processo de influências, o “descontexto” nacional em relação à Europa industrializada ditou uma absorção tardia destas descobertas, e sobretudo uma atitude algo superficial e eclética na sua aplicação e compreensão. O fundo real das razões do “moderno” escapava-nos [...] mas algum gosto atávico (e compensador) pela novidade, um esforço geracional de atualização cultural e sobretudo uma situação política novamente estável e apta para um arranque no campo da construção implicaram logo em 1929-30 um surto de construção de edifícios, de novos projectos, exposições e concursos públicos onde se aliavam construtores privados e obras públicas estatais (Fernandes, 2005, p. 63)

<sup>3</sup> Nuno Teotónio Pereira nasceu em Lisboa, em 1922. Diplomado em Arquitetura pela Escola de Belas Artes de Lisboa em 1949, formou o seu primeiro *atelier* com Chorão Ramalho, Alzina de Menezes e Manuel Tainha. Antes ainda tinha sido admitido na Federação de Caixas de Previdência, no âmbito dos projetos de habitação económica, campo em que acumulou uma vasta experiência. É em 1957 que o *atelier* se instala na Rua da Alegria, em Lisboa, iniciando uma atividade que constitui um caso singular no panorama da arquitetura portuguesa pela pluralidade e importância das coautorias, que, em alguns casos, chegam a ser preponderantes. Estão neste caso em primeiro lugar, Nuno Portas, de 1957 a 1974, e Pedro Viana Botelho, nos últimos 25 anos. E ainda Bartolomeu Costa Cabral, Pedro Vieira de Almeida, Gonçalo Byrne, Duarte Nuno Simões e João Paciência, que, com muitos outros profissionais, construíram ao longo de cinco décadas a reputação do escritório. Em 1973 é preso em Caxias pela PIDE, sendo libertado na sequência da revolução de Abril de 1974. A sua obra foi distinguida várias vezes, ganhando vários prémios ao longo da sua vida. Em 2003 foi doutorado “Honoris Causa” pela Universidade do Porto e atualmente vive e trabalha em Lisboa (Vaz Milheiro, Fiúza, Coelho, & Cardim, 2009, p.132).

<sup>4</sup> Bartolomeu Costa Cabral diplomou-se na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1957, onde exerceu atividade docente (1968-1970). Estagiou por diversas vezes em Portugal e no estrangeiro. Iniciou atividade em 1956 no Gabinete de Urbanização do Plano Diretor de Lisboa, até 1959, e foi colaborador no ateliê de Nuno Teotónio Pereira entre 1950 e 1958. Foi arquiteto da Federação de Caixas de Previdência/habitações económicas (1960-1963), trabalhou em associação com Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas (1958-1962), foi associado no gabinete de Planeamento e Arquitetura (1969-1996) e tem ateliê pessoal desde 1973. No seu ateliê pessoal ou em associação com outros colegas, trabalhou em planeamento e desenvolveu inúmeros projetos de arquitetura, com particular incidência nos domínios da habitação e do ensino. Foi membro da Direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos (1960-1965) e integrou a Direção da Secção Portuguesa da União Internacional de Arquitetos. Venceu o 2º Prémio no Concurso limitado *Estudo recuperação da zona costeira entre Boca do Inferno e Miradouro da Guia* (1985), o Prémio anual de Arquitetura Raul Lino, o 2º Prémio de Arquitetura, II Exposição de Artes Plásticas da Fundação Calouste Gulbenkian, 1961 (em associação com Nuno Teotónio Pereira). Foi-lhe atribuída uma Menção Honrosa no Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura em 2009. Em 2011 a Ordem dos Arquitetos realizou uma Homenagem a Bartolomeu Costa Cabral por ocasião do dia Nacional do Arquiteto (Silva, Pereira, Matos, & Cabral, 2005, pp. 287-289).

<sup>5</sup> A Associação dos Inquilinos Lisbonenses é uma cooperativa do ramo de serviços com o objectivo de intervir nas questões de habitação. Podem ser associados (cooperadores), além dos inquilinos individuais ou outros, também todos quantos sejam condóminos e condomínios. Associando condóminos e condomínios a Associação dos Inquilinos Lisbonenses está vocacionada para tratar de todas as questões que dizem respeito aos condomínios, designadamente apoiar ou efetuar a respectiva administração. Para o efeito a AIL montou e estruturou um serviço dedicado exclusivamente à administração de condomínios, dotado de pessoal e meios próprios, podendo também assessorar o administrador do condomínio.

consistia no “[...] compromisso entre o inquilinato simples e o acesso direto à propriedade, os cooperantes não viriam a ser proprietários das habitações, mas sim inquilinos da entidade cooperativa que as promovia e construía.” (Bandeirinha, 2011, p. 63).

Mais tarde, de 30 de Março a 7 de Abril de 1957, foi criada uma exposição, a cargo da AIL, com o intuito de divulgar o sucesso da “solução cooperativa na habitação” e de ampliar o seu alcance. Esta acabou por ter bastante visibilidade, apesar de ter sido “[...] profundamente difundida pelos os meios de comunicação da época [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 63), pois não só se fizeram as apresentações do dito projeto, mas também houve lugar para um ciclo de conferências, já tradição da AIL, sobre “O que é a casa”. Questão pertinente para o próprio projeto que, pela sua inovação na morfologia e funcionamento das habitações, com a “introdução de um novo conceito — a sala de estar —, onde a família reunia” (Bandeirinha, 2011, p. 64), acabou por sofrer críticas nesse aspecto, devido à mentalidade e costumes ainda muito fechados dos utentes por não haver um espaço que “[...] só servia para receber as visitas” (Bandeirinha, 2011, p. 64).

“De registar, também, será a constatação de que os usos anteriores e os hábitos consolidados em torno de ancestrais códigos, semânticos e culturais, de fruição e de utilização condicionam de sobremaneira a resposta e põem os inquiridos em guarda contra qualquer tentativa de alteração, por muito racional e eficaz que seja.” (Bandeirinha, 2011, p. 65)

Quaisquer mudanças, quer de uso de habitação, quer de alteração do uso da cidade, requerem tempo de adaptação, não são alterações imediatas nem podem ser testadas ou pensadas nesse sentido. Pois tal processo requer sempre a adaptação dos hábitos e costumes dos utentes, e tal só se adquire segundo um “[...] processo lento e imperceptível de aquisição de novos hábitos, de novas vivências.” (Bandeirinha, 2011, p. 65).

Já em 1960, realizava-se um Colóquio focado na problemática da habitação, a cargo do Sindicato Nacional dos Arquitetos. De salientar os temas mais discutidos, como os “Aspectos sociais na construção do habitat” ou os “Problemas da célula familiar”. Após as apresentações de vários arquitetos portugueses, um deles Nuno Portas<sup>6</sup>, e

---

<sup>6</sup> Nuno Rodrigo Martins Portas, reputado arquiteto, professor e urbanista, nasceu em S. Bartolomeu, Vila Viçosa, a 23 de Setembro de 1934. Obteve o seu diploma de Arquiteto na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1959. Ainda em 1958 integrou a “comissão directiva” da revista “Arquitectura” na qual, com os seus artigos de crítica e divulgação da arquitetura nacional e internacional, lhe atribuíram o Prémio

estrangeiros, destacam-se algumas conclusões importantes retiradas deste colóquio, tal como “[...] a necessidade de constituição de uma “Secção de Problemas Psico-sociológicos do ‘Habitat’” e de um “Instituto de Habitação e Urbanismo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 65). Assim como evitar que limitações de ordem financeira pudessem limitar as classes mais desfavorecidas, ao ponto de “[...] justificar uma programação abaixo dos ‘limites críticos’ da habitabilidade [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 65). A habitação devia ser pensada como um problema social, onde os “grupos humanos” pudessem exprimir as suas exigências programáticas particulares, para que os equipamentos fossem projetados segundo as mesmas.

Ainda nos anos 60, são feitas operações de realojamento, na zona do Vale de Alcântara, por forma a desobstruir o mesmo para a construção da ponte sobre o Tejo. Com a finalidade assumida de “limpar” a imagem da cidade, paisagisticamente falando, estas operações eram intituladas de operações de “saneamento”, e ganhavam urgência à medida que a inauguração da ponte se aproximava. Ao ponto de todo o Casal Ventoso, que havia “sobrado” das demolições, ter sido “[...] todo caiado de branco pelas brigadas da Câmara Municipal [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66). A urgência da execução destas operações resulta em realojamentos “[...]”

---

Gulbenkian de Crítica de Arte em 1963. Entre 1957 e 1974 partilhou com Nuno Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral, Pedro Vieira de Almeida, Pedro Botelho, entre outros, o Atelier da Rua da Alegria, em Lisboa. Foi com o projeto para o Bairro dos Olivais (1957-1968) que deu o salto para a escala do desenho urbano e da habitação colectiva, com o qual viria a ganhar, juntamente com Teotónio Pereira, o primeiro Prémio Valmor atribuído a edifícios de habitação social. Após o 25 de Abril, no cargo de Secretário de estado da Habitação e Urbanismo dos três primeiros Governos Provisórios (1974-1975) divulgou e promoveu o desenvolvimento de cooperativas de habitação e da formação de gabinetes de apoio local em zonas históricas. No entanto, foi o “polémico” Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL, que mais marcou a sua passagem pelo Governo. Já no início dos anos 80, foi consultor de vários planos de ordenamento urbanístico em Portugal e, em 1990, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Gaia, ficando responsável pelo Plano Director de pelouro do Urbanismo. Coordenou o Plano para o Campus da Universidade de Aveiro (1990-2000) e de uma primeira versão para o Plano Geral da Expo’98 (1993-94). Foi coordenador de várias obras de Planeamento, Planeamento Estratégico e de Planos de Ordenamento em vários países estrangeiros, consultor das Nações Unidas e, mais tarde, da União Europeia, nas áreas da Urbanística e da Investigação Científica. Fundou e preside, até ao momento, a Associação European Portugal, em 1997. No plano da educação, foi docente de Projecto na ESBAL (1965-1971), ingressou o corpo docente da ESBAP em 1983 e colaborou na origem da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – FAUP, cujo Centro de Estudos dirige desde 1984. Ainda na FAUP, fundou e dirigiu o Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, foi eleito, em 1994, presidente do Conselho Científico, que presidiu até 2005, data da sua jubilação e, atualmente, mantém o cargo de Professor Catedrático, desde 1989. Tornou-se Doutor Honoris Causa pela Universidade de Aveiro, em 1998, e foi-lhe atribuída a Laurea ad Honorem em Planificação Territorial, Urbanística e Ambiental, em 2005, pelo reitor da Faculdade de Arquitectura e Sociedade do Politécnico de Milão. Ao longo dos anos, tem vindo a produzir numerosos textos e intervenções com confirmada relevância em várias publicações nacionais e internacionais. Em 2004 foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique pelo presidente da República Jorge Sampaio e em 2005 venceu aquele que foi o primeiro Prémio Sir Patrick Abercrombie de Urbanismo da União Internacional de Arquitectos (UIA) atribuído a um arquiteto português (Portas, 2005, pp. 307, 308, 309).

apressadamente executados e mal planeados [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66). Realidade esta que se agrava com a passividade das populações afectadas, consequência do “[...] silêncio imposto aos meios de comunicação social [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66), que se encontravam incapazes de mostrar a realidade de toda a operação. Enquanto que, no Porto, é previsto um programa de realojamento para os habitantes das “ilhas” do centro da cidade. Este Plano de Melhoramentos, “[...] instituído pelo Decreto-Lei 40616, de 28 de Maio de 1956 [...], previa a execução de um programa, co-financiado pelo Estado e pela Câmara Municipal, de construção de cerca de seis mil fogos” (Bandeirinha, 2011, p. 98). Para o efeito, foi solicitado pelo Presidente da Câmara do Porto “um urbanista de categoria indiscutível” ao Diretor Geral do Urbanismo, da Habitação e da Construção de Paris. Que indicou “o urbanista francês Robert Auzelle que elaborou um plano de distribuição das inserções habitacionais periféricas para os bairros de realojamento” (Bandeirinha, 2011, p. 99). Em 1960, nos bairros do Bom Sucesso, Pio XII, Carvalhido, Pasteleira e Outeiro, estavam construídos 1357 fogos e outros 702 estavam previstos para a construção nos bairros de Agra do Amial, Carriçal, Fernão de Magalhães e S. Roque da Lameira.

Em 1965, Nuno Teotónio Pereira publica um texto onde defende que é impossível criar uma política de habitação eficaz, sem antes garantir “[...] a colaboração de representantes dos utentes de todos os sectores [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66).

Após este cenário, Nuno Teotónio Pereira decide escrever um folheto clandestino onde revela um enorme conhecimento das “[...] condições desumanas da operação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66) e um empenhamento enorme para a divulgação das mesmas. Indo para além da evidente crítica na execução técnica, levanta as “[...] questões das pessoas que habitam a cidade [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66), assumindo-as como questões urbanas mais relevantes a ter em conta nas operações de realojamento. O seu envolvimento nestes processos continuou e teve um papel fundamental, quer como cofundador quer como mero participante, nos colóquios da AIL. O primeiro, em 1967, sobre o problema da habitação e o segundo, em 1969, no Funchal, no qual “[...] disserta sobre as inaproveitadas possibilidades de resolução do problema da habitação” (Bandeirinha, 2011, p. 66). Tomando como exemplo os programas habitacionais de Alvalade e Olivais em Lisboa e o Plano de Melhoramentos no Porto, e interpretando-os como sendo “[...] sucessivas experiências nacionais no âmbito da promoção pública de habitação em grande escala [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 66), defende ser impossível o sucesso de “programas habitacionais integrados

eficazes” sem a coordenação de “[...] uma instituição centralizadora” (Bandeirinha, 2011, p. 66), neste caso, o Instituto Nacional de Habitação (INH).

De retirar algumas palavras mais significantes de N. Teotónio Pereira, onde diz que se devia “[...] construir, não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados” (Bandeirinha, 2011, p. 67), e onde refere o público alvo para o qual se deve construir: os “[...] mal alojados, mantidos à margem do meio urbano que os atraiu; sem recursos para obter uma habitação adequada dentro dos esquemas convencionais” (Bandeirinha, 2011, p. 67). Concluindo que a habitação é um “sintoma social” e não um “problema parcial”. Um processo incapaz de ser resolvido com a construção de casas e bairros, muito pelo contrário, é um processo complexo e vasto, que necessitava de uma atuação mais abrangente, com maior alcance, de reivindicação para a criação de uma “política concertada”, que permitisse “[...] forjar os instrumentos necessários à resolução dos problemas que o concernem” (Bandeirinha, 2011, p. 67). Ainda que num campo muito vasto e genérico, fala no “[...] incentivo ao empenhamento “popular”” (Bandeirinha, 2011, p. 67), em detrimento das soluções autoritárias do governo, por forma a possibilitar a assistência dos processos clandestinos de construção, de forma a que estes pudessem ser assistidos tecnicamente, no planeamento de urbano e de equipamento, e permitissem, assim, “[...] que a dinâmica própria desses mercados paralelos viesse a ser adequada por uma actuação correcta de programação, planeamento e projecto, a montante da dinâmica “natural” da construção de fogos” (Bandeirinha, 2011, p. 67). Estas propostas de “auto-construção assistida” começavam, assim, a ser anunciadas por N. Teotónio Pereira e, mais tarde, viriam a assumir uma importância relevante a nível institucional no Colóquio sobre Política de Habitação, do Ministério das Obras Públicas.

Entre os anos de 1965 a 67, surgia o Plano Intercalar de Fomento<sup>7</sup>. Este plano visava a preocupação com o planeamento regional e com uma distribuição mais equitativa do

---

<sup>7</sup> A política de autarcia empreendida pelo Estado Novo não atingiu os seus objetivos. Quando os países que tradicionalmente nos forneciam se envolveram na guerra, os abastecimentos tornaram-se precários e espalhou-se a penúria e a carência. Assim, logo em 1945, a Lei do Fomento e Reorganização Industrial estabelece as linhas mestras da política industrializadora dos anos seguintes, considerando que o seu objetivo final é a substituição das importações. O nosso país assinou, em 1948, o pacto fundador da OECE e, embora tenhamos beneficiado em pouco, a participação na OECE reforçou a necessidade de um planeamento económico, conduzindo à elaboração dos Planos de Fomento que, a partir de 1953, caracterizam a política de desenvolvimento do Estado Novo. O I Plano de Fomento prevê um conjunto de investimentos públicos de cerca de 7,5 milhões de contos a distribuiu por vários sectores, com prioridade para a criação de infraestruturas (eletricidade, transportes e comunicações). No II Plano alarga-se o montante investido para 21 milhões de contos e elege-se a indústria transformadora de base como sector a privilegiar (siderurgia, refinação de petróleo, adubos, químicos, celulose, etc). Os anos 60 trouxeram, porém, alterações significativas à política económica portuguesa. No decurso do II Plano, o nosso país

rendimento. Ao mesmo tempo que começava a despertar a necessidade de liberalização do comércio externo e das empresas enfrentarem a concorrência externa, na “[...] tentativa de integrar uma visão de conjunto da economia e da sociedade” (Bandeirinha, 2011, p. 69). Algo inédito na história dos processos de planeamento económico do Estado Novo.

Tal iniciativa funcionou como solução de recurso para os problemas emergentes, consequentes de factores como a guerra colonial, a crescente emigração e a abertura dos mercados. Sendo necessário, da parte do Estado Novo, encontrar um “[...] instrumento que veiculasse estratégias, que agregasse deliberações e que reequilibrasse as várias tendências no seu seio” (Bandeirinha, 2011, p. 69).

Para além dos problemas já referidos, o Plano Intercalar do Fomento deparava-se também com “[...] outras preocupações de natureza social [...]”, neste caso, “[...] a questão da promoção de habitação” (Bandeirinha, 2011, p. 69).

A iniciativa privada sofre duras críticas, sobretudo as de prolongar “[...] o atraso da indústria da construção” e agravar “a carência de equipamentos.” (Bandeirinha, 2011, p. 69). Sendo apontados fundamentos para a sua ineficácia, como “a especulação com o valor do solo; a produção preferencial de habitações de alto custo; e a descoordenação produtiva urbanística;” (Bandeirinha, 2011, p. 69).

Nos anos 1968 a 1973, era criado o III Plano de Fomento<sup>8</sup>. Este trouxe um modo mais operativo de superar o insucesso anterior, pois veio-se a descobrir que “[...] as metas propostas pelo seu antecedente não foram cumpridas” (Bandeirinha, 2011, p. 69), muito devido, segundo este novo Plano, a problemas ligados com o impedimento fundiário. Ainda que fosse praticamente impossível passar despercebido aos “[...] meios mais retrógrados do regime” (Bandeirinha, 2011, p. 69), eram propostas mais facilidades na construção, assim como a inibição da especulação sobre o valor dos

---

viria a integrar-se na economia europeia e mundial: em janeiro de 1960, Portugal torna-se um dos países fundadores da EFTA – associação europeia de comércio livre –, ainda no mesmo ano, 2 decretos de lei aprovam o acordo do BIRD e do FMI; em 1962 assina-se, em Genebra, o protocolo do GATT. A adesão a estas organizações marca a inversão na política da autarcia do Estado Novo. O Plano Intercalar de Fomento enfatiza já as exigências da concorrência externa inerente aos acordos assinados, e a necessidade de rever o condicionamento industrial. O grande ciclo salazarista aproximava-se do fim (AAP, 1964, pp. 207-213).

<sup>8</sup> Em 1968, a nomeação de Marcello Caetano para o cargo de presidente do conselho inaugura, com o III Plano de Fomento, uma orientação completamente nova. Esta política conduziu à consolidação dos grandes grupos económico-financeiros e ao acelerar do crescimento nacional, que atingiu, então, o seu pico. No entanto, o País continuou a sentir as exigências da guerra colonial e o seu enorme atraso face à Europa desenvolvida (Guimarães, Ayala, Machado, & António, 2010).

solos, defendendo a sua estabilização, e uma maior eficácia processual, que poderia passar “[...] pela revisão dos procedimentos legais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 69) para, assim, aumentar a probabilidade de sucesso na concretização do plano.

Apesar de “[...] conferir alguma frontalidade ao modo de encarar o problema [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 69), o III Plano de Fomento não passou disso mesmo. E logo em 1968, assiste-se à queda de cerca de 50% dos planos previstos, muito devido à carência de “[...] uma actuação mais frontal e voluntariosa [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 69).

Ainda assim, conseguiu fazer perceber que “[...] se iam consolidando algumas posições mais modernizantes do aparelho de Estado” (Bandeirinha, 2011, p. 70). Algo que também viria a acontecer ao longo dos anos 60, com a crescente “[...] urgência de uma solução mais sistemática [...]” para as “[...] principais contradições do sistema político [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 70), da parte dos organismos de Estado relacionados com a habitação, que contratavam jovens técnicos que viriam a desenvolver “[...] vários trabalhos de âmbito analítico, de sistematização metodológica, ou, mesmo, de projecto [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 70) e que viriam, ao mesmo tempo, a dinamizar “[...] alguns núcleos informais de formação e especialização [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 70), mais apelativos pela sua característica mais operativa e fora do âmbito das Universidades.

Embora houvesse esta necessidade de recrutar jovens técnicos, com a finalidade de modernizar o aparelho de Estado, era, também, necessário, por parte do novo chefe do governo, Marcelo Caetano, o apoio “[...] de uma geração de tecnocratas recrutados das fileiras dos grandes grupos económicos e nas universidades, para contrabalançar o peso das fracções mais retrógradas, impossível de anular devido ao próprio consenso necessário à sua nomeação” (Bandeirinha, 2011, p. 70).

E eis que surge o Colóquio sobre Política de Habitação, entre 30 de junho e 5 de julho de 1969. Iniciativa do Ministério das Obras Públicas que, como se pode perceber, o promove “[...] à luz desta conjuntura [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 70).

Este colóquio foi de extrema importância, quer pela sua influência na “[...] evolução das atitudes face ao problema da habitação em Portugal [...]”, quer para a percepção da necessidade imperiosa de, naquela época, “[...] estabelecer um conjunto de medidas [...]” que se pudessem “[...] erigir como uma estratégia integrada para a

resolução dos problemas [...]” que giravam “ [...] em torno da habitação, da construção civil e da promoção imobiliária” (Bandeirinha, 2011, p. 70). Apesar de tais necessidades se encontrarem já patentes nos Planos de Fomento anteriores ao mesmo.

Apesar do seu sucesso, este acabaria por ser relativo, despertando algumas críticas. Mais concretamente de Nuno Teotónio Pereira, que elaborou um texto clandestino, em Setembro de 1969, ou seja, no “rescaldo do Colóquio”, “no qual tecia críticas firmes e um comentário céptico e estruturado a tudo o quanto aí se passou” (Bandeirinha, 2011, p. 83). Fazendo ver que “toda a esperança na “Primavera Marcelista”, que uma certa vanguarda tomara como bandeira, [...] tinha o seu reverso” (Bandeirinha, 2011, p. 83). Um reverso que considerava que toda a ambição e vontade dedicada ao colóquio não passava de uma forma de “manter a opinião pública passiva”, por meios mais discretos ou camuflados, “delegando a solução dos seus problemas [...] num escol de técnicos sabedores e arejados” (Bandeirinha, 2011, p. 84).

Mas nem só de críticas se constituía este texto. Pois N. Teotónio, apesar de acrescentar que o colóquio tinha o objectivo de convencer os técnicos de que “estavam criadas as condições para se sair do imobilismo”, e de deixar a falsa crença de que poderiam cumprir e dominar o intuito final do “direito a uma imagem prospectiva da sociedade portuguesa”; acrescenta que o colóquio contribuiu para que algumas coisas pudessem ser mudadas.

Demonstra ser possível “romper as estruturas socioeconómicas” mais arcaicas, através de um “neocapitalismo balbuciante”, “e aponta [...] a questão habitacional como terreno privilegiado para a dinâmica capitalista se afirmar” (Bandeirinha, 2011, p. 84). Sendo esta, segundo o mesmo, “a única réstia de esperança para que os resultados do colóquio do Ministério das Obras Públicas produzissem alguns efeitos” (Bandeirinha, 2011, p. 84).

Sempre centrado na questão da “reforma do sistema capitalista”, em detrimento da “construção da sociedade socialista”, apresenta duas soluções fundamentais para a “resolução da questão da habitação”, sem as quais não seria possível. A primeira centra-se “na participação no poder económico e no poder político das grandes massas de trabalhadores”, e a segunda baseia-se “na socialização do solo, dos recursos financeiros e dos meios de produção” (Bandeirinha, 2011, p. 84).



A reação à situação habitacional, em Portugal, não se prendia com Colóquios, nem era “uma atitude exclusiva do âmbito para-governamental”. Embora ainda houvesse a convicção de que só com a queda do Regime é que se viriam a resolver “a maior parte das anomalias, de ordem económico-social”, continuava-se a trabalhar na “discussão de alternativas possíveis e reformadoras” (Bandeirinha, 2011, p. 84).

Ainda antes do Colóquio, mais precisamente em Maio de 1969, já se tinha realizado o II Congresso Republicano de Aveiro. Neste foram apresentadas “[...] algumas teses sobre o problema habitacional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 85), destacando-se “As casas dos trabalhadores nos centros urbanos”, de Virgínia de Moura e Lobão Vital. Nesta, os autores analisam a situação do país, com a “[...] dramática conclusão das miseráveis condições do alojamento” (Bandeirinha, 2011, p. 85). Criticam o Plano de Melhoramentos<sup>9</sup>, que visava a construção dos “[...] bairros camarários periféricos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 85), para realojar os habitantes das “ilhas”, no centro do Porto. E defendem que:

“[...] qualquer possibilidade de solução teria de passar por ouvir primeiro as populações carenciadas “através de amplos debates públicos”, uma vez que “só através da intervenção do Povo nos problemas fundamentais da Nação, poderão ser programados os princípios básicos de uma solução eficaz, que corresponda às necessidades do País”. (Bandeirinha, 2011).

Ainda que, obviamente, qualquer tipo de resolução deste género teria que passar, forçosamente, pela “[...] qualificação técnica dos projectos e implantações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 85).

Outra tese, intitulada “Habitação – Problema Social”, de Eduardo Ribeiro, apresentava “[...] um cunho mais técnico [...]” e “[...] mais reformista”. Definindo “[...] a família como unidade de consumo e a habitação como um bem [...]”, apesar de, pelo seu carácter social, não poder ser encarado “[...] como um negócio [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 85). Critica, após uma análise e consequente noção da “[...] tragédia social que a dimensão do problema representa [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 85), o papel dos organismos estatais que “[...] tutelam ou participam no planeamento, na construção e no financiamento da habitação” (Bandeirinha, 2011, p. 85). Acusando, para além da

---

<sup>9</sup> O Plano de Melhoramentos havia sido instituído pelo Decreto Lei nº.40 616 de 28 de Maio de 1956, que patenteava agora os seus resultados práticos. Foi criado pelo ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira em Maio de 1956. O objectivo propagandeado e em certa parte conseguido foi o da melhoria das condições de vida dos Portuenses que habitavam nas ilhas. Para tal, uma grande parte das Ilhas foi demolida e os seus habitantes foram redistribuídos por 6072 habitações em cerca de 16 novos bairros sociais, construídos de raiz para o efeito, na periferia. (Figueiredo, 2010)

quantidade, a sua atitude dispersa e descoordenada. Declara, também, essencial “[...] a resolução da questão do solo [...]”, assim como “[...] a racionalização do sector da construção civil [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 86) para a evolução desejada.

Em princípios de Dezembro de 1969, é realizado, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, o Encontro Nacional de Arquitectos<sup>10</sup> (ENA). Num cenário de “[...] possível abertura que a ascensão de Marcelo Caetano ao poder parecia querer propiciar [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 86), este encontro tinha o propósito de “[...] aproveitar o ambiente geral de [...] ‘debate de alguns dos grandes problemas nacionais [...]’ (Bandeirinha, 2011, p. 86). Evitando a habitual circunscrição dos mesmos nos “círculos limitados” e, conseqüentemente, tentando transportá-los para a “[...] análise e debate das estruturas sócio-económicas-políticas que condicionam a actividade profissional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 86). Tentando fazer chegar às pessoas qual o “[...] papel do arquitecto na sociedade portuguesa [...]”, de então, e instaurar um “[...] processo de esclarecimento e discussão pública [...]” como forma de “[...] estudar formas de intervenção [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 86), também elas públicas.

Vários foram os temas propostos a discussão no decorrer do ENA, muito devido ao recurso “[...] ao espírito de iniciativa de alguns arquitectos mais voluntariosos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 87). Com a participação intensa tanto de arquitetos como de estudantes, este encontro baseou-se na “[...] tentativa de enquadrar a actividade arquitectónica numa perspectiva crítica da estrutura social vigente [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 87), por um lado. Assim como, por outro, na “[...] esperança na possibilidade de associação numa frente de grandes objectivos comuns [...]”, como forma de oposição aos entraves sociais, políticos e económicos já referidos, “[...] impeditivos de uma relação saudável entre o exercício da arquitectura e a sociedade [...]”

---

<sup>10</sup> Entre 6 a 8 de Dezembro de 1969 teve lugar, em Lisboa, o Encontro Nacional de Arquitectos de 1969 (ENA1969), no final de um ano em que as eleições legislativas – promovidas pelo regime – transportaram os portugueses da ilusão à desilusão no Marcelismo. O debate dos problemas da sociedade portuguesa ao longo do período que antecedeu as eleições, abrangeu temas centrais no debate arquitectónico português desde o final da II Grande Guerra, nomeadamente o desenvolvimento territorial, a cidade e habitação: proposto por um conjunto de arquitectos, autónomo do Sindicato Nacional, o ENA1969 tinha como objectivo pensar o contributo da classe para este novo ambiente. Grupos de trabalho auto-organizados ao longo do ano de 1969 propuseram e discutiram os cinco temas então debatidos: “Sindicalismo”, “Política de Solo”, “A repercussão na atividade do arquitecto das atuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas”, Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano” e “A comunicação como contestação” (um sexto tema “Arquitetura e Burocracia” é integrado no primeiro). Para alguns poderá ter sido também o “Encontro” um momento de desilusão, quer pela incapacidade da assembleia aprovar “Conclusões” quer pela constatação da existência de uma divisão entre profissionais - patrões e assalariados – até então irrelevante, para outros terá sido um momento da maior importância na arquitetura por marcar o regresso do debate político à profissão e ter sido o ponto de partida para outras formas de atuação. (Universidade de Coimbra, 2003)

(Bandeirinha, 2011, p. 87) que a iria acolher. E, por fim, na “[...] apresentação dos grandes temas cadentes do debate internacional [...]”, de salientar, entre eles, “a racionalização e a sociabilização do uso do solo e [...]”, como não podia deixar de ser, não fosse esta a base de todo o pensamento social, “[...] a participação directa das populações nos processos de planeamento” (Bandeirinha, 2011, p. 87).

Apesar de não ter estado no ENA, Nuno Portas participou indiretamente, através de uma mensagem, de “[...] contundente significado crítico [...]”, enviada para o mesmo. Nela estava bem visível “a incidência crítica” que Nuno Portas vinha a construir, nessa época, onde enaltece o “imobilismo” que impedia “[...] a arquitectura de se afirmar na sociedade” (Bandeirinha, 2011, p. 87).

Em suma, o que Portas propunha era uma alternativa à “[...] estéril continuação da discussão teórica em torno dos impasses sociais da profissão” (Bandeirinha, 2011, p. 88). Afirmando que o debate, só por si, não tinha a eficácia necessária para resolução dos problemas. Que os grandes mestres, como por exemplo Le Corbusier, não haviam sentido a necessidade de proceder a inquéritos para “arriscar os modelos de que nos servimos ainda”, mas sim, à sua “experiência profissional” e a uma “imaginação desinibida”. Sem, no entanto, esquecer os “conceitos essenciais da estrutura das coisas”: as “[...] sínteses desenhadas, amadurecidas pelo método de projecto [...]”, os “[...] limites do desenho [...]”, o “[...] ‘destino social da arquitectura’ [...]”, ou seja, a “[...] ‘definição das prioridades socio-económicas’ e a intervenção crítica na decisão programática” (Bandeirinha, 2011, p. 88).

Posto isto, Nuno Portas apresentou dois caminhos para o “[...] cumprimento prático destas propostas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 88). O primeiro seria a ampliação do debate em torno da arquitetura que, segundo o mesmo, “se faz ou devia fazer”. Quer através dos meios de comunicação social, como a televisão e a imprensa, quer dedicando “[...] parte do tempo dos ateliers à discussão e difusão de ideias alternativas muitas vezes nadas-mortas na prancheta ou na gaveta do cliente [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 88). O segundo, não obstante o primeiro mas, por outro lado, complementando-o, seria a “[...] ocupação, progressiva e sistemática dos lugares nos principais centros de decisão[...]”, de preferência o do Estado, por parte de “técnicos esclarecidos”, capazes de tomar as “[...] rédeas das velhas e caducas administrações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 89). Pois, segundo Portas, esta era a altura ideal para que

os mesmos pudessem “integrar estratégias” e “[...] concertar tácticas de actuação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 89).

Mas o ENA acabou por não surtir o efeito desejado, uma vez que “[...] já era demasiado tarde para consensos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 89). Chegando-se à conclusão de que qualquer tentativa de englobar os grandes ateliers aos estudantes trabalhadores assalariados “[...] podia dar azo a interpretações ‘oportunistas, mistificadoras e demagógicas’” (Bandeirinha, 2011, p. 89). Isto porque havia uma divergência enorme de interesses e, por isso, não era possível “[...] associar numa ‘classe’ patrões e escravos [...]”, pois defendiam que “[...] ‘trabalhar para eles era ser o seu ar condicionado’” (Bandeirinha, 2011, p. 89).

“Para as gerações mais jovens já não faria muito sentido a manutenção incondicional da unidade alargada que, nas alturas mais críticas da ditadura, se foi construindo sob o grande toldo antifascista. Na perspectiva mais anticapitalista, começavam agora a insurgir-se contra o ‘sistema’, nele englobado também as oposições formais ao governo e ao regime” (Bandeirinha, 2011, p. 89).

Como em qualquer acontecimento de discussão de ideias e lançamento de propostas, houve reacções deferentes ao encontro. Entre elas, de salientar duas. A primeira, a intervenção “lacónica” e “tímida” da parte dos arquitetos do Porto em relação aos estudantes “[...] presentes num processo concreto de recuperação da autonomia disciplinar e de compreensão do seu âmbito” (Bandeirinha, 2011, p. 90). Muito por culpa de Nuno Portas que, com sua mensagem, “preconizava as vias possíveis para a abertura da Arquitetura a outros campos experimentais” (Bandeirinha, 2011, p. 90), alheados do seu meio, da “sua Escola”, das suas frentes de trabalho e dos compromissos de ordem social e institucional. A segunda, de “[...] alguns arquitectos mais velhos [...] que mantinham bem viva a memória de outras frentes reivindicativas e que nunca tinham pactuado com o anunciado advento da tecnocracia” (Bandeirinha, 2011, p. 90).

Nos primeiros três meses que se seguiram ao ENA, assiste-se à procura permanente de “[...] prolongar as suas inconclusivas verdades até ao limite [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 91) e à crença ingénua de que as “franjas sociológicas” das mesmas viriam a dar frutos com o tempo. Já no início da década de setenta, N. Teotónio foi um dos que mais se empenhou na continuação das conclusões retiradas do Encontro, até porque ele próprio foi um dos que “[...] tinha trabalhado intensamente na organização e na preparação do ENA [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 91). Utilizou o seu atelier para “[...]”

local de reunião de diversos grupos de agitação e de reflexão que ansiavam pelo despoletar dos movimentos urbanos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 91). Assim como ia acontecendo nas principais cidades da Europa e que vinham sendo conhecidos por cá através de Nuno Portas. Estes grupos encontravam-se para discutir, então, os textos apresentados no Encontro, elaborando, posteriormente, “propostas concretas de actuação”. Estas propostas tinham como principal objectivo aumentar a possibilidade de “[...] esclarecimento e participação das populações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 91), nos movimentos urbanos, através da criação de uma “prática imediata” que pudesse ir “minando” as “[...] estruturas vigentes da sociedade [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 91). São, então, pensadas formas de aplicação destas medidas, através do “[...] recurso ao trabalho militante [...]” para “[...] identificar áreas de problema e assim partir para missões de esclarecimento e de sensibilização das populações” (Bandeirinha, 2011, p. 91). Embora já houvesse algumas “acções em curso”. Os casos de Lisboa, Casal Ventoso, Moscavide e Alcântara. Eram, ao mesmo tempo, feitos contactos para outros locais, “de iniciativa oficial,[...] ou [...] de núcleos espontâneos da população” (Bandeirinha, 2011, p. 91), para o Barreiro, Vila Franca de Xira e Olivais. Através de um grupo<sup>11</sup> que, embora tivesse objectivos concretos e de elevada possibilidade de sucesso, sofria de imposições características da época.

“O grupo propunha-se desbravar uma área da incidência social ainda pouco explorada no país, quer sob o ponto de vista da perspetivação teórica do contexto real, quer sob o da conjugação de modelos de acção. As hipóteses de divulgação e de mediatização operativa do trabalho a desenvolver também eram extremamente limitadas ou, mesmo, inatingíveis. Não será de estranhar, por isso, que, no campo de aplicação prática e num âmbito mais extensivo, as propostas tenham sido, de certo modo, inconsequentes” (Bandeirinha, 2011, p. 91).

Quanto ao que se passara no ENA, Nuno Teotónio tinha em má imagem os “[...] radicalismos [...] irrealistas [...]” que “[...] punham a ideologia acima de tudo [...]”, deixando para segundo plano temas mais importantes, e que Teotónio já praticava no seu atelier, como o “[...] terreno das realidades concretas, as pessoas, os movimentos sociais, etc” (Bandeirinha, 2011, p. 92). É com certeza que se pode afirmar que N. Teotónio, como defensor e praticante desta frente de trabalho, “[...] ansiava pela passagem da sistematização organizativa ao campo das acções concretas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 92), nomeadamente, ao tema da “Participação popular”.

---

<sup>11</sup> Em meados de Fevereiro de 1970, tinham já aderido ao grupo Maria João Borges, Elias Rodrigues, Júlio Carriho, António Marques Miguel, Hugo Hugon, Miguel Aragão, Nuno Teotónio Pereira, Pedro Vieira de Almeida, Margarida Lobo, Romeu Pinto da Silva, Arnaldo Grilo, Nuno Portas e Pedro Vilas-Boas. (Bandeirinha, 2011, p. 91).

O que se seguiu ao ENA, ainda sobre os já referidos “grupos de trabalho”, foi a proposta, dos mesmos, de criar várias frentes de atuação, “a levar a cabo por técnicos mais empenhados na acção social” (Bandeirinha, 2011, p. 92). Nomeadamente em zonas suburbanas de Lisboa, como “a margem sul do Tejo, por serem aí mais evidentes os efeitos da especulação em estado ‘selvagem’” (Bandeirinha, 2011, p. 92). Assistiu-se, então, a “[...] algumas tentativas para estabelecer os primeiros contactos com a população [...]” e, conseqüentemente, à “referencia [...] a ‘equipas de apoio local’” (Bandeirinha, 2011, p. 93). E, pela primeira vez, foram criadas “[...] equipas multidisciplinares de projecto [...]”, que abriam novas “[...] frentes de trabalho que estavam para além da encomenda tradicional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 93). Estas equipas eram criadas para “[...] trabalhar ombro a ombro com as populações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 93), com o intuito permanente de preservar os seus direitos e de manter o diálogo com os mesmos. Aqui se via, então, a verdadeira intensão da participação da população no processo de construção ou evolução das suas cidades, vilas, bairros, etc.

Em finais de Abril de 1970, surge a oportunidade de “[...] pôr em prática os pressupostos teóricos adquiridos ao longo destes anos de debate [...]”, através da insistência “[...] na procura de uma base experimental [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 93). Experiência essa, proporcionada, mais uma vez, por N. Teotónio e o seu atelier, que “[...] nasce de uma proposta feita ao Gabinete Técnico de Habitação – GTH – da Câmara Municipal de Lisboa”. Onde Nuno Portas e Margarida Sousa Lobo propõem dar sequência às “[...] conclusões do Colóquio sobre Política de Habitação [...]”, com a criação de uma primeira experiência de “[...] ‘reabilitação urbanística e saneamento das condições habitacionais’ em moldes não convencionais” (Bandeirinha, 2011, pp. 93, 94).

A ideia baseava-se, então, nos seguintes pressupostos: “[...] espírito de comunidade, capacidade organizativa e de auto-construção [...]”. Dando, assim “[...] início a um projecto de bairro com melhores condições de vida” (Bandeirinha, 2011, p. 94), recorrendo aos recursos dos próprios habitantes dos bairros de barracas. Por isso mesmo, “[...] o essencial da actividade desenvolver-se-ia no local [...]”, assumindo, assim, “[...] o carácter de um ‘processo’ [...]”, antes do qual eram definidos, pelo projeto, “[...] o terreno a ocupar, as infraestruturas urbanas, o núcleo inicial de cada fogo e as suas possibilidades de evolução futura [...]”, assim como toda a componente jurídica do “direito de superfície” (Bandeirinha, 2011, p. 94). O projecto definia, ainda, o

nível de participação construtiva dos habitantes, “[...] quer em prazo, quer em forma” (Bandeirinha, 2011, p. 94), o que viria a proporcionar situações em que “[...] as decisões técnicas ombreavam com a participação da comunidade, num acompanhamento constante e mutuamente enriquecedor” (Bandeirinha, 2011, p. 94). Posto isto, deu-se a escolha da Quinta de Alvalade. Definindo, assim, o “bairro-tipo” para esta e para futuras experiências. Consequentemente, foi escolhida a Quinta do Pombal para o respectivo realojamento. Ambas as escolhas feitas pelo GHT, uma vez que, a segunda, “[...] tinha acabado de ser adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa”. Mas, mais importante do que isso, a escolha deu-se também pela “[...] potencialidade de integração na malha urbana circundante [...]”, pelas “[...] possibilidades de utilização de equipamento já existente [...]” e, por fim, pela “proximidade” (Bandeirinha, 2011, p. 94), o que possibilitava que os habitantes realojados pudessem continuar utilizar a mesma linha de transportes urbanos.

“Foi, então, desenvolvido um projecto de habitação evolutiva que se estruturava em torno de um módulo de quatro fogos associados em ‘U’. Desses quatro fogos, dois faziam frente para a rua, os outros dois estavam mais recuados e eram servidos por um beco perpendicular. Eram casaspátio, em ‘L’, inscritas em lotes rectangulares de 10 por 8,4 metros, os quais recuados, e de 8 por 9 metros, os da frente. As possibilidades de evolução eram diversificadas e dependiam da dimensão considerada para o “núcleo inicial”, mas, de um modo geral, correspondiam à subida de um piso, num dos braços do ‘L’.” (Bandeirinha, 2011, p. 94).

Apesar do seu rigor, não chegou a ser construído nenhum edifício do projeto da Quinta do Pombal. No entanto, mesmo ficando apenas “[...] uma proposta de regulamentação processual e de uso para toda a operação”, este documento reservado “[...] chegou a circular pelos gabinetes do Ministério das obras públicas [...]”, já o FFH tinha sido criado. Esta proposta, que “[...] enquadrava juridicamente todas as possibilidades de promoção habitacional por iniciativa construtiva dos próprios beneficiários [...]” e, segundo a mesma, todo o processo devia ser apoiado pelo Estado, – financeiramente e não só – acabou por ser reaproveitada e “[...] revista, já depois do 25 de Abril, para enquadrar juridicamente o SAAL [...]”, por ser “Tão detalhada [...] e também tão avançada [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 95):

Nessa proposta de lei, exaustiva e criteriosa nos seus trinta e dois artigos, afirma-se, a certo ponto, que o ‘Fundo de Fomento da Habitação publicará o ‘Regulamento Técnico da Habitação Evolutiva’, no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente diploma’. Estava-se a um passo de atingir os objectivos determinados” (Bandeirinha, 2011, p. 95)

A 20 de Março de 1971, surge o colóquio da Cooperativa Confronto<sup>12</sup>. Com a clara intensão de “[...] remeter o discurso para o âmbito das potencialidades da luta política saída dos movimentos de reivindicação urbana [...]”, o colóquio é criado segundo o tema: “Reivindicação Urbana e Contexto Sócio-político” (Bandeirinha, 2011, p. 95). Em termos de conteúdo, a ideia seria promover “[...] uma troca de experiências concretas [...]”, algumas já a decorrer, quer em Lisboa quer no Porto. Assim como iriam apresentar “[...] um conjunto de documentos informativos que divulgavam acções [...]” ocorridas no resto do país e na Europa. Mais concretamente “[...] os produzidos pelo grupo italiano de ‘Il Manifesto’”<sup>13</sup> (Bandeirinha, 2011, p. 96). N. Teotónio apresentou, também, um texto que preparou para o colóquio, onde referia, resumindo, que o carácter muito específico sobre o qual “[...] estas movimentações sociais [...]” se geravam, tinha uma grande probabilidade “[...] de se traduzir rapidamente em termos de contestação global do sistema [...]”. Embora ele mesmo defendesse que, estas “[...] acusações ou suspeitas de ligação a concessões reformistas”, “[...] não tinham grande razão de ser [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 96).

Teotónio Pereira acrescentou ainda que, apesar de se poder encontrar exemplos de contestação aplicáveis no nosso país nos restantes países da Europa e do Mundo, as razões para o “nosso” descontentamento e consequente contestação eram diferentes. Enquanto que nos Estados Unidos se lutava “[...] pela igualdade de direitos cívicos [...]”, ou em Paris se reivindicava por “[...] melhores transportes públicos [...]”, aqui a

---

<sup>12</sup> Instituição político cultural do Porto denominada “Confronto - Cooperativa de Promoção Cultural, SCRL”. A Confronto foi um lugar de diálogo entre pessoas, ideias e grupos diferentes mas que se situavam dentro de um quadro mínimo de defesa dos direitos humanos e oposição política ao regime fascista de Salazar e Caetano. Colocou em «confronto» perspectivas diversas de intervenção cívica, ética e social, ensinando cada um a conhecer e respeitar as diferenças dos demais ao aprender a descobrir nelas todos os seus tesouros escondidos. Mostrou que a realidade é rica em diversidades e que ninguém é portador de uma qualquer verdade absoluta. Provou, por fim, que o ser humano é simultaneamente uno e complexo (Coelho, 2010).

<sup>13</sup> *Il Manifesto* nasceu, em 1969, para contar e fazer outro jornalismo. Todos, inclusive os técnicos, faziam parte da cooperativa editorial e recebiam o mesmo salário. Este tinha o costume de não sair às segundas-feiras, por que no domingo os seus trabalhadores mereciam o seu descanso. Nascido entre o turbilhão das revoltas estudantis italianas de 1968, o jornal começou a funcionar mensalmente, graças à iniciativa de um grupo de intelectuais expulsos do Partido Comunista Italiano por serem considerados “divisionistas”. Da batalha pela democratização do PCI, o primeiro coletivo editorial passou a publicar um periódico que teve grande sucesso entre as esquerdas italiana e europeia, que nesse momento viviam um dos seus mais importantes impulsos políticos. Já desvinculado do partido, *Il Manifesto* cresceu, cultivando um forte interesse pelo debate e pela cultura e transformando-se num jornal onde se encontrava o que os demais não diziam. Um projeto de comunicação com uma perspectiva política clara, independente de estruturas partidárias e distanciado do “panfletarismo”, com um forte sentido solidário. Em 2006 e 2009, o jornal viveu crises económicas muito fortes, em ambos os casos devido à impossibilidade de competir na indústria editorial, cada vez mais dominada pelas leis de livre mercado e pela competição desenfreada. A intervenção dos leitores sempre foi fundamental para contornar essas situações. A 11 de Maio de 2012 o jornal italiano anunciou o encerramento das suas atividades, após anos de concordatas e crise financeira. (Sampaio, 2012)



contestação “[...] devia-se exclusivamente à repressão”. Daí “[...] a fragilização da luta política [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 96). Vendo, no entanto, alguns “[...] potenciais focos de descontentamento [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 96) ligados, não só mas sobretudo, à habitação, como o possível aumento das rendas de habitação. E, em resposta aos quais, propunha a criação de uma estratégia que “[...] pudesse concorrer em condições de igualdade [...] com os gabinetes privados [...]”, através da criação de cooperativas de moradores com um gabinete de estudo e de planeamento “[...] que tivesse em condições de apresentar contrapropostas de alternativa [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 97), com críticas bem fundamentadas em termos técnicos. Já que a “[...] mobilização em torno das contestações ou das reivindicações urbanas [...]”, segundo N. Teotónio, eram “tentadoras”, pois conseguia-se, de uma só vez, técnicos motivados para trabalhar, voluntariamente, uma vez que, ao poder dar-lhes “voz”, estavam a defender as suas crenças políticas, ao mesmo tempo que se conferia “[...] o Know-how técnico e científico aos agentes directos da acção [...]”, assim como “[...] a todos aqueles que [...] estariam [...] em condições de desigualdade perante a luta” (Bandeirinha, 2011, p. 97).

No que diz respeito à participação da população, N. Teotónio levanta questões potenciadoras de problemas. Uma delas seria a existência d’ “[...] o risco eminente de integração nas malhas do poder [...]” e, por isso mesmo, a participação dos utentes nunca deveria fugir da “participação global”, nem se podia “[...] ceder à tentação de considerar a sua satisfação pontual como o objectivo de luta” (Bandeirinha, 2011, p. 97). Ou seja, a participação dos habitantes e as suas decisões nunca poderiam servir “[...] os interesses opostos àqueles que estariam de acordo com os objectivos da luta [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 97), nem servir apenas certos grupos de poder dentro das cooperativas. Era, sim, necessário que estas pessoas se empenhassem “[...] em pequenas lutas, em pequenas reivindicações, etc”, fugindo à hipótese de toda a experiência se tornar “[...] num fenómeno pernicioso, de cariz paternalista ou colaboracionista [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 97). Mas a verdade é que se sofria de algumas limitações, em Portugal, para este “tipo de movimentos sociais”.

N. Teotónio, finalizando o seu texto, fala de “algumas condicionantes” provocadas pelo regime. Entre elas, “[...] o desgaste provocado pela repressão à comunicação social [...]”, a diminuição das camadas jovens, devido à guerra colonial e à emigração, e, por último, o “[...] desgaste [...] provocado por uma atitude progressivamente consumista” (Bandeirinha, 2011, p. 97). E que, com isto, dificilmente se conseguia mobilizar

movimentos de luta mais avançados, como a “[...] construção de equipamentos [...]”, com a “[...] conquista de uma gestão operária [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 97). Sendo mais viável “[...] mobilizar para objectivos de luta ‘na linha da resistência, da recusa, da greve, do boicote, etc.’ [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 97).

“Não acredita que seja possível prolongar as acções para além da recusa e da resistência, mas mesmo quando isso for possível [...] será fundamental assumi-los como verdadeiras conquistas populares e nunca como benesses do Ministério das Obras Públicas ou de uma qualquer Câmara Municipal. Essa seria a condição incontornável para não se cair nas teias do reformismo.” (Bandeirinha, 2011, p. 97).

A crescente repressão fazia esvanecer “[...] as ilusões da ‘Primavera marcelista [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 97). Tanto que, já em Maio de 1973, as teses apresentadas no Congresso da Oposição Democrática refletiam “[...] a toada de descontentamento que levava a oposição a radicalizar as oposições de confronto em relação ao regime” (Bandeirinha, 2011, p. 97). Assim como todos os trabalhos tinham “[...] como condição necessária para a resolução de todos os problemas [...]”, a “[...] queda do sistema político e económico vigente [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 98). Problemas esses que, segundo Keil do Amaral<sup>14</sup>, tinham a ver com “[...] a qualidade de vida urbana e com a habitação [...]”, e que “[...] só um regime de feição democrática e descentralizadora, [...] integrada em vastos planos de fomento descentralizado de toda a nação [...]” seria capaz de “[...] dar a esta causa a amplitude, a diversificação e o dinamismo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 98) de que esta necessitava.

Para além do Congresso, o já referido Plano de Melhoramentos do Porto vinha a tornar-se um foco de insatisfação crescente, há já quase uma década. Para além de poucos bairros terem sido construídos desde 1960, os que estavam de pé não se encontravam nas melhores condições, muito devido ao “[...] baixo padrão construtivo e espacial imposto na concretização destas habitações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 99), que trouxe uma rápida e consequente degradação dos mesmos. Por outro lado, a escolha dos terrenos para a implantação dos bairros foi feita segundo critérios

---

<sup>14</sup> Francisco Caetano Keil Coelho do Amaral (1910-1975) foi um arquiteto português. Autor de uma produção teórica de relevo e de uma vasta obra construída, a sua ação foi determinante para a consolidação de uma plena consciência moderna na arquitetura em Portugal. Keil do Amaral destacou-se de forma particular ao longo dos anos de 1940 e 1950, tendo atuado de modo original ao longo dessas décadas particularmente difíceis da vida nacional. Assumiu a responsabilidade projetual de importantes obras públicas, sem se identificar com o regime político nem com os padrões historicistas do gosto oficial do Estado Novo e mantendo, simultaneamente, uma distância crítica em relação à ortodoxia do Estilo Internacional, em busca de uma “terceira via” capaz de conciliar a racionalidade moderna com a consideração ponderada das lições da arquitetura tradicional (Associação dos Arquitectos Portugueses Secção Regional do Sul, 1992, pp. 3-103).

meticulosos, que permitissem aos ocupantes das casas “[...] a fixação duma renda acessível ao salário do agregado familiar” (Bandeirinha, 2011, p. 99). Obviamente, excluindo a hipótese de que os habitantes viessem a reocupar as suas “ilhas”, ainda que estas fossem renovadas. Assim sendo, pelas razões já referidas, e outras que se prendiam com a adaptação “[...] ao traçado da rede geral viária [...] da cidade e às características das zonas [...]”, os bairros “tinham” que ser construídos na periferia, “[...] em zonas desfavorecidas em equipamento, transportes e centralidade” (Bandeirinha, 2011, p. 99). Algo a que “Os realojados, profundamente urbanos sob o ponto de vista cultural e social [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 99), estavam habituados. Vendo-se, assim, “[...] privados da intensidade da vida quotidiana que fruía no centro e dos laços de vizinhança e de solidariedade adquiridos ao longo de décadas” (Bandeirinha, 2011, p. 99).

Mas infelizmente havia mais razões para o descontentamento e para o consequente “[...] despoletar [...] de insatisfação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 99). Nomeadamente as regras de uso das habitações dos bairros camarários, “[...] cuja observância era estritamente fiscalizada e policiada pela Câmara Municipal [...]” e que, para além disso, contava também com o auxílio de alguns moradores que, ao servir de vigilantes, tinham direito a “[...] algumas regalias [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 99).

Os habitantes sofriam de uma perseguição tal que as suas vidas estavam condicionadas “[...] de um modo perfeitamente atroz e kafkiano” (Bandeirinha, 2011, p. 99). Desde ser proibido ter animais de estimação, “[...] pôr a roupa a secar fora dos estendais [...]” e não poder receber visitas, a terem a “[...] obrigatoriedade de facultar a entrada do fiscal nas casas a qualquer hora e em qualquer circunstância [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 99), etc. “O regulamento dos bairros camarários continha regras que violavam sumariamente as liberdades individuais e os mais elementares direitos à privacidade” (Bandeirinha, 2011, p. 99). Ao ponto de haver uma ficha por cada habitação, preenchida pelos vigilantes, com relatórios das incidências e infracções. E que, segundo a mesma, era possível despejar os utentes como forma de penalização. Normalmente “[...] para alguns blocos proscritos, conhecidos de todos os realojados, dos quais o mais célebre era um edifício a que chamavam ‘Bloco dos Condenados’ [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 100).

É no Porto que se dão, antes de 74, algumas das “[...] acções mais significativas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 100) de revolta. Duas delas em que a “[...] união dos moradores

[...]” tentou impedir “[...] um despejo compulsivo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 100), a segunda das quais, no bairro de S. João, com sucesso. Outras, já fora dos Bairros Camarários, prendiam-se com os conflitos que se viviam nas já referidas “ilhas” do centro, onde se vivia com “condições de habitabilidade [...] degradantes”. Mas, tão grave quanto isso era “A insegurança, a subserviência em relação à ‘subaluga’ e o medo de ser posto na rua [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 100) com que se vivia, que faziam atenuar os conflitos. “No entanto, o problema era já indisfarçável, os escândalos e os conflitos associados a estas formas de aglomeração eram constantes [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 100), ao ponto da própria cidade sentir a necessidade de praticar a sua responsabilidade moral, elaborando inquéritos e mobilizações de trabalho social para a população afectada. Apesar da vontade, a intervenção e acção social acabaram por tardar, “[...] provocando nos habitantes um descrédito inapelável” (Bandeirinha, 2011, p. 101).

## **2.2. A PROMOÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL**

Ainda antes do ano de 1974, muita foi a arquitetura produzida “[...] para dar resposta aos programas habitacionais de promoção pública [...]”. E por esse mesmo motivo, assim como pela sua importância na arquitetura portuguesa, é importante referir “[...] a Arquitectura que se ia produzindo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 101). Como sempre, foi em Lisboa e no Porto que mais se fizeram sentir os protestos gerados pela repressão, por isso, mais rapidamente se procuravam soluções para a questão da habitação, do direito à habitação, à propriedade, etc. Assim sendo, devem-se referir algumas das mais importantes construções no período ainda pré 25 de Abril. Neste caso, já muito próximo, chegando a haver construções que só viram finalizadas após o mesmo.

Continuando no Porto, ainda dos anos 50, a Unidade Residencial do Ramalde, projetado por Fernando Távora<sup>15</sup>, merece destaque, uma vez que, “[...] sem sair dos

---

<sup>15</sup> Fernando Luís Cardoso Meneses de Tavares e Távora nasceu em 1923, no Porto, e faleceu a 3 de setembro de 2005, em Matosinhos. Obteve o diploma de Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1952, iniciando a sua carreira de docente nessa mesma universidade dez anos mais tarde. Em 1955, liderou a equipa responsável pela região do Minho no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Membro da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) e participante nos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) em Otterlo, Aix-en-Provence, Hoddesdon e Dubrovnik, participou ainda em congressos da UIA (União Internacional dos Arquitectos) em Lisboa, Rabat, Praga e Paris, e da Federação Internacional de Habitação e do Urbanismo (Edimburgo), bem como nos trabalhos da I Conferência Internacional de Artistas da UNESCO, em Veneza. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto para a Cultura nos Estados Unidos e no Japão. Foi Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, da qual se tornou mais tarde Professor Catedrático. Leccionou também no Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, colaborando na sua implementação, nos anos 80. Foi-lhe concedido o

círculos do racionalismo [...]”, polarizou “[...] algumas motivações que [...] abriam caminhos por entre uma poética do habitar que se começava a distanciar do estilo internacional” (Bandeirinha, 2011, p. 103).

Já mais próximo de 74, e acabando por vir “[...] a ser o palco de importantes acontecimentos no âmbito do movimento de moradores do Porto” (Bandeirinha, 2011, p. 103) após o 25 de Abril, é projetado o “Grupo de Moradias Populares do Aleixo”, mais conhecido por “torres do Aleixo”. Onde o arquiteto Manuel Teles opta pela construção em altura e inscreve essa mesma solução “[...] no contexto das opções para habitação económica no Porto” (Bandeirinha, 2011, p. 103).

Alexandre Alves Costa<sup>16</sup> e Nuno Portas desenvolvem “[...] um projecto de organização de um modelo de fogo [...]”, mais tarde posto em prática “[...] num bloco do Grupo de Moradias Populares de Contumil” (Bandeirinha, 2011, p. 104). A sua ideia conjunta, de influência italiana, veio abrir “[...] caminho para a flexibilização do uso dos espaços habitacionais” (Bandeirinha, 2011, p. 104).

Por último, mas não menos importante, há que referir o projeto da Bouça, de Álvaro Siza Vieira<sup>17</sup>. Projeto criado no âmbito do FFH, enquanto que os três anteriores diziam

---

Doutoramento “Honoris Causa” por essa universidade, bem como pela Universidade de Veneza. Recebeu vários prémios nacionais e europeus e foi autor de numerosos ensaios e artigos em jornais, revistas e publicações, dos quais se destacam “O Problema da Casa Portuguesa” (1947) e “Da Organização do Espaço” (1962). Constituiu a sua obra arquitectónica ao longo de 5 décadas, com inúmeros projectos por todo o país. Foi ainda arquitecto da Câmara Municipal do Porto e consultor da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, do Comissariado para a Renovação da Área Ribeirinha do Barredo (Porto), do Gabinete Técnico de Comissão de Planeamento da Região Norte e do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães (Vaz Milheiro, Fiúza, Coelho, & Cardim, 2009, p. 130).

<sup>16</sup> Alexandre Alves Costa nasce em 1939, no Porto. Depois de estagiar no Laboratório de Engenharia Civil, com Nuno Portas, diplomou-se em Arquitetura, pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1966. Foi colaborador de Álvaro Siza e prestou serviço na Câmara Municipal do Porto. Docente desde 1972 nas áreas de Projeto e da História da Arquitetura, é Professor Catedrático na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) e Professor Convidado no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra. Foi membro da Comissão Instaladora do Curso de Arquitetura da FAUP e Diretor do Curso de Arquitetura da Universidade do Minho. A seguir ao 25 de Abril, integrou a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte. “Adviser” da delegação oficial de Portugal à Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos – HABITAT, Vancouver, Canadá em 1976. Tem bibliografia publicada em revistas da especialidade como *Lótus International*, *9H*, *Wonen Tabk*, *Casabella*, *Architecti*, *JÁ-Jornal Arquitectos*, *Estudos/Património*. Membro do Conselho Editorial do Boletim da Universidade do Porto e da revista Monumentos da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, integrou o Conselho Editorial da *JA-Jornal Arquitectos* da Ordem dos Arquitectos, de 2000 a 2004. Exerce a profissão liberal, desde 1970, com obra construída, quase totalmente publicada (Milheiro & Afonso, 2006, p. 1)

<sup>17</sup> Álvaro Siza Vieira nasceu em Matosinhos, em 1933. Arquitecto pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto em 1955, sendo a sua primeira obra construída em 1954. Foi colaborador do Prof. Fernando Távora entre 1955 e 1958. Ensinou na ESBAP entre 1966 e 1969; reingressou em 1976 como Professor Assistente de Construção. Foi Professor visitante na Escola Politécnica de Lausanne, na Universidade de Pensilvânia, na Escola de Los Andes em Bogotá, na Graduate School of Design of Harvard University como Kenzo Tange Visiting Professor e continua a leccionar na Faculdade de Arquitectura do Porto. Exerce a profissão na cidade do Porto, sendo autor de numerosos projectos em Portugal, Espanha,

respeito ao Gabinete Técnico da Câmara Municipal do Porto, que, posteriormente, veio a ser reconvertido em operação SAAL, ou seja, só se viu concluído após o 25 de Abril, mais precisamente em Abril de 2006. Trata-se de um projeto, como é hábito de Siza Vieira, com uma enorme preocupação pelo enquadramento com a envolvente. “[...] Siza joga com a disposição dos blocos e com a sua linguagem para cumprir aqueles desígnios”, ou seja, gera “[...] uma nova ordem [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 105) que contraria a malha urbana envolvente mas que respeita a sua escala. Complementado os espaços edificados e livres de forma a assegurar “[...] a escala e a clareza semântica das áreas de utilização pública. Com enorme influência nas “[...] longas fiadas de habitações operárias alemãs e holandesas do período entre as duas guerras” (Bandeirinha, 2011, p. 105), Siza Vieira nunca esquece o compromisso do seu projeto com a cidade. E cria “[...] um novo ambiente [...]” sem, no entanto, fugir aos “[...] modelos mais motivadores da vida comunitária urbana [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 105).

Em Lisboa, para começar, não se podia deixar de referir “[...] a operação dos Olivais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 101). Os Olivais-Norte e os Olivais-Sul foram duas obras de grande envergadura, com 40 e 180 hectares respectivamente, e que, apesar do primeiro estar, ainda, muito ‘preso’ aos “[...] modelos modernos, deixava já um vasto campo à significação objectual das unidades edificadas” (Bandeirinha, 2011, p. 101), funcionando como experiência para o segundo. N. Teotónio Pereira, António Freitas e Nuno Portas, neste projeto, puseram em prática soluções pouco comuns, em Portugal, como “[...] a distribuição em átrio central, com caixa de circulação vertical e disposição estelar dos fogos [...]”, enquanto que Pedro Cid propunha “[...] bandas de dois dúplex sobrepostos [...]”. Já Pires Martins, Palma de Melo e Abel Manta impunham uma estratégia com “[...] volumes mais laminares, ainda ao jeito de unité d’habitation [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 101). E toda esta variedade de propostas espelhava bem o carácter experimental que teve o projeto dos Olivais-Norte.

Depois desta “[...] espécie de rampa de lançamento [...]”, nos Olivais-Sul surgiu uma necessidade maior de resolver “[...] a questão da cidade [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 101). Não só pela sua escala mas, também, pela sua necessária integração numa “[...] área periférica próxima, que já vinha sendo definida como habitacional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 101), com os planos de De Gröer e do G.E.U. Apesar disso,

---

França, Holanda, Bélgica, Itália e Alemanha. Convidado a participar em concursos internacionais, obteve o primeiro lugar em muitos deles ao longo da sua carreira (Gonçalves, 2008, p. 86).

Carlos Duarte e José Rafael Botelho<sup>18</sup>, como autores do projeto, decidiram esquecer a malha urbana periférica e apoiar os seus traçados às vias pedonais e viárias, “[...] que assim se assumiam como suporte de um conjunto de edifícios soltos, envolvidos por espaços intersticiais não reconhecíveis no elenco tipológico urbano tradicional” (Bandeirinha, 2011, p. 102). Característica essa que, apesar de se afirmar como uma espécie de “[...] revisão do Moderno [...]”, viria a ser fortemente criticada por N. Portas, que classificava os edifícios como sendo “[...] um amontoado de objectos ‘semeados em dia de vendaval’” (Bandeirinha, 2011, p. 102). No projeto dos Olivais-Sul é bastante visível a vontade de romper com a “[...] linguagem modernista [...]”, quer por métodos mais formais, quer pela “[...] via da racionalização, espacial e construtiva [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 102). Desde “[...] a substituição dos ângulos rectos por obtusos [...]”, até aos “[...] coroamentos superiores [...]” dos edifícios e ao uso “[...] das bandas articuladas [...]”, muitos foram os “[...] gestos de oposição à linguagem modernista [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 102), muito por culpa, também, da diversidade de arquitetos que participaram na operação.

Entre 1971 e 72, víamos o Plano do Restelo a desempenhar “[...] um papel significativo no âmbito das propostas habitacionais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 103).

---

<sup>18</sup> José Rafael Santos Nunes Botelho, nascido a 13 de Março de 1923, é um arquiteto e urbanista português. Pertence à 3ª geração de arquitetos modernistas portugueses, a par de Manuel Tainha, Fernando Távora ou Nuno Teotónio Pereira. Arquiteto pela Escola de Belas Artes de Lisboa, em 1952, e com sólida formação internacional em urbanismo, Botelho tem realizado uma obra multifacetada que abarca ambas as áreas. Entre as décadas de 1950 e 1970 teve ação particularmente marcante na área do planeamento, sendo responsável por trabalhos de referência como o Plano de Olivais Sul (1961), o Plano Diretor do Parque Nacional da Península de Setúbal (1963) ou o Plano Diretor da cidade do Funchal (1969). Entre 1952 e 1954 frequentou o curso de urbanismo no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (concluído em 1961 com defesa da tese). Iniciou atividade profissional no ateliê de Keil do Amaral e colaborou no ateliê de Raul Chorrão Ramalho. Venceu o 1º Prémio, Concurso Lusálite, em 1951. Estagia em Inglaterra como bolseiro do British Council (1956-57), contactando com o planeamento britânico do pós-guerra. Em 1964 faz permanências na Holanda e Inglaterra como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, centrando-se uma vez mais nas questões do planeamento, com particular atenção aos problemas do recreio de massa e do turismo. Entre 1955 e 1961 dirige o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Almada e elabora uma Proposta de Criação de um Parque Nacional da Península de Setúbal. Em 1959 ingressa no Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, até 1962, e lidera a elaboração do Plano dos Olivais Sul. Também no GTH, elabora o Plano Base de Chelas. Entre 1965 e 1970 realiza o Plano de Urbanização da cidade do Funchal, mais tarde, entre 1972 e 1974, lidera o Gabinete de Planeamento Territorial do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, elaborando a Proposta-base do Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Na segunda metade da década de 1970 José Rafael Botelho colabora nos serviços do SAAL, no Ministério da Agricultura e lidera, ainda, um gabinete de planeamento na Câmara Municipal de Lisboa (1978-80). A partir do final dos anos de 1970 a sua atividade desvia-se, para se centrar sobretudo na arquitetura, que sempre praticara em paralelo com o planeamento. Realiza o plano urbanístico e projetos de arquitetura para o bairro da Nazaré, Funchal. Projeta agências da Caixa Geral de Depósitos e edifícios para o Instituto Politécnico de Beja, entre outros. Foi docente na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa entre Fevereiro de 1958 e Outubro de 1959, tendo sido afastado por razões de índole política. Entre 1955 e 1974 integrou os órgãos dirigentes do Sindicato Nacional dos Arquitetos. Em 1994 foi eleito Membro Honorário da Associação dos Arquitetos Portugueses (atual Ordem dos Arquitetos) (Mestre, 2003).

Projecto de N. Teotónio, N. Portas, Pedro Botelho<sup>19</sup> e João Paciência que, sem opinião concreta sobre o “[...] estilo internacional [...]”, criam uma “[...] descomplexada homenagem ao primeiro modernismo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 103). Na qual a “[...] diversidade tipológica [...]” podia ser lida como um todo, como um conjunto, tentando assim aproximar-se da “[...] conformação de uma imagem de cidade [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 103).

Já nas operações de Chelas, importa salientar aquele que é, talvez, o projeto mais icónico das mesmas: Os “[...] célebres ‘cinco dedos’ [...]”, de Vítor Figueiredo<sup>20</sup>, construção feita em 1973. As razões que suportam o “sucesso” desta obra são diversas, desde a qualidade estética da mesma, através da sua composição com “[...] ‘lâminas’ de grande dimensão [...]” e “[...] distribuição em galeria”, à implantação “[...] majestosa, pela localização e dinâmica, pela opção de abrir em leque [...]”, até à “[...] criação de um espaço central, aberto à luz transversal e à distribuição interna [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 102).

Um ano antes, e ainda em Chelas, tinha sido já projetado o “pantera cor-de-rosa”, por Gonçalo Byrne e Reis Cabrita. Mais uma vez fruto do atelier de N. Teotónio, este complexo de 382 fogos funcionava de forma inversa ao projeto de V. Figueiredo, uma vez que “[...] visava a ‘reinvenção’ das referências urbanas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 102), fazendo com que o plano lhes fosse indiferente.

---

<sup>19</sup> Pedro Viana Botelho nasceu em 1948, em Lisboa. Diplomou-se pela ESBAL em 1973. Trabalhou com Francisco Keil do Amaral e depois no *atelier* de Nuno Teotónio Pereira, colaborando então nos projectos de habitação para o Restelo (1971-75), mantendo-se no *atelier* até aos dias de hoje. É co-autor, com Teotónio Pereira, de um levantamento para o Programa SAAL da Grande Lisboa (1974), do Conjunto Habitacional de Laveiras/Caxias (1987-90), do Complexo Intermodal do Cais do Sodré (1993-2004), do Estudo de Recuperação e Revitalização do Palácio Nacional de Mafra (1994-98), entre outros. Desde 2003 é professor convidado no Departamento de Arquitectura do ISCTE, em Lisboa (Vaz Milheiro, Fiúza, Coelho, & Cardim, 2009, p.133).

<sup>20</sup> Vítor Manuel Almeida Figueiredo nasceu em 1929, na Figueira da Foz, e faleceu em 2004. Em 1959 concluiu o Curso de Arquitectura na Escola de Belas-Artes do Porto, com a classificação de 19 valores. Nos anos 60 e 70, como profissional independente, dedicou grande parte do seu trabalho a projectos de habitação multifamiliar, passando, nos anos 80, a intervir noutro tipo de programas mais relacionados com equipamentos públicos. É durante esta década que apresenta pela primeira vez a sua obra, na mostra de projectos de arquitectura da ARCO — Centro de Arte e Comunicação, e nos seminários de arquitectura da ESBAP, tendo sido seleccionado para a III Exposição de Artes Plásticas da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1986, e para a exposição Arquitectura Contemporânea 1960-1990 pela Fundação Serralves. Publicou o seu trabalho em revistas da especialidade, tais como a *L'Architecture d'Aujourd'hui*, e exerceu actividade como docente na Universidade de Coimbra e na Universidade Autónoma de Lisboa. Recebeu inúmeros prémios, destacando-se o Prémio Arquitectura da Secção Portuguesa da AICA (Associação Internacional de Críticos de Arte, em 1986), o 1º Prémio para Programas Habitacionais de Setúbal (1989) e o Prémio Secil (1998). Com inúmeras obras por todo o país, importa destacar os projectos de habitação colectiva, como os Olivais Sul (1960, com Vasco Lobo) e, com outro tipo de programas, destacam-se a Agência Bancária da Caixa Geral de Depósitos no Lumiar (Lisboa, 1973), a Escola Superior de Arte e Design (Caldas da Rainha, 1992-98), pelo qual recebeu o Prémio Secil, entre outros (Vaz Milheiro, Fiúza, Coelho, & Cardim, 2009, p. 134).



Por último, mas não menos importante, resta referir o projeto do Alto do Moinho, em Algés, de Francisco Silva Dias. Elaborado no âmbito do FFH e, assim como sucedeu com a Bouça, só foi concretizado após o 25 de Abril, “[...] no âmbito do SAAL [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 104). A par desta operação estavam as de Almada, Setúbal e Aveiro, que se mostraram muito semelhantes, quer em termos de escala, quer na procura de “[...] integrar grandes conjuntos habitacionais numa ideia de planeamento que transcendia a mera implantação dos fogos e incluía as infraestruturas urbanas e os equipamentos” (Bandeirinha, 2011, p. 104).

“Nos anos que antecederam o golpe militar de 1974, a questão da habitação foi-se agravando na proporção directa do aumento do descrédito em soluções técnicas, inscritas na prática do regime, que pudessem pressionar, de algum modo, uma tomada de posição política” (Bandeirinha, 2011, p. 105).

Nesta mesma medida, foi-se sentindo uma descrença crescente por parte dos que potenciaram a esperança na “primavera marcelista”. Apesar disso, as “vanguardas tecnocráticas” continuavam “[...] à espera da improvável oportunidade política” (Bandeirinha, 2011, p. 105). Os arquitetos, por sua vez, encontravam-se “[...] envolvidos numa prática junto das populações [...]”, e sentiam na pele a insatisfação e a opressão de que as mesmas eram vítimas. Assumindo, então, o “[...] papel de vanguarda técnica do regime [...] mobilizadora dos movimentos urbanos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 105).

Por esta altura havia duas classes, “[...] a que habitava as barracas e as casas clandestinas das metrópoles [...]”, à qual os arquitetos procuravam incluir-se, “[...] e a que promovia e consumia o empreendimento turístico de luxo, logo ao lado” (Bandeirinha, 2011, p. 106), ao qual esses mesmos arquitetos dificilmente teriam acesso. Posto isto, era impossível uma “[...] afirmação disciplinar inequívoca [...]” da arquitetura, pois a realidade era de extremos completamente opostos que impediam qualquer “[...] posição de ‘classe’ dos arquitectos” (Bandeirinha, 2011, p. 106). Mas, ainda assim, N. Portas achava que era possível, desde que se adoptasse uma estratégia que trabalhasse “[...] no maior número de frentes possível” (Bandeirinha, 2011, p. 106). Algo que não se materializou por culpa de uma realidade pouco favorável, onde o “[...] sistema decisório do regime [...]” o viria a impedir.

Ainda assim, quer em Lisboa quer no Porto, assistiu-se a uma enorme “[...] compreensão dos fenómenos urbanos [...]” de todo o país, sobretudo através “[...] do contacto real com os problemas” (Bandeirinha, 2011, p. 106). Assim como através da

nova geração de arquitetos, mais informada e mais consciente, “[...] sob o ponto de vista social [...]”, que deu aso a uma “[...] actividade de resistência crítica e de discussão de alternativas metodológicas ao exercício ‘ordinário’ da arquitectura [...]” e a inúmeros “[...] encontros, debates, colóquios, etc., sempre avidamente participados, mas também sempre condicionados ao espartilho opressor do regime” (Bandeirinha, 2011, p. 106).



### **3. 25 DE ABRIL DE 1974 – NOVA FORMA DE ESTAR SOCIAL**

O segundo capítulo tem como ponto de partida cronológico o dia 25 de Abril de 1974. Neste será abordado, num primeiro momento, o modo como a revolução dos cravos expôs o problema da habitação em Portugal e, conseqüentemente, como se deu a consciencialização dos problemas habitacionais um pouco por todo o país.

As numerosas ocupações e movimentações clandestinas a nível nacional, potenciadas pelos primeiros anos de instabilidade política, a liberdade de escolha e de expressão, que levaram à transformação da nova forma de estar social, e o direito à habitação são alguns dos temas sobre os quais esta investigação se irá debruçar.

Tendo em conta o seu papel fulcral na criação das Operações SAAL, Nuno Portas terá enfoque especial na segunda fase deste capítulo, assim como, obviamente, o próprio processo. Tentando perceber de que modo se deu a adequação do mesmo, ao introduzir a autoconstrução num país que só agora começava a realizar os novos conceitos e direitos de habitação.

Por último, o relato da incerteza que se fazia sentir, desde o primeiro instante, sobre o sucesso das Operações SAAL. O cepticismo constante que trazia um sentimento de incerteza em relação ao futuro do processo.



### 3.1. O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Aquando do Golpe Militar de 1974, Portugal atravessava uma preocupante crise habitacional, com tendência para se agravar. Cerca de 25% da população<sup>21</sup> não tinha qualquer espécie de condições de habitabilidade, no que diz respeito às questões do conforto, segurança, salubridade e privacidade, vivendo, assim, “[...] em edifícios degradados, em espaços sobrelotados, em “ilhas”, em barracas, enfim [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 68). Viviam com total carência de infraestruturas básicas, nas zonas rurais, enquanto que, nas zonas urbanas “[...] a degradação do parque habitacional existente [...]” aumentava a olhos vistos, devido ao “[...] avolumar incessante e extensivo das implantações precárias e clandestinas: bairros de lata, de barracas, e de construções abarracadas” (Bandeirinha, 2011, p. 68).

A este ritmo, os novos ideais de “auto-construção assistida” eram, cada vez mais, uma necessidade, pois o crescimento desmesurado das construções clandestinas tornavam a reversão desta tendência quase impossível. E quanto mais tarde se começasse a pensar em formas de assistir estas construções, pois era quase impossível evitá-las, mais tarde e mais difícil seria impor estes ideais na mentalidade da população mais necessitada. Apesar disso, e embora tivesse havido formas de permitir a evolução destes pensamentos e de “[...] encarar o problema da habitação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 68), a conjuntura política muito ajudou para que assim não fosse, pois “[...] nunca se empenhou numa verdadeira e assumida coordenação de esforços para a sua resolução” (Bandeirinha, 2011, p. 68). Já desde a década de 50, do século XX, que se assistia a um “agravamento substancial” desta situação, ao mesmo tempo que a mesma foi levando à “[...] progressiva constatação, por parte do poder, da impossibilidade de a escamotear” (Bandeirinha, 2011, p. 68).

“Passados estavam os tempos em que todo o empenho do Estado se enovelava em torno do significado político das opções tipológicas, ou de linguagem. [...] o regime sentia agora a necessidade de evitar ser confrontado com aquelas “nódoas” urbanas e peri-urbanas. As extensas implantações de barracas ou de casas abarracadas, os bairros clandestinos, as construções degradadas e sobrelotadas dos cascos urbanos [...] comprometiam a

---

<sup>21</sup> Dos dois milhões e meio de fogos calculados, no total, perto de 52% não possuía abastecimento de água, 53% não possuía energia eléctrica, 60% não possuía rede de esgotos e 67% não dispunha sequer de instalações sanitárias. Em inícios de setenta, do século XX, os dados oficiais indicavam um total de 31 110 habitações precárias, só para o território continental. Para um total de 2 164 965 alojamentos, a percentagem que possuía energia eléctrica era de 64,3%, 47,1% possuía abastecimento de água, e 30% era servido por rede de esgotos. Dos 2 224 020 de famílias recenseadas, no mesmo âmbito territorial, 62,6% habitava um espaço abastecido com energia eléctrica, 45,8% dispunha de abastecimento domiciliário de água, e apenas 29,2% ocupava alojamentos equipados com instalações sanitárias (Bandeirinha, 2011, p.68).

possibilidade de uma imagem do território mais consentânea com a ‘evolução na continuidade’ do discurso oficial marcelista.” (Bandeirinha, 2011, p. 68 e 69)

Após o 25 de Abril, a população foi criando uma nova mentalidade, “[...] uma forma de estar social nova [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 109). Com a crescente percepção de que, com mais liberdade surgiam mais direitos, notou-se uma enorme “[...] urgência de ter expressão, de ter voz [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 109). E foi o que se fez, desde o primeiro dia após a revolução.

Desta feita, a “[...] liberdade de acção [...]” que se fazia sentir “[...] em todos os sectores da sociedade portuguesa [...]” fez com que os fogos recém acabados nos bairros sociais começassem a ser ocupados por uma “[...] imensa massa populacional de habitantes mal alojados [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 110). O cenário era mais que favorável, e perceptível até certo ponto, pois a construção de casas novas, e ainda desocupadas, nas imediações de bairros onde se “[...] vivia nas mais miseráveis condições [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 110) era algo demasiado tentador para se poder resistir. Isto para além dos critérios de atribuição das casas, que eram no mínimo duvidosos. Chegando a haver casos de pessoas, e respectivas famílias, que passaram “[...] anos nas listas de espera a ver passar as oportunidades [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 110), o que só alimentava essa dúvida.

Estas ocupações<sup>22</sup> tornaram-se num processo de tal modo rápido e abrangente, quer em Lisboa quer no Porto, que levou à criação de uma proposta de “[...] legalização das ocupações de facto [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 111), por parte dos militares. Isto após a emissão de um comunicado, por parte da Junta de Salvação Nacional<sup>23</sup> entre 11 e

---

<sup>22</sup> Ocorreram múltiplas acções, espontâneas ou não, de apropriação de casas do *stock* vacante, a começar por bairros sociais ainda não construídos e a acabar em moradias ou prédios destinados pelos proprietários a demolição (Portas, 2005, p. 270). Entre 26 de Abril e 9 de maio de 1974, foram ocupados cerca de 2000 fogos, na sua maioria habitações municipais em construção (Bandeirinha, 2011, p. 110).

<sup>23</sup> A Junta de Salvação Nacional (JSN) foi um grupo de militares designados para sustentar o governo do Estado Português em Abril de 1974, após o golpe de estado que derrubou o Estado Novo. Esta Junta esteve em funcionamento entre 1974 e 1975, após o comunicado do presidente António de Spínola a 26 de Abril de 1974. Constituíam-no sete oficiais superiores e generais dos três ramos das Forças Armadas: António de Spínola, Francisco da Costa Gomes e Silvério Marques, do Exército; Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, da Armada; Galvão de Melo e Diogo Neto, da Força Aérea. A sua missão seria a de implementar o Programa do MFA: Desenvolvimento, Democratização e Descolonização. Assim, coube à Junta de Salvação Nacional a efetivação de diversas medidas destinadas a modificar as condições da vida económica, social e política nacional: dar os primeiros passos no sentido da construção de uma política económica e social ao serviço das classes trabalhadoras, assegurar as condições mínimas para o exercício das liberdades políticas, na formação livre de partidos políticos, na garantia da liberdade de ação sindical, no reconhecimento do direito à greve e na realização de eleições para uma Assembleia Constituinte que dotasse o país de uma nova Constituição. Reconhecer o direito dos povos das colónias à independência e encetar os contactos diplomáticos e negociações necessários para se atingir esse objetivo. O primeiro presidente da Junta de Salvação Nacional foi o General António de Spínola, que seria

14 de Maio, “[...] no qual expressava uma veemente preocupação pelos acontecimentos” (Bandeirinha, 2011, p. 111). A legalização visava um conjunto de regras, entre elas “a organização dos ocupantes por bairro [...]”, assim como “[...] um limite para as rendas [...], que não deveriam ultrapassar 25% do salário; [...] e a desocupação dos edifícios ainda em construção [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 111), de forma a permitir que se concluíssem as obras.

A 15 de Maio de 1974, tomava posse o primeiro governo provisório, que viria a nomear Nuno Portas para o cargo de Secretário de estado da Habitação e Urbanismo. Sendo esta uma “[...] opção natural, que decorreu de um conhecimento mútuo e do trabalho em comum desenvolvido ao longo dos últimos anos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 110), que lhe dava um “[...] profundo conhecimento [...]” do verdadeiro estado do problema da habitação, apesar do seu cariz delicado.

Por esta altura, o tema da habitação e do ordenamento do território ganhavam cada vez mais importância, e eram tema predominante nos encontros. A 23 de Maio era feita uma reunião no teatro S. Luís, onde se abordava esse mesmo tema e onde, mais uma vez, se procurava o objectivo de “[...] ‘pressionar as estruturas fechadas [...] do Estado, de modo a [...] proporcionar uma participação efectiva por parte da população, órgãos e entidades locais [...]’” (Bandeirinha, 2011, p. 111).

Ao divulgar as suas perspectivas de ação, que entre outros critérios visavam o “[...] equilíbrio entre a necessidade de soluções inventivas [...] e as mesmas premissas teóricas de sempre [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 112), Nuno Portas era defensor de uma atitude reguladora, por parte do Estado. Atitude essa que devia “[...] regular e apoiar, técnica e economicamente, a dinâmica das populações e o seu esforço para resolver o problema do alojamento”, tirando partido da “[...] dinâmica reivindicativa das populações [...]” que, ao evoluir, “[...] poderia [...] reverter energias para a resolução das carências” (Bandeirinha, 2011, p. 112). Claro está que estas medidas só seriam possíveis se fossem “[...] dadas como opções políticas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 112) pois, segundo N. Portas, só assim se conseguia uma participação rápida dos utentes para a solução dos seus problemas.

---

nomeado Presidente da República em 15 de maio de 1974, precisamente no dia em que é nomeado o I Governo Provisório, que toma posse no dia seguinte. A 11 de Março de 1975 a Junta de Salvação Nacional é extinta, através de um contragolpe militar com participação de elementos civis, que força Spínola ao exílio, sendo substituída pelo Conselho da Revolução, que assume todas as funções e poderes do órgão extinto mas tem uma composição política diferente (Porto Editora, 2003).



Paralelamente a esta perspectiva, N. Portas almejava a “[...] desburocratização e descentralização dos serviços [...]”, pois a inoperância de certas operações dava-se pelo simples facto de ser necessária a “[...] assinatura do ministro [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 112 e 113), ou seja, a deslocação até Lisboa, independentemente de onde e qual fosse a construção.

Por outro lado, a descentralização poderia dar aso a outras preocupações. Neste caso, a “[...] uma burocracia à maneira antiga [...]”, ou seja, uma burocracia de interesses, à lei do mais forte, em detrimento dos “[...] justos interesses das classes mais desfavorecidas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113) e para as quais a descentralização estava pensada. Assim sendo, de forma a evitar tal cenário, N. Portas propunha “[...] uma descentralização de cariz mais técnico [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113). Para isso, previa a nomeação de técnicos que viriam a “[...] desempenhar [...] o papel de militantes ou educadores [...]” das províncias, na esperança de superar, “[...] por operatividade, competência e pelo contacto directo, o aparelho burocrático herdado e as suas inúmeras desmultiplicações provincianas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113).

Eram, então, estas as “[...] principais linhas de força da política a seguir [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113). Política essa que se via numa situação de incerteza e de instabilidade constante. Quer, não só, pelo “[...] período de Governo Provisório [...]” que se vivia mas, também pela “[...] crise da construção civil, [...] o consequente aumento de desemprego no sector, ou ainda o ordenamento do território rural [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113).

Os “[...] índices de carência caóticos [...]” do país, no que diz respeito à situação habitacional, aproximavam-se dos “[...] do então chamado terceiro mundo” (Bandeirinha, 2011, p. 113) e, por isso, havia a necessidade urgente de agir o mais rapidamente possível. A solução passava por recorrer “[...] a um processo que decorresse em paralelo com a imprevisível evolução da situação social e política da sociedade portuguesa [...]”, o que levava o Governo a crer e ter consciência de que se iriam “[...] cometer muitos erros [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113). No entanto, não havendo tempo para pensar antes de agir, a “obrigação” era atuar ao mesmo tempo que se ia acompanhando e controlando a situação com a elaboração de estudos “[...] sob uma perspectiva crítica [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113).

A 19 de Junho, foi realizado um comício a cargo da AIL, onde o Secretário de Estado exaltou as novas possibilidades que a queda do antigo regime havia trazido, “[...] ainda que não o fizesse em nome do Governo” (Bandeirinha, 2011, p. 113). N. Portas referiu, também, que apesar da “[...] importância e justeza das reivindicações em torno da questão da habitação [...]”, o Governo tinha a necessidade de “[...] trabalhar sem pressões obsessivas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 113), de maneira a que se pudessem criar estratégias de forma pensada e ponderada.

“Portanto, e pese embora a determinação que lhe advinha do conhecimento da situação da habitação e do alojamento, e talvez também para compensar esse permanente ruído de fundo de uma sociedade em rápida transformação, Portas sentiu a compreensível necessidade de ponderar, rigorosa e distanciadamente, as linhas gerais da política a seguir” (Bandeirinha, 2011, p. 114).

Uma vez que se davam “[...] os primeiros passos na sua nova missão de informar em liberdade [...]”, a comunicação social, “[...] em particular os jornais [...]”, expunham como nunca fora possível antes “[...] a miséria da situação habitacional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 114). Esta situação acabou por trazer graves consequências para o Governo Provisório pois, gradualmente, os habitantes desses bairros viam as suas situações cada vez mais expostas, identificando aí uma oportunidade de fazer chegar a sua “voz” aos principais órgãos do poder. Mais rapidamente percebiam que “[...] a melhor forma de resolver a situação [...]” era através da “[...] capacidade de organização [...]” e da reunião de “[...] movimentadas assembleias [...]” para escolher os seus representantes” (Bandeirinha, 2011, p. 114) exprimindo a sua “força” através dos mesmos.

Nos anos que se seguiram, a política proposta pelo Secretário de Estado para a resolução da “[...] já indisfarçável crise imobiliária e a anunciada avalanche de acções populares [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 114), era tema predominante em todos os debates de ciência política.

N. Portas, após uma reunião que teve lugar em Lisboa de 22 a 23 de Junho, acabaria por optar por uma política diversificada, em detrimento de uma política unificada. Uma vez que se tratavam de bairros carenciados de Norte a Sul do País, “[...] os problemas também tinham condições específicas muito diversificadas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 114). O que levava à fácil conclusão de que era necessária uma estratégia “[...] que abarcasse os vários segmentos do problema [...]”, com a possibilidade de criar “[...]”

medidas específicas, embora articuladas, para cada um deles [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 114).

Por outro lado, também não se acreditava que fosse possível, para um país da Europa Ocidental, uma unificação das “[...] práticas políticas [...]” para a criação de “[...] um processo revolucionário [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 114) como foi o SAAL.

Esta era já “[...] a sua ideia inicial [...]”, pois N. Portas objectivava a criação de um “[...] laboratório processual destes primeiros governos da democracia [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115). Uma vez que, através da opção por soluções de autoconstrução, “[...] que não estavam tão dependentes da inércia institucional [...]”, seria possível apresentar “[...] alguns resultados práticos motivadores [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115), num curto espaço de tempo, incentivando operações futuras. A rapidez da concretização destas operações era uma característica fundamental, “o ‘curto-circuito’ – necessidade, apoio técnico, obra” dispensava quaisquer “[...] derivações de ordem administrativa [...]” e não dava espaço de manobra nem qualquer possibilidade para que esta estratégia tivesse tempo de ser “[...] esmiuçada e discutida em função das suas tendências estratégicas”, como era norma “[...] num contexto social como o deste período [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115).

Estava então definida a forma como o governo ia apoiar esta operação, restando apenas saber qual seria o papel real dos destinatários. A participação dos mesmos “[...] podia ter muitas configurações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115) e, por isso, era necessário balizar até que ponto estariam envolvidos nas várias fases do projeto. Compreender se seria favorável participarem numa primeira fase de “[...] controlo económico e administrativo [...]” e de “[...] definição programática [...]”, ou se estariam apenas envolvidos numa fase mais avançada de “[...] concepção do projecto [...]” e “[...] execução da obra [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115). Mais uma vez, cada operação viria a ter as suas características, as suas “[...] asserções sociológicas [...]” e, portanto, a participação podia depender, pura e simplesmente, de factores de “[...] necessidade e de aspiração [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115), assim como das possibilidades económicas e práticas de cada grupo de moradores. Estes novos conceitos de apropriação e estabelecimento, gerados por todo este processo, viriam a transformar de forma irreversível os “[...] processos de produção habitacional” (Bandeirinha, 2011, p. 115), em termos sociais e económicos.

Como seria de esperar, “[...] Nuno Portas nutria uma predilecção muito especial pelos processos de auto-construção tecnicamente assistida”, justificando-os como sendo uma necessidade fundamental, pois “[...] era o meio mais directo para promover a apropriação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115).

“Acreditava na necessidade de adequar uma fórmula de participação total aos limites da realidade objectiva. As condições fundamentais dessa adequação eram a existência de uma estrutura organizativa [...] e a possibilidade de acção em todos os momentos do processo. Em seu entender, era, sobretudo, imprescindível que os destinatários das habitações ‘mexessem’ na obra, [...] para evitar que os membros das associações de base se tornassem meros funcionários administrativos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 115).

Um mês antes do despacho de 6 de Agosto de 1974, era lançado o “[...] Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação” (Bandeirinha, 2011, p. 116). Posto a circular pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e assinado pelo Secretário de Estado, este despacho tinha como objectivo máximo “[...] a reestruturação da estrutura orgânica dos serviços do FFH [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 116). Mas, apesar de ser “[...] um processo de renovação e de democratização [...]”, havia “[...] a necessidade premente de não se inviabilizarem anteriores programas e projectos [...]”. Algo que, a ser praticado, só traria mais complicações à “[...] grave crise que já vitimava o sector da construção civil”, (Bandeirinha, 2011, p. 116) uma vez que já muitas eram as intervenções paralisadas por todas as vicissitudes provocadas pela mudança de governo e consequente indefinição do mesmo. Sendo esta “[...] uma estratégia de coerência operativa”, o objectivo era conseguir apoiar todas as acções, por mais variadas que fossem. Assim sendo, o despacho apresentava “[...] quatro grandes grupos de soluções para a oferta de habitação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 117).

Em todas elas estava presente o apoio financeiro por parte do governo. Por ordem descendente de capacidade financeira ou de aquisição, o primeiro grupo dizia respeito a facilidades de crédito “[...] para a população com possibilidade de aquisição no mercado convencional [...]”. O segundo grupo, não muito diferente do primeiro, apresentava o mesmo apoio para “[...] a população com acesso ao mercado de renda limitada [...]”. O terceiro e quarto grupos diziam já respeito, respectivamente, a grupos de populações inseridas “[...] em bairros de promoção directa do Estado [...]”, de rendas mínimas, mas que já estivessem em andamento, e à “[...] população sem qualquer espécie de possibilidades de aquisição [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 117). No entanto, este último tinha a condição de só ser dado “[...] apoio estatal imediato, em

terreno, técnica, infraestruturas e financiamento [...]” às populações que apresentassem capacidades de organização, à imagem dos grupos e associações de moradores, para assim possibilitar “[...] o seu envolvimento em ‘auto-soluções’” (Bandeirinha, 2011, p. 117).

A urgência na criação de “[...] medidas de eficácia [...]” era fundamental para a obtenção dos “[...] primeiros resultados práticos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 117) que trariam estabilidade e credibilidade a todo o processo. Preocupação essa demonstrada por N. Portas ao longo do mês de Julho, pois o já intitulado Serviço de Apoio Ambulatório Local tinha prazo de conclusão previsto para finais desse mesmo mês, uma vez que “[...] o primeiro governo provisório estava prestes a sucumbir à pressão das suas próprias contradições internas e à intensidade das convulsões externas” (Bandeirinha, 2011, p. 117).

A 18 de Julho dá-se a tomada de posse do novo Governo Provisório<sup>24</sup>. N. Portas continua como secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e com ele se mantêm “[...] consequentemente intactas as linhas de acção que tinha programadas” (Bandeirinha, 2011, p. 118).

Ainda neste mesmo mês de Julho, N. Teotónio Pereira apresentava uma proposta para “[...] o âmbito de acção e a orgânica operativa [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 118) do SAAL. Este primeiro documento, entregue ao FFH, para além de incluir os objectivos “[...] que já tinham sido estipulados pelo despacho que o antecedeu [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 118), propunha aqueles que seriam os primeiros avanços de prática operativa do Serviço. Teotónio Pereira exaltava a necessidade da criação de um “[...] embrião do Serviço [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 118), propondo um conjunto de práticas que se prendiam com as questões do território, as brigadas, o trabalho que se ia desenvolver, os contratos, os tipos de habitat intervir, etc.

Deixando de fora os Planos do Concelho de Lisboa, “[...] que o FFH tinha conseguido pôr em marcha [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 118), Teotónio Pereira definiu uma área de

---

<sup>24</sup> A 9 de Julho de 1974 o Primeiro Ministro Palma Carlos pede a demissão do cargo por alegadamente não ter condições políticas para governar, numa clara alusão ao peso da influência do MFA. Com ele solidarizam-se alguns ministros do seu gabinete, entre eles Francisco Sá Carneiro, líder do PPD, que se recusa a participar por considerar incorreta a demissão de Adelino da Palma Carlos. A 12 de Julho Vasco Gonçalves, um homem do MFA, é indigitado pelo presidente da República, António de Spínola, para o cargo de Primeiro Ministro. O II Governo Provisório toma posse a 18 de Julho de 1974, e cai a 30 de Setembro do mesmo ano, com Vasco Gonçalves como Presidente e Mário Soares no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, mantendo-se uma forte preponderância dos membros do PS (Partido Socialista) e do PPD (Partido Popular Democrático). (Guimarães, Ayala, Machado, & António, 2010)

intervenção que se estendia a todo o país. Para além de, como referido anteriormente, ter tido a preocupação de não limitar a intervenção ao “[...] conceito estereotipado de ‘bairro de lata’ [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 118), incluindo outras situações, bem conhecidas do mesmo, de degradação habitacional. Situações essas referentes aos bairros provisórios, aos loteamentos clandestinos, aos [...] realojamentos provisórios, herdados do anterior regime [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 118), entre outros.

Ainda assim, como não podia deixar de ser, seriam as populações interessadas que iriam ditar os “[...] critérios de prioridade para as intervenções” (Bandeirinha, 2011, p. 118). Conforme a capacidade de “organização interna” e o dinamismo das mesmas se avançava com as operações, independentemente do tipo de habitat. Evitando discriminações e incentivando, assim e não só, a união dos utentes mas, também, a rapidez e possibilidade de sucesso dos processos. A sua participação nos mesmos, “[...] correlacionando com as práticas sociais” (Bandeirinha, 2011, p. 118), e com as “[...] vontades das populações interessadas e organizadas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119).

O que, por sua vez, levantava questões referentes ao papel das brigadas que, cuja “[...] actividade [...] estava também aberta a um amplo leque de frentes [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119) e, mais uma vez, dependente da “vontade popular”. Citando Teotónio Pereira:

“Considera-se fundamental que as Brigadas, embora procurando solidarizar-se com as populações, não se substituam a estas e às respectivas estruturas organizativas, limitando a sua intervenção a aspectos técnicos” (Bandeirinha, 2011, p. 119).

As “Brigadas de Construção”, como eram chamadas, estariam encarregues do acompanhamento de toda a obra. Desde a elaboração de elementos necessários na fase de pré-construção, como “[...] a realização de inquéritos, de levantamentos [...]”, à responsabilização sobre todas as burocracias necessárias, como o “[...] acompanhamento técnico junto das instituições, a organização do estaleiro e da obra, a fiscalização e acessória [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119), etc. Ou seja, a sua tarefa ia muito mais além daquilo que o seu nome indicava, uma vez que compreendia, para além da “[...] realização física da obra [...]”, as tarefas de “[...] definição de estratégia [...]” e de “[...] concepção do projecto [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119).

Para finalizar, ficaria também esclarecido o envolvimento das Brigadas com o FFH, que segundo Teotónio Pereira seria nulo, uma vez que as mesmas deveriam limitar a

“[...] sua actividade à vontade das populações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119). A sua razão de ser deveria basear-se apenas no “[...] carácter ‘ambulatório’ e ‘local’ [...]” das operações, evitando funcionar “[...] ‘como ramificações ou prolongamentos do FFH’ [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119). Ligada ao FFH estaria apenas uma equipa, destacada “[...] para accionar as intervenções e para estipular um organigrama de funcionamento [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119) das mesmas.

“As instituições, e a obsolescência dos seus aparelhos burocráticos e administrativos, deveriam ser agora pressionados pela força do movimento popular, pela dinâmica essencial e fundadora de uma democracia de base, que inevitavelmente arrastaria à passagem todas essas forças imobilizadoras de dominação e de perpetuação de privilégios. Para isso, era fundamental distanciar as brigadas, mantê-las fora da possível contaminação com o imobilismo burocrático que tantas iniciativas já tinha asfixiado” (Bandeirinha, 2011, p. 119).

O FFH acabaria por tomar as rédeas da “[...] estruturação orgânica do SAAL [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119) com base no documento de Teotónio Pereira. Uma vez que já tinha sido responsável pela criação do “novo serviço”, não havia dúvidas de que “[...] era o organismo mais conveniente e mais óbvio [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119) para o efeito.

Já outros objectivos, embora pertinentes, “[...] viriam a ter consequências diversas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119). A intensão de melhorar as “[...] condições de acessibilidade e transportes [...]”, de “[...] correcção do traçado viário [...]” e outras questões ligadas à criação ou reconstrução de infraestruturas e habitação, em muitos casos, não se veio a verificar, mostrando o seu insucesso “[...] à medida que o processo se foi desenrolando” (Bandeirinha, 2011, p. 119). E, muitas vezes, mantendo a ilusão de que mais tarde viriam a ser concretizadas.

### **3.2. OPERAÇÕES SAAL – NUNO PORTAS E A “AUTOCONSTRUÇÃO ASSISTIDA”**

A 6 de Agosto de 1974 era, então, promulgado o despacho que, para além de incluir “[...] os princípios básicos do documento anterior [...]”, acrescentava ao mesmo os “[...] campos, prioridades e competências [...]” necessárias para a sua “[...] coerência orgânica e credibilidade legal [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 119).

A começar pelas responsabilidades das autarquias, e citando o Despacho de Diário da República nº 182/74, intitulado: “Operações Habitação Fundo SAAL”<sup>25</sup> definia que cada uma ficaria encarregue da “[...] disponibilidade de terrenos para a urbanização [...]”, assim como dos “[...] trabalhos de infraestrutura viária e sanitária [...]”. A falta de capacidade de algumas autarquias para responder à “[...] generalidade dos serviços técnicos municipais [...]” era óbvia mas, ainda assim, ficaria também a cargo destes mesmos “[...] serviços técnicos municipais [...]” a “[...] arbitragem das possibilidades face aos recursos disponíveis [...]” e a “[...] garantia dos empréstimos previstos na legislação [...]”. Tudo apoiado pelos “[...] projectistas, monitores e fiscais técnicos [...]” fornecidos pelo FFH, graças ao acordo do mesmo com as câmaras, através do SAAL.

O novo despacho acrescentava, também, a preocupação devido à limitação das verbas para a construção, “[...] que obrigava a uma prudente escolha das iniciativas a apoiar” (Bandeirinha, 2011, p. 120). Assim como a avaliação “[...] segundo critérios urbanísticos [...]” da viabilidade de reabilitação dos bairros “[...] deveria constituir factor de avaliação e de consequente selecção” (Bandeirinha, 2011, p. 120). Por último, o despacho abria a possibilidade de reconstrução dos bairros noutra local, nas situações em que fosse “[...] desaconselhável pelas características do terreno, acessos ou outras razões [...]”, o uso do mesmo local para a construção.

Antes de dar início às operações de facto, era necessária a rápida organização “[...] entre os agentes do SAAL, as câmaras municipais e os representantes das populações interessadas [...]”. Para isso, estava estipulada a data de 15 de Setembro, altura essa em que, a verificar os contactos anteriores, seria possível e se começaria a “[...] trabalhar na definição de prioridades [...]”, a prever datas de investimentos e a “[...] celebrar contratos de apoio [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 120).

---

<sup>25</sup> Despacho de Diário da República 182/74 SÉRIE I de Terça-feira 6 de Agosto de 1974 | operações habitação fundo SAAL.



Por esta altura, ainda era evidente o carácter experimental do serviço, daí se sentir que seria necessária uma constante avaliação de um processo que se queria em constante evolução, com vista à “[...] optimização de recursos [...]” e à “[...] sistematização das soluções [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 120):

“A eficácia ‘política, técnica e económica’ das operações a iniciar seria determinante para a definição das linhas de actuação futuras. Nestas circunstâncias, em que o leque de possibilidades de apoio era extremamente aberto, - da aquisição de solo à actividade construtiva, do projecto ao fornecimento de materiais e componentes, da dinamização cultural à formalização jurídica das organizações de base – era necessário aquilatar permanentemente as acções, testá-las e equilibra-las sob o ponto de vista dos objectivos a alcançar” (Bandeirinha, 2011, p. 120).

Assim sendo, após a devida avaliação, os responsáveis técnicos do SAAL avançavam com as propostas para o FFH, de forma a proceder ao “[...] lançamento de empreitadas de fornecimento de componentes ou materiais [...]”. Seriam então prestados, nas condições mais favoráveis aos moradores-promotores, quatro tipos de serviços que compreenderiam a elaboração de toda a operação. Entre eles, os de ação fundiária, ação de projeto, ação de assistência nas operações de construção e ação de assistência na gestão social. Que, por ordem cronológica de cada processo, compreendia desde a “[...] aquisição e cedência de solo necessário [...]”, a realização do “[...] traçado urbanístico e de loteamento [...]”, assim como a “[...] organização de estaleiro [...]”: deslocação das barracas para possibilitar a nova construção, estabelecimento de metas e datas, conforme “[...] previsto e aceite pelos moradores [...]”, formação técnica “[...] das brigadas de trabalho locais volantes [...]” e a preparação e fiscalização das empreitadas; até à “[...] organização e preparação de estatutos das cooperativas [...]”: sistemas de contabilidade, responsabilidades dos sócios e repartições e colaboração de movimentos políticos. Tudo sempre organizado para e com a população, uma vez que o SAAL surgia para: “[...] apoiar [...] as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários [...]”.

Com isto, o despacho ficaria dependente de “[...] dois diplomas ainda em preparação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121). Contudo, dava-se início às operações, remetendo a definição da “[...] base legal das operações [...]” para segundo plano, uma vez que havia a garantia do dote de “[...] orçamento extraordinário [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121) para o efeito. Convenientemente, a fixação de base fazia-se “[...] depender do

decorrer do processo [...]”, e uma vez que o segundo dos diplomas nunca se materializou, “[...] viriam a ser os princípios que [...] estavam subjacentes ao despacho a regular todo o caudal de acções que se lhe seguiram” (Bandeirinha, 2011, p. 121).

Havia, então, seis princípios essenciais:

“[...] com graus diferentes de adaptação às condicionantes mais específicas, mas com igual valor de determinação perante a realidade objectiva e, sobretudo, perante o reconhecimento teórico de anteriores experiências e de anteriores políticas no âmbito da promoção habitacional para populações sem capacidade de acesso ao mercado convencional” (Bandeirinha, 2011, p. 121).

O primeiro princípio, o da “organização social da procura”, baseava-se na importância da autoconstrução. Na necessidade fundamental de tornar as iniciativas numa vontade dos próprios moradores. Algo que Bandeirinha acreditava ter duas consequências bastante positivas. Sendo a primeira delas a possível criação de uma “[...] necessidade de apropriação [...]” motivadora da “[...] iniciativa própria [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121). E a segunda seria a possível melhoria das “[...] condições urbanísticas do próprio bairro [...]”, através da autoconstrução, pois o sentimento de entreatajuda e a necessidade de união entre os moradores podia funcionar como “[...] caminho para dinamizar as capacidades de evolução física e social [...]” dos bairros, muitos deles, “ghetizados” e marginalizados.

Em segundo, o “princípio da preferência pela manutenção das localizações”. Este impossibilitava situações de expulsão e recolocação dos habitantes, e permitia, aos mesmos, “[...] a conquista do direito à cidade [...]”, pois podiam continuar a habitar as localidades ou bairros onde já haviam criado as suas “[...] referências urbanas e de vizinhança [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121). Ou seja, impedia “[...] as tentações de realizar operações de especulação fundiária [...]” do Estado que, em caso anteriores, realojava os habitantes “[...] em locais mais ‘convenientes’” (Bandeirinha, 2011, p. 121).

Já o terceiro, o “princípio da autonomia na gestão do projecto e da obra”, demonstrava uma nova forma de encarar “[...] a promoção habitacional com participação pública [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121). A “[...] autonomia concedida às populações organizadas [...]” logo “[...] desde o início do processo [...]”, tinha o intuito de evitar ou “[...] eliminar as prováveis ingerências tecnocráticas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121), desde sempre tão habituais neste tipo de processos. E assim se esperava, pois ainda “[...] não tinha sido posto à prova [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122), que garantisse uma

maior ligação “[...] entre os moradores e a obra [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 121). Em suma, este princípio incidia sobre uma questão bastante presente no “debate arquitectónico” da época, que era a “[...] correlação de forças e as estratégias de batalha [...] que opunham o povo à tecnocracia”, até aí visíveis no “caos urbanístico” e nos “contraplanos militares” e dos quais este princípio esperava colher “[...] os seus frutos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122).

O quarto princípio, o da “incorporação de recursos próprios”, promovia o investimento do maior número de recursos próprios possível para, mais uma vez, fortalecer “[...] o sentimento de apropriação em relação ao fogo e ao bairro” (Bandeirinha, 2011, p. 122). Assim como, por outro lado, e apesar de não se excluir com isso “[...] a convicção que era necessário ‘mexer na obra’ [...]”, facilitar o papel do Estado ao garantir “[...] taxas de execução mais realistas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122). Uma vez que, dado o enorme défice na habitação em Portugal, o mesmo nunca teria os meios, ou fundos, necessários para garantir todas as habitações de forma gratuita. Por isso, era bem-vindo “[...] todo o tipo de investimentos possíveis, sobretudo aqueles que, na prática, já eram utilizados nas soluções marginais de alojamento” (Bandeirinha, 2011, p. 122).

O quinto e penúltimo princípio, o da “descentralização da promoção habitacional”, com o qual Nuno Portas tentava combater o “[...] atraso técnico e cultural do país [...]”, provocado pela exagerada centralização nos “[...] saberes da capital [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122) que o antigo regime deixara como herança. Para isso, tinha que ser criado um critério mais equitativo, no que diz respeito à distribuição dos técnicos pelo território, uma vez que, segundo o mesmo, “[...] estavam criadas as condições [...]” ideais para pôr fim às “[...] peias burocráticas mais caducas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122). E, sendo esta a altura adequada, era urgente começar “[...] um processo efectivo de descentralização administrativa e de disseminação dos saberes técnicos, arquitectónicos e urbanísticos pela totalidade do território” (Bandeirinha, 2011, p. 122).

O sexto e último princípio, o da “iniciativa experimental”, demonstrava o carácter experimental de um processo com a clara intensão de “[...] fixar uma política [...]” nova, através da “[...] reforma sistemática das práticas correntes [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122). Um “projecto-piloto”, sujeito a sistemáticas avaliações no seu decorrer, que tentava “[...] abrir novas perspectivas [...]” e crescer conforme a sua “[...] eficácia processual [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122). Resumindo, J.A. Bandeirinha afirma que,

com este princípio, o novo serviço ganhava “[...] um carácter de processo evolutivo, fundamentado pela convicção crítica em relação ao paradigma moderno da síntese integradora” (Bandeirinha, 2011, p. 122).

Por esta altura, a direita militar minoritária tentava “[...] recuperar o poder [...]” através de Spínola ou, no mínimo, ocupar um papel “[...] mais favorável no seio do governo” (Bandeirinha, 2011, p. 126). A 12 de Julho, o Comando Operacional do Continente (COPCON<sup>26</sup>) começava a ser liderado por Otelio Saraiva de Carvalho, enquanto que a direita civil, quando não se “[...] refugiava no conluio tácito com as posições do General [...]”, ocupava-se a tentar ganhar “[...] alguma expressão mediática” (Bandeirinha, 2011, p. 126) com a apresentação de propostas semelhantes às do regime deposto.

Para dar início efetivo ao processo, seriam ainda nomeados os grupos de trabalho a integrar as “Brigadas de construção locais”, que incluíam técnicos conhecedores de “[...] áreas disciplinares muito diversificadas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 123). Maria Proença, a 2 de Agosto, apresentava “[...] uma proposta de estruturação do serviço dentro do FFH [...]”, onde viria a nomear a Arq.<sup>a</sup> Maria Coelho para “[...] criar uma delegação do SAAL Norte” (Bandeirinha, 2011, p. 122). Enquanto que Teotónio Pereira, Pedro Botelho e Margarida Duque Vieira ficavam encarregues da região de Lisboa e, por último, Hernâni Dias, Abel Corte-Real, Manuel Soto-Mayor Faria e Maria Proença se ocupariam das “[...] restantes áreas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 122). A “diversidade disciplinar” e o número de elementos dos grupos seriam dois aspectos a melhorar no decorrer do processo.

Ainda assim, este documento deixava algumas questões em aberto. Por um lado, faltava delegar técnicos para as áreas disciplinares do “apoio jurídico” e da “arquitetura paisagística”, por outro, ficavam “[...] por definir alguns critérios de remuneração, nomeadamente o tipo de contratos a celebrar com as brigadas” (Bandeirinha, 2011, p. 122).

---

<sup>26</sup> O COPCON (Comando Operacional do Continente) foi uma estrutura de comando militar para Portugal continental (enquadrado no Estado-Maior General das Forças Armadas) criada pelo MFA no período que se seguiu à revolução de 25 de Abril de 1974 e extinto após o 25 de Novembro de 1975. Na prática coincidiu também com o comando da Região Militar de Lisboa. Foi criado a 8 de julho de 1974 por decreto-lei assinado pelo Presidente da República António de Spínola, com o objectivo de fazer cumprir as novas condições criadas pela Revolução dos Cravos. Era constituído por forças especiais militares como os fuzileiros, paraquedistas, comandos, polícia militar, Infantaria de Queluz e pelo Regimento de Artilharia de Lisboa - RALIS (Universidade de Coimbra, 2012).

N. Portas acrescentava ainda que “[...] os contactos a encetar [...] com as populações e com as autarquias [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 123) ficariam a cargo da coordenação de M<sup>a</sup> Proença. E, após a aprovação do documento e consequente despacho do mesmo, mostrava-se disponível para assumir o cargo de coordenador, para o caso de não haver sugestões, mostrando todo o “[...] empenho que punha no processo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 123).

Durante o mês de Agosto foram feitas várias sondagens, um pouco por todo o país, que davam início aos “[...] primeiros contactos de campo” (Bandeirinha, 2011, p. 123). Segundo os relatórios apresentados pelos vários grupos de trabalho, notava-se que havia a “[...] intenção de superar formalidades inúteis [...]” e de partir para a ação, através do “[...] contacto directo com as populações” (Bandeirinha, 2011, p. 123).

“Era agora forçoso perceber como se podia partir para as acções, vários eram os pontos de vista, diversas eram as prioridades sugeridas. Começava a ser urgente perceber como se procederia a formação de brigadas, que tipo de contratos, que tipo de vínculo para com a população, para com a administração central e para com a administração local” (Bandeirinha, 2011, p. 123).

Dessas sondagens surgia já o conhecimento de solicitações de vários pontos do país. Mas, apesar disso, havia uma que se destacava, muito por culpa do Arq.<sup>o</sup> José Veloso, que vinha “[...] incentivando a organização dos moradores [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 129) da Meia-Praia, em Lagos, assim como os do centro da mesma cidade. Desde muito cedo fez ouvir a sua voz e mostrou toda a sua determinação em prestar auxílio aos habitantes mais desfavorecidos da sua cidade natal. Este acabaria por lançar “[...] três operações [...]” que viriam a ser de extrema importância para “[...] toda a actividade do SAAL no Algarve” (Bandeirinha, 2011, p. 129), às quais será feita referência no próximo capítulo.

Com o conhecimento que tinha de outras experiências, “[...] particularmente as sul-americanas e as do norte de África [...]”, Nuno portas, ainda Secretário de Estado, sabia quais as “acções e prioridades” que se deviam começar a sistematizar para impedir “[...] algumas tendências mais dispersivas que já se adivinhavam [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Como primeira acção de intervenção, o mesmo dava prioridade aos trabalhos de primeira necessidade. A começar pelo “equipamento sanitário e abastecimento de águas e esgotos”, passando depois para a avaliação urbanística dos solos e o seu estatuto. E, por fim, as prioridades dos habitantes, como o “tipo de propriedade”, a capacidade de organização dos moradores e a respectiva

“[...] disponibilidade de recursos e de mão-de-obra [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124). N. Portas previa já uma “avalancha de intervenções” e, por isso, achava imprescindível organizar e definir ideias de forma a “[...] não dispersar energias” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Desta forma, propunha uma metodologia prática de intervenção que, com um carácter mais abrangente, englobava, cronologicamente, uma lista de sete passos fundamentais para a organização prévia das intervenções:

“[...] organização da população; delimitação e clarificação da propriedade do terreno; traçado, projecto e construção das infraestruturas; mudanças das casas para os lotes infraestruturados; esquemas de apoio técnico e apoio com materiais à reconstrução das casas; financiamento, projecto, construção e gestão dos equipamentos; condições de cedência de casas e de infraestruturas” (Bandeirinha, 2011, p. 124).

Neste primeiro mês do Processo SAAL, ainda se notava uma enorme “[...] indefinição sobre os contornos precisos das acções a desenvolver [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Talvez por isso tenha sido uma altura de extrema importância para o mesmo pois, apesar dos vários contactos com as populações já efectivados e de tudo parecer a postos para o início das operações, ainda se sentia “[...] que era urgente arrancar com algo de concreto [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Para tal, era necessário “[...] acelerar a constituição de brigadas” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Até porque, não só era importante mostrar o sucesso da operação aos olhos do governo, como era necessário fazê-lo chegar às populações que pudessem vir a beneficiar do ou com o mesmo e que, por questões de desconhecimento, descrédito, desconfiança ou isolamento, se mantivessem afastadas desta nova realidade.

A dia 27 do mesmo mês “[...] começaram já a aparecer algumas operações possíveis [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Mas, nuns casos por falta de população organizada e noutros por falta de equipa técnica, nenhuma teria início concreto a partir desta data. Simultaneamente, Teotónio Pereira propunha “[...] uma forma de contratação relativamente simples [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124) das equipas. Impondo-lhes um carácter flexível e altamente reajustável, sugeria que as remunerações fossem feitas à hora, segundo um valor equiparado “[...] aos escalões correspondentes da função pública [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124), onde se acrescentavam também os custos de deslocação. Soluções estas que iam ao encontro da função exclusiva de “loteamento eficiente” que N. Portas pretendia para um processo de “característica ‘não convencional’” (Bandeirinha, 2011, p. 124).

Por esta altura havia já uma enorme esperança no processo e que, com o mesmo, se pudesse extinguir os bairros de lata. De onde quer que “[...] a miséria dominasse as condições urbanas e habitacionais [...]” chegavam cartas, pedidos e “[...] levantavam-se vozes [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124) para que as suas precárias condições de habitabilidade fossem melhoradas, muito por culpa de “utópicas esperanças” criadas pela imprensa. Reivindicavam-se “[...] arranjos, esgotos, água, electricidade, erradicação de lixeiras, ruas, etc.” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Parecia haver uma solução possível, segundo o “[...] ponto de vista político [...]”, e, tão ou mais importante do que isso, as populações começavam a criar “[...] esperanças em torno da resolução imediata do problema habitacional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Daí que se tenha notado o decréscimo do “[...] surto de ocupações [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124) clandestinas, em relação aos meses anteriores. Da parte do governo surgiam também sinais de que se procurava “[...] uma política integrada [...]”, no que dizia respeito às “[...] questões da habitação” (Bandeirinha, 2011, p. 124). Prova disso seria a própria intensão de “[...] conter o aumento descontrolado das rendas de casa, penalizar imóveis devolutos e expectantes e controlar as demolições para efeitos especulativos” (Bandeirinha, 2011, p. 124).

Às populações que vinham reivindicando pelos seus direitos, e enquanto não se formavam as brigadas, era prestado apoio por “[...] militares e organizações políticas de esquerda e extrema esquerda [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124), ligados ao MDP<sup>27</sup>, que iam organizando e apoiando os bairros através da promoção de reuniões. Mas, voltando às brigadas, era óbvio que se tratava de uma “tarefa difícil” pois, para além da delicadeza da situação, nunca se tinha feito nada deste género. Não havia bases, nem tempo, para “[...] rigorosas operações de selecção [...]”, ainda que se sentisse uma enorme vontade da parte dos arquitetos, tanto os mais novos que viam no processo a oportunidade de explorar toda a “abertura” e “frescura inovadora” que o processo permitia, quer os mais velhos que, ainda que sentissem o processo “[...] com

---

<sup>27</sup> O Movimento Democrático Português foi uma das mais importantes organizações políticas da Oposição Democrática ao regime do Estado Novo em Portugal, antes do 25 de Abril. Foi fundado em 1969, atuando através de comissões democráticas eleitorais, para concorrer às eleições legislativas. Em 1973 participou no Congresso Democrático de Aveiro. Depois do 25 de Abril constituiu-se como partido político, fazendo parte de todos os Governos Provisórios, com exceção do 6º. Concorreu à eleição para a Assembleia Constituinte de 1975 sozinho e, a partir de 1976, em coligação com o PCP, formando a APU. Em 1987, em dissidência com o PCP, já não participou na coligação eleitoral CDU, apresentando-se às eleições com listas próprias. Nessa mesma data, alguns militantes dissidentes formaram a Associação de Intervenção Democrática (ID), que até hoje continua a integrar, como independente, as listas do PCP - Partido Comunista Português. Em 1994 fundiu-se com o grupo editor da revista “Manifesto”, dando lugar ao movimento Política XXI, que veio a ser uma das correntes fundadoras do Bloco de Esquerda (Politipédia, 2012).

mais profundidade [...]”, viam no mesmo a possibilidade de “[...] superar o impasse [...]” em que se encontravam as suas encomendas, “[...] dada a situação de instabilidade social e económica [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124) que se vivia. Ainda que caísse sobre os últimos a responsabilidade de que, dada a sua experiência, “[...] o processo não se perdesse nos meandros de uma acção social pouco frutífera [...]” (Bandeirinha, 2011). Para além disso, era também notória, em ambos os casos, a vontade de “[...] fazer convergir energias numa experiência profissional inteiramente nova [...]” e de poder ajudar as classes mais oprimidas que, noutras circunstâncias, estariam destinadas a “[...] emoldurar [...] os interesses e o desejo de ostentação do estado repressor [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 124).

Uma vez que o critério prioritário para cada caso era “[...] a existência de iniciativa local nos bairros [...]”, a questão de “dicotomia geracional”, referida no parágrafo anterior, não teve qualquer expressão, nem chegou a servir como “[...] factor de arbitragem [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 125) na escolha das brigadas, pois esta só seria feita após se verificar a primeira condição. Para além do mais, a escolha dos técnicos também viria a ser influenciada ou limitada pelo número de técnicos disponíveis, pois teriam que tomar iniciativa própria. Mais uma vez, todos estes procedimentos foram sendo praticados ao longo do “[...] próprio decurso do processo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 125). Ou seja, sem grande critério de escolha a não ser o local de residência, uma vez que os técnicos se deslocariam a bairros dentro da sua área de influência/conhecimento.

A 28 de Setembro — voltando ao contexto político — surge uma tentativa de manifesto em Lisboa, da parte da extrema direita, com o objectivo de “[...] Spínola decretar o estado de sítio e assumir plenos poderes” (Bandeirinha, 2011, p. 126). Algo que, contrariamente ao que era esperado, só veio “[...] contribuir para o reforço político das posições de esquerda [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126). Uns dias mais tarde, a 30 de Setembro, Spínola renunciava ao cargo, e com ele eram demitidos, pelo MFA, três “[...] generais da sua confiança [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126). Situação esta que viria a dar azo ao 3º Governo Provisório, presidido pelo general Francisco da Costa Gomes, que nada viria a alterar no que dizia respeito “[...] às pastas que tutelavam o SAAL [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126). Nuno Portas continuava no cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, assim como Vasco Gonçalves, Costa Brás e José Augusto Fernandes se mantinham nos cargos de primeiro ministro, administração interna e equipamento social e ambiente, respectivamente.



Nos dias 5 e 6 de outubro, dava-se o 1º Seminário SAAL. Entre os seus objectivos estavam, em primeiro lugar e o mais importante, a busca de “[...] critérios claros e objectivos para todas as operações [...]” que surgiam em número avultado, assim como, por consequência do primeiro, “[...] a adesão de mais técnicos interessados [...]”, através da maior “[...] divulgação do serviço e do início dos trabalhos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126).

O debate acabaria por levantar várias questões. Por um lado, punha-se em causa a honestidade do processo, havendo quem o acusasse de funcionar como manobra “[...] para desmobilizar os movimentos populares de ocupação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 127) a que se vinha a assistir após o 25 de Abril. Por outro lado, havia quem reconhecesse que este tinha potencial para “[...] poder vir a geral dinâmicas positivas para os movimentos urbanos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 127).

Outra das questões discutidas no Seminário foi a do papel das brigadas junto das populações. O consenso seria que estas deveriam basear-se numa “[...] acção que lhes permitisse solidarizar-se ‘com as lutas concretas [...]’” (Bandeirinha, 2011, p. 127), através da adopção de uma atitude alheia, em relação ao estado, que lhes permitisse ficar mais próximo dos habitantes. Embora nunca substituindo os mesmos nas suas lutas, mas podendo sempre aproveitar-se das “[...] contradições do próprio sistema [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 127) e das lacunas consequentes das mesmas.

Para além disso, discutiu-se também qual deveria ser o “[...] âmbito da acção concreta [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 127) das brigadas. Sendo que, das duas uma, ou se começava, desde o primeiro passo, a pensar na verdadeira reconstrução dos bairros, prevendo desde logo a “[...] resolução definitiva dos problemas habitacionais [...]” ou, por outro lado, e em detrimento do primeiro, se gastavam os primeiros recursos a garantir a resolução de “[...] carências mais imediatas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 127). A primeira solução acabaria por ganhar mais adeptos, deixando assim “[...] as pequenas obras de beneficiação imediata, como acessibilidades, água, esgotos e lixos a cargo dos habitantes e do seu contacto directo com as câmaras.

“Esta nova investida do SAAL em direcção às reacções exteriores, para além de reforçar a ideia de abertura processual, foi importante porque é a partir dela que se pode referenciar o ponto de partida para um novo ciclo, é a partir dela que começaria a germinar a ideia de uma iniciativa que muito facilmente se poderia multiplicar. Um SAAL que gera muitos outros SAAL, tantos quantas as experiências de intervenção e de contacto directo com a realidade” (Bandeirinha, 2011, p. 127).

A estratégia deu frutos, logo a partir de Outubro, e vários foram os técnicos, de diversos campos de atividade, a mostrar interesse em participar no SAAL e a procurar informações de como poderiam “[...] formar uma brigada [...]” e “[...] como trabalhar nos bairros de lata” (Bandeirinha, 2011, p. 126).

Ainda a 6 de Outubro, dia do final do Seminário, era realizada uma “[...] jornada de trabalho [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126) por um grupo de trabalhadores portugueses convocados pelo primeiro ministro. Esta ação, “[...] cujos proveitos reverteriam para o país [...]”, tinha como principal objectivo dignificar quer o trabalho, tentando incutir o sentimento de orgulho pelo mesmo, quer o “[...] processo de construção da democracia [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126), como fruto consequente da adesão da população. Na mesma data, era feito um inquérito crítico ao FFH, por um grupo de trabalhadores do mesmo. Estes chegariam à conclusão de que a atuação deste organismo não era capaz de dar uma “[...] resposta eficaz às carências do sector [...]”, por culpa da sua “[...] estrutura já muito burocratizada [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 126). Fruto disso eram as numerosas práticas contestadas, sendo que a que acabaria por ter maior expressão, da parte dos reivindicantes, era o hábito de pedir a empresas estrangeiras para fazer os projetos, quando “[...] havia condições para os realizar nos serviços [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 127).

Ao entrar para o final do ano de 1974, cada vez mais os habitantes dos “bairros pobres” tinham a percepção de que podiam “[...] ampliar a sua capacidade reivindicativa através da “auto-organização” (Bandeirinha, 2011, p. 129). Isto levou a que se assistisse a um aumento, com grande intensidade, das reivindicações referentes à “[...] melhoria das condições habitacionais” (Bandeirinha, 2011, p. 129). Cada vez era mais difícil esconder a realidade da situação, sobretudo devido à comunicação social, e, passada “[...] a fase de espontaneidade [...]”, esta situação voltava a ser tema de discussão em todos os colóquios, encontros e debates políticos. Já em Novembro, voltava a surgir uma “[...] nova vaga de ocupações [...]”, muitas delas de casas que ainda se encontravam em construção, devido à omissão, da parte dos senhorios, da declaração dos prédios nas condições impostas no “[...] Decreto-Lei [...] que definia 120 dias para se resolver o problema das casas devolutas expectantes [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 129). Situação à qual a AIL emitiria um comunicado de queixa.

No final do mês, a 25 de Outubro, era aprovado pelo Concelho de Ministros o Plano de Actividades. Este “[...] texto programático de política urbana [...]”, apresentado pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, dava conta de dois incentivos fundamentais para o “[...] aumento da produção habitacional [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 131). Por um lado, e talvez o mais importante, a possibilidade de dar resposta às “enormes carências” do sector da habitação e, por outro, fazer crescer o sector da construção civil, cuja inércia preocupava, através da constituição de novos postos de trabalho e, consequentemente, de capital.

Baseando-se muito nos “[...] vários segmentos de oferta [...]” definidos por Nuno Portas no Programa de Acções Prioritárias, em Julho, estabelecia “[...] a consignação dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação - CDH [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 131) como a melhor medida a tomar. Destacava a necessidade de emergência do SAAL e que o mesmo devia ter como objectivo fundamental o “[...] desenvolvimento das redes viárias e sanitárias [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 131). Por último, esperava que o mesmo “[...] começasse a dar frutos [...]”, algo que achava poder ser alcançado rapidamente através de “[...] auxílio financeiro e técnico [...]”, para assim se expandir o campo de intervenção para a promoção à construção, “[...] desde que fosse de iniciativa dos moradores organizados em cooperativas” (Bandeirinha, 2011, p. 131).

Para além de “50 000 contos” de apoio financeiro do sector público, destinados a trabalhos de realojamento e reabilitação dos bairros mais degradados, previa-se também uma “[...] expressão activa na optimização das condições de aquisição de solos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 132). Para isso estava planeada a expropriação aproximada de mil hectares, o que demonstrava o estado de alerta em que se encontrava o governo que, apesar de se considerar “[...] demasiado provisório para tomar medidas de fundo [...]”, achava-se na obrigação de agir perante esta situação de “[...] extrema gravidade [...] no país” (Bandeirinha, 2011, p. 132).

Em inícios de Novembro, o Arquitecto Rui Mendes Paula<sup>28</sup> era nomeado para comissário no Gabinete de Planeamento do Algarve. Uma decisão do Governo

---

<sup>28</sup> Rui Mendes Paula nasceu na cidade de Lisboa, em 1924. Formou-se em arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, tendo frequentado o *Town and Country Planning School*, em Cambridge, no Reino Unido, em 1959. Em 1961, foi membro da delegação portuguesa do *Comité de l' Habitat*, da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, e delegado à Assembleia Geral da União Internacional dos Arquitectos. Dirigiu vários serviços municipais e governamentais, como o de Estudos e Projectos do Fundo de Fomento à Habitação (FFH), nos primeiros anos deste órgão, e o de Planeamento do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (GTH). Pertenceu aos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Arquitectos, organizou, como delegado da União Internacional

mostrou ser bastante positiva, uma vez que este veio a desempenhar um “[...] papel activo no arranque e na prossecução do processo SAAL naquela região” (Bandeirinha, 2011, p. 132).

Pela mesma altura, estabelecia-se legalmente o “[...] estatuto associativo dos moradores [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 132), que previa duas opções no que dizia respeito à organização dos mesmos. Este Decreto-Lei instituía duas figuras jurídicas: a Associação de Moradores, como figura legal e já conhecida, e a Comissão de Moradores, para os casos em que não houvesse interesse em “[...] constituir uma cooperativa de habitação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 132). Esta medida facilitava as questões jurídicas inerentes ao apoio dos bairros a beneficiar do processo, mas, por outro lado, gerava alguma “polémica terminológica” e uma “dualidade classicista” pois acreditava-se que, ao constituir uma figura de carácter menos institucional, se estava a avançar em direcção à “[...] recuperação ideológica da pureza de classe dos movimentos urbanos” (Bandeirinha, 2011, p. 132). Algo que se vinha a combater de forma tão determinada desde o 25 de Abril. Para além disso, o Código Comercial que regulava as cooperativas era demasiado rígido, tendo em conta o estado limiar de pobreza em que se encontrava grande parte dos moradores. Em suma, estas duas hipóteses diferiam em torno de uma “[...] maior ou menor flexibilidade perante a lei geral [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 133). Assunto esse que viria a ser discutido no 2º Seminário SAAL.

A 9 de Novembro, a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo lançava outro despacho que, para além de demonstrar que a ambição no avanço do processo não havia cessado, delegava tarefas “[...] com honorários de equipas técnicas e com obras de emergência nas intervenções a cargo da EPUL” (Bandeirinha, 2011, p. 132), em

---

dos Arquitectos, o concurso internacional para o planeamento da Ilha de Porto Santo e fez parte do júri em vários concursos públicos. Após a Revolução dos Cravos, estabeleceu-se como Comissário do Governo para o Planeamento do Algarve ao se encarregar da gestão e direcção do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve. Organizou e dirigiu, para a Câmara Municipal de Lagos, o Gabinete Técnico Local e, para a autarquia de Vila Real de Santo António, o Gabinete de Recuperação da Zona de Sertão, em Monte Gordo. Foi, ainda, membro da Comissão Consultiva do Planeamento Director no Concelho de Faro e elaborou vários estudos e projetos de arquitetura e urbanismo por todo o país, como a Análise de Situação, Diagnóstico e Processo de Tendência do Desenvolvimento de Mértola, alguns estudos de reabilitação urbana e planos parciais sobre Lagos e Faro, assim como vários trabalhos sobre Lisboa. Participou em vários encontros, como conferências e exposições individuais, sobre a temática do planeamento regional e urbano e reabilitação urbana, tendo publicado vários artigos na imprensa sobre estes temas. Defensor da importância do património e da história de Lagos, dirigiu, a partir de 1985, a requalificação do centro administrativo desta cidade, e promoveu a requalificação da Casa do Espingardeiro, razão pela qual esta edifício lhe foi dedicado. Planeou, igualmente, a Fonte das Oito Bicas, um fontanário na rua Garret, inspirado numa estrutura similar do Século XVI. O Armazém do Espingardeiro, um núcleo museológico inaugurado em Outubro de 2008, foi-lhe dedicado, tendo sido representado na cerimónia de inauguração pelo seu filho, Frederico Paula. (Paula & Paula, 1993, p. 337)

Lisboa. Nuno Portas discutia, também, a “política de financiamento” de futuros orçamentos e “[...] o enquadramento jurídico [...] do processo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 132) com a equipa encarregue de o coordenar.

Mais tarde, ainda no mês de Novembro, algumas operações mais avançadas chegavam a acordo com as Câmaras para a “[...] aquisição de terrenos e construção de infraestruturas [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 132) e, a dia 16 do mesmo mês, Nuno Portas dava uma entrevista onde ratificava:

“[...] a ideia de uma política da habitação fundamentada pela desmultiplicação em várias frentes de acção. Falava no investimento público de um milhão de contos na aquisição de casas, para regular o mercado através do aumento da oferta, e não perdia a oportunidade de divulgar, mais uma vez, a ‘única operação de efeito imediato que não foi preparada pelo regime anterior’, o SAAL” (Bandeirinha, 2011, p. 132).

A 16 de Novembro realizava-se um plenário no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e, “[...] aproveitando a presença em Portugal de John F.C. Turner<sup>29</sup> [...]”, discutiam-se alguns temas fundamentais e “[...] emergentes da altura [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 130). Também com a presença de Nuno Portas e José Augusto Fernandes<sup>30</sup>, debater-se-iam alguns temas já mencionados do seminário. Entre eles “[...] a questão do estatuto dos solos, [...] a delimitação do objecto das intervenções

---

<sup>29</sup> John Turner é um arquiteto britânico que tem escrito extensivamente sobre habitação e organização comunitária. As suas publicações são influenciadas por um período de formação em que esteve a trabalhar nas favelas do Peru entre 1957 e 1965. Turner estudou e aconselhou uma série de reconstruções e urbanizações de favelas que faziam parte de uma iniciativa de âmbito nacional de desenvolvimento da comunidade. Durante esse tempo, o Peru também foi um dos principais centros para o debate sobre a política de habitação, desenvolvimento comunitário e o papel da autoajuda. A postura teórica de Turner foi formada neste contexto e com os aspectos combinados do trabalho dos teóricos urbanos peruanos Fernando Belaúnde, Pedro Beltrán e Carlos Delgado. A Tese central de Turner argumenta que a habitação é melhor fornecida e gerida por aqueles que estão a habitar nela, em vez de ser administrada centralmente pelo Estado. Na autoconstrução e autogestão da habitação e dos bairros, Turner afirmou que o “Norte global” tinha muito a aprender com as cidades em rápido desenvolvimento do “Sul global”. Através de uma série de estudos empíricos, alguns dos quais publicados numa coleção para o *Habitat International Coalition*, intitulado *Building Community*, ele mostrou claramente que os bairros projetados com grupos locais funcionou melhor, pois as pessoas eram especialistas nas suas próprias situações e deve ser dada a “liberdade de construir”. Frase esta que se tornou o título de uma coleção editada por Turner. Se esta liberdade foi concedida pelo Estado ou arrancada ao mesmo era menos importante. Neste contexto, o Estado, bem como profissionais privados, como arquitetos e engenheiros, atuam como facilitadores, resultando numa mudança de pensamento que valoriza a experiência e know-how local em detrimento de formas de conhecimento profissionalizadas e tecnocráticas. Em contraste com as políticas de “autoajuda assistida” do *World Bank*, às quais Turner é frequentemente associado, a sua visão era muito mais radical, uma vez que ele não só sustentou que os moradores deviam construir as suas próprias casas e bairros, como também que deviam ter controlo sobre a gestão da construção e das suas finanças. Em *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*, publicado pela primeira vez em 1972, Turner define esses mesmos pontos de vista, que ainda permanecem relevantes nos dias de hoje (Awan, 2017?).

<sup>30</sup> O então Ministro do Equipamento Social e Ambiente do 4º Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves (Bandeirinha, 2011). A tomada de posse dá-se a 26 de Março de 1975, tendo o Governo caído a 8 de Agosto de 1975, altura do Verão Quente (Guimarães, Ayala, Machado, & António, 2010, pp. 391-395).

[...]”, o tipo de auto-organização dos habitantes e, por último, “[...] as modalidades de financiamento à construção [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 130). Mais importante do que isso, seria a apresentação das Brigadas das suas “[...] primeiras exigências laborais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 130). Algo que, apesar de já estar estabelecido que receberiam o equivalente aos “vencimentos da função pública”, deixava ainda muitas questões em aberto, muito devido às “[...] naturais perplexidades em relação a um trabalho novo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 130).

Desde logo, os membros das Brigadas procuravam a melhoria das condições de trabalho. No que dizia respeito a vencimentos, defendiam a diferenciação de honorários “[...] para as diversas categorias [...]” e também a contabilização de outras “[...] questões de pormenor [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 130), como a definição de um valor fixo a receber por hora de trabalho, o pagamento da prestação de serviços de ação social, a isenção de impostos, etc. Foi a partir destas, e outras, exigências que se gerou “[...] um corpo autónomo [...]” e que se definiram “[...] as questões de equidistância [...] no papel de mediação entre os organismos do Estado e as populações” (Bandeirinha, 2011, p. 130).

Simultaneamente ocorria o 2º Seminário SAAL que, durante os dias 15 e 16, dava a oportunidade de debater um conceito bastante interessante e muito explorado neste serviço, sobretudo por possibilitar a “[...] minimização dos encargos iniciais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 132), que era o da “habitação evolutiva”.

Neste seminário, Nuno Portas fez questão de salientar experiências anteriores, como as de John Turner por exemplo, e os seus princípios. Talvez por isso fosse a favor de um “[...] processo já vigente nos meios rurais e suburbanos”, em detrimento de “[...] novas inserções urbanas [...]” que, caso fossem desprovidas de cautela, por parte dos técnicos, podia, no seu entender, dar azo à “[...] geração de novos *ghettos* [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 133). Lançado o novo tema de discussão, Portas concluía, em tom otimista, que “[...] o SAAL estava a atingir uma dimensão e uma abrangência muito superior ao que tinha sido previsto inicialmente” (Bandeirinha, 2011, p. 133).

No dia 20 de Novembro, era aprovada, sob a forma de despacho, “[...] a reformulação orgânica e administrativa [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 133) dos serviços centrais do SAAL. Maria Proença, responsável pelos mesmos, entendia que era “[...] necessário recentrar os trabalhos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 133) e encontrar “directivas comuns”, devido à tamanha diversidade das situações, até mesmo de cada bairro. Por

outro lado, tomava-se conhecimento de casos em que os técnicos se começavam a “[...] envolver mais profundamente com as lutas dos moradores [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 133) do que propriamente com o “apoio técnico” para a reabilitação dos bairros, ao qual se prestaram inicialmente.

A tentativa de combate a esta situação, passada sobretudo em Lisboa, teve os seus frutos, nomeadamente a adesão de “[...] um número considerável de técnicos e de funcionários [...] em regime de transferência voluntária” após o início da reestruturação, sobretudo de técnicos “[...] saídos doutros sectores do FFH [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 133).

Outra das preocupações de Nuno Portas, já em Dezembro, era o incumprimento de “[...] cerca de mil senhorios [...]” da lei que estipulava um prazo “[...] para arrendamento ou declaração das casas devolutas para arrendamento [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 134), o que os podia levar a ter que se justificar em tribunal. Situação esta que só vinha exacerbar, ainda mais, a situação habitacional “explosiva” do país, e que resultava da ameaça que o SAAL representava para a “[...] actividade dos agentes desse mercado [...]”, uma vez que viriam a perder “[...] importantes posições nesse negócio [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 136) de interesses. Era então por demais evidente que se assistisse ao bloqueio, ou tentativa de, da parte dos mesmos, do “[...] processo de aquisição pública dos terrenos em todas as instâncias possíveis” (Bandeirinha, 2011, p. 136).

Outra luta do SAAL era travada com as Câmaras Municipais, que viriam a sofrer da sua própria organização deficitária e dos seus “[...] mecanismos de funcionamento técnico e administrativo de sempre” (Bandeirinha, 2011, p. 137). Por estarem habituadas a “[...] anos de burocratização excessiva, de viciação processual e de inépcia operativa [...]”, o SAAL surgia como ameaça, mais uma vez, às suas “[...] ancestrais relações de poder” (Bandeirinha, 2011, p. 137). Os conflitos em torno do ordenamento dos territórios municipais começavam a surgir, e viriam a crescer à medida que os processos iam avançando, um pouco por todo o país, sobretudo quando se “[...] constatou a necessidade de efectuar algumas infraestruturas básicas nos bairros degradados” (Bandeirinha, 2011, p. 137).

Entretanto, o FFH ganhava um novo líder, o engenheiro militar Baltasar António Morais Barroco, e o ministro Melo Antunes injetava “[...] cerca de cinco milhões de contos de

verbas públicas no sector da chamada habitação social” (Bandeirinha, 2011, p. 134), com o seu Plano Económico e Social.

No início do ano de 1975, decorriam já “[...] 45 operações a trabalhar com a situação definida e clarificada [...]” (Conselho Nacional do SAAL, 1976). E, uma vez que o número de “[...] pedidos de apoio [...]” aumentava a olhos vistos, a perspectiva era que esse número viesse a “[...] aumentar significativamente [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 134). A “experiência piloto” inicialmente prevista já não fazia sentido, uma vez que os contornos do processo tinham ganho proporções completamente diferentes e difíceis de prever. Por esta altura, o SAAL sofria de “[...] uma inevitável crise de crescimento [...]”, assim como de uma transformação tal que o levava a ser usado como “[...] ponte institucional que uma imensa multidão de mal alojados usava para veicular as suas esperanças de futuro e as suas reivindicações urbanas” (Bandeirinha, 2011, p. 134).

Da mesma forma, os arquitetos começavam a compreender que o êxito dos seus projetos dependia diretamente do sucesso e da “[...] eficácia do processo [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 134). Apesar de conseguirem sentir a necessidade cívica de participar no auxílio às populações mais carenciadas, rumo aos seus “anseios”, e conseguirem basear o seu esforço e dedicação na esperança de algum reconhecimento e orgulho perante o sentimento de dever cívico cumprido. Focando sempre o seu trabalho na procura de, como o serviço assim pedia, um projeto convencional mas inovador que, no fundo, era fundamentalmente um “[...] trabalho de Arquitectura [...]” que se baseava na “[...] capacidade de confrontação com o real [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 134).

Já a 13 de Fevereiro, começavam a ser elaborados os “[...] processos de expropriação [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 134) que viriam a estimular, não só o serviço mas, também, os arquitetos, pois viam o mesmo a tomar o melhor rumo e, conseqüentemente, a aproximar-se da eficácia e da concretização que, obviamente, tanto ansiavam. Mas, antes de poderem iniciar os trabalhos, os técnicos de cada equipa tinham que apresentar três “[...] documentos escritos e desenhados de uma complexa sequência de trâmites”: a Definição de unidade Operacional (DUO), a Declaração de utilidade Pública (DUP), e, por último, a Declaração de Zona Degradada; que esclareciam, respectivamente, as questões do limite das áreas a intervir, da obtenção dos solos de forma “[...] prioritária [...] por parte das autarquias [...]” e do “[...] estatuto de prioridade para a intervenção nos terrenos em questão” (Bandeirinha, 2011, p. 134). Também os



arquitetos se ocupariam destas tarefas, mesmo que, no fundo, ansiassem “[...] avançar para a definição tipológica da organização dos fogos [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 134). Desta feita, ao mesmo tempo que os técnicos da “[...] área da intervenção social [...]” constituintes das brigadas se ocupavam dos inquéritos aos moradores, de forma a avaliar as “[...] potencialidades de êxito das operações” (Bandeirinha, 2011, p. 135), os arquitetos começavam as primeiras sondagens aos moradores sobre as suas ideias, opções e aspirações.

Ainda assim, todos os bairros estavam dependentes das suas possibilidades económicas, pois só assim o arquiteto podia “[...] dimensionar com rigor a escala da intervenção [...]” e ajustá-la às “[...] aspirações dos moradores [...]” (Bandeirinha, 2011). Desta forma poderiam também reunir alguns aspectos que podiam vir a consolidar todo o projeto e, conseqüentemente, o processo, aproximando-o de uma “[...] perspectiva social mais elucidativa [...]” (Bandeirinha, 2011). Ao combinar “[...] as tendências urbanas e rurais, os antecedentes gregários dos bairros [...]” e, por último, “[...] os modelos habitacionais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 135) que os moradores desejavam, formava-se o cenário perfeito para o sucesso e longevidade das habitações.

“Neste mesmo início de ano assistia-se, entretanto, à agudização das contradições dentro de um sistema de poder demasiado dividido para se deter com reformas estruturais, demasiado obcecado com a determinação ideológica dos rumos a seguir para poder perceber o que quer que fosse daquilo que se estava a passar no sector da habitação” (Bandeirinha, 2011, p. 135).

Nuno Portas viria a ser destituído do cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo a 26 de Março, data essa em que se dava a inédita confrontação dos “[...] seus programas e estratégias de política habitacional [...]” com “[...] outras direcções, técnicas e políticas [...]” conseqüentes da mudança de testemunho e da chegada de “[...] outras visões, objectivas e estruturais” (Bandeirinha, 2011, p. 135).

A partir deste momento, levantavam-se as mais variadas questões sobre o processo. Punha-se em causa a sua continuidade, uma vez que o seu “mentor” era exonerado no momento exato em que “[...] a tal experiência piloto [...] se estava [...] a ampliar quase indefinidamente por tudo quanto era bairro pobre e habitação degradada [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 136). Assim como também se questionava como é que o SAAL se podia suportar “[...] sobre as frágeis e efémeras bases normativas de um mero despacho [...]” e, conseqüentemente, que “elos” seriam “[...] capazes de ligar [...]”

(Bandeirinha, 2011, p. 136) um processo tão fragmentado, geograficamente falando, e tão heterogéneo.

No entanto, e respondendo a estas questões, acreditava-se que o processo se iria manter, por um lado, pela “segurança política” assegurada pelo número de associações que acreditavam no mesmo e que reconheciam as suas possibilidades e o seu crédito. Por outro, pelo processo já se encontrar numa altura em que começava, pela razão anterior, “[...] a ganhar foros de heroica intervenção pública nos territórios urbanos”, em vez do papel de mero apoio e participação na “[...] melhoria das condições habitacionais [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 136) que começou por assumir.

Tal desfecho para um percurso tão notável, até então, fazia do futuro do SAAL uma incógnita. Assim sendo, restava apenas saber que caminhos viriam a tomar os três agentes principais do processo e “[...] com que linhas se iria coser” sem Nuno Portas, que o havia “[...] protegido nos momentos cruciais [...]” e “[...] corrigido dos seus desvios mais fatídicos” (Bandeirinha, 2011, p. 137).

Por um lado, o próprio SAAL, pela relação inconstante que mantinha com o governo e os seus órgãos do poder, que umas vezes o apoiavam e outras o obstavam. Quer fossem questões de “[...] resolução expedita de gravíssimos problemas [...]”, quer fossem questões financeiras perigosas “[...] de movimentos incontrolados, de subversão excessiva da ordem fundiária [...]” (Bandeirinha, 2011, p. 137), que apoiavam e obstavam, respectivamente. Por outro, os moradores, que continuavam a alimentar a “[...] esperança na conquista de casas dignas [...]” e que elevavam o SAAL a elemento unificador de “[...] dezenas de bairros e as respectivas reivindicações urbanas” (Bandeirinha, 2011, p. 137). Por último, e no meio das duas anteriores, as brigadas, que continuavam a sentir-se entre a espada e a parede. Isto porque, ao defender a “[...] sua responsabilidade ética [...]”, sentiam-se forçados a prestar os seus serviços da forma mais profissional possível, ainda que sofressem de “[...] permanentes conflitos em torno do pagamento atrasado de honorários [...]” e que, por outro lado, este processo não permitisse libertar a sua criatividade em torno de “[...] alternativas exteriores ao SAAL” (Bandeirinha, 2011, p. 137).

“Tratava-se, portanto, de ver como é que o SAAL, um processo tão empírico, tão flexível, mas simultaneamente tão ancorado nos mais lídicos pressupostos da cultura arquitectónica emergente, poderia resistir sem a tutela e o acompanhamento daquele que fora o seu mentor, [...] Em suma, o SAAL estava entregue a si próprio. O futuro iria balizar a sua emancipação ou a sua orfandade, a sua rigidez ou a sua flexibilidade, a sua especificidade

vanguardista e revolucionaria ou a sua capacidade de adaptação social” (Bandeirinha, 2011, p. 137).

#### **4. Os “ÍNDIOS DA MEIA-PRAIA” – UM PROJECTO SAAL SINGULAR**

O terceiro capítulo dedica-se ao caso específico do Bairro do Apeadeiro da Meia-Praia, Lagos. Este que foi o projeto mais mediático de todo o processo e que será alvo de especial atenção.

Aqui será revelado o testemunho, quer de moradores contemporâneos do bairro, quer do próprio Arquiteto José Veloso, que recorda os primeiros momentos do SAAL, o seu papel fundamental no Algarve, as soluções arquitectónicas adoptadas na realização dos seus projetos, o final conturbado das operações e, sobretudo, os problemas e vicissitudes vividos na época e que perduram até aos dias de hoje.

Passados 40 anos, neste capítulo tenta-se perceber, numa primeira fase, o papel das novas gerações do bairro, a sua apropriação do mesmo e o modo como este se tem desenvolvido ao longo dos anos, apesar da constante negligência por parte do poder local. De que forma a desumanização do povo/habitante se gerou e aumentou, ao longo dos anos, contrariando todos os princípios de direito à habitação e à nova forma de estar social que o 25 de Abril trouxe. O que nos leva a levantar questões sobre os paradoxos de uma realidade contemporânea marcada pelo realojamento forçado e desmedido que leva a temer a integridade dos habitantes e, por sua vez, a continuidade do Bairro.

Por último, é feita análise ao Bairro da Bouça, no Porto, com o intuito de compreender com que medidas e de que forma este projeto de Álvaro Siza Vieira ultrapassou as dificuldades sociais e impedimentos económicos que o levaram a ser concluído, após 30 anos, e que fazem dele, hoje, “[...] um apetite para sectores endinheirados e requintados” (Veloso, 2013). Abordando as questões do isolamento, do abandono, do realojamento, das dificuldades económicas, dos conflitos sociais, entre outros, esta investigação tenta entender de que forma estas mesmas medidas podiam, ou não, ser adoptadas na Meia-Praia. De que forma na Bouça se conseguiu ultrapassar obstáculos das mais variadas naturezas, que ainda hoje se fazem sentir, que pudessem servir de mote para este e outros Bairros que sofram do mesmo.



## 4.1. MEMÓRIAS DO SAAL



Ilustração 1 – “Última cabana de colmo” (arquivo José Veloso, 1974)

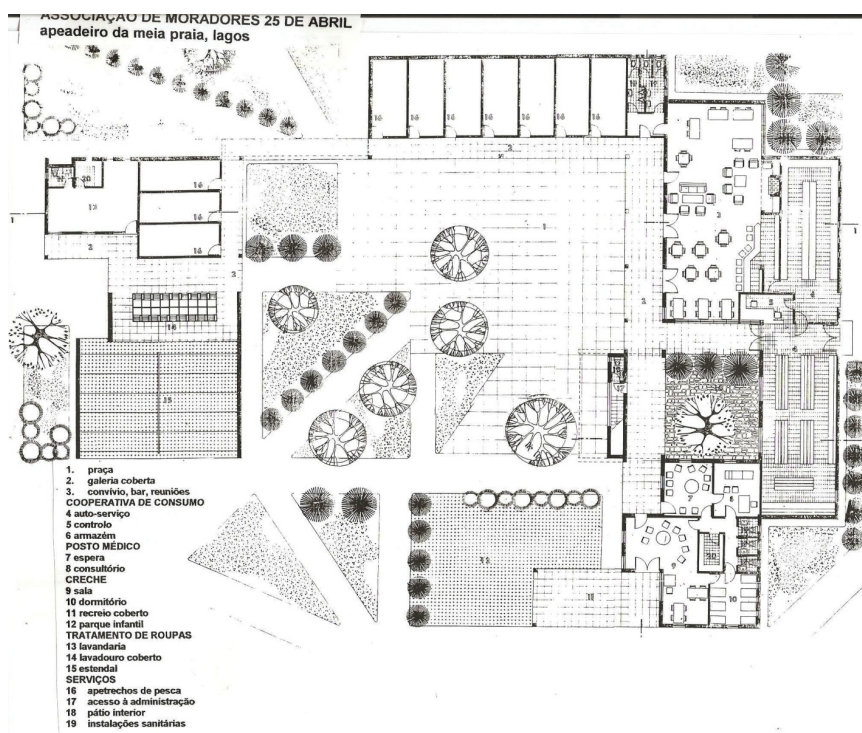
O Bairro do Apeadeiro da Meia-Praia, em Lagos, a cargo da Associação de Moradores “25 de Abril”, mais conhecido por “Bairro 25 de Abril” ou “Bairro dos Índios da Meia-Praia”, tornou-se uma das obras mais mediáticas de todo o Processo. Esta foi, por forma do Arq. José Veloso, “[...] a primeira associação de moradores do processo SAAL que começou a construir habitações [...]” (Oliveira, 2011).

Estas pessoas, que aquando do lançamento do despacho, em Agosto de 1974, “[...] não faziam ideia [...] da estrutura da sociedade [...]”, por viverem “[...] completamente alheadas da vida de Lagos”, construíram 40 habitações que lhes proporcionaram as “[...] condições dignas de habitação [...]” (Oliveira, 2011) que sempre lhes escapara ao longo da vida. José Veloso, numa “[...] atitude de civismo [...]”, conseguiu que “[...] ainda no inverno de 1974”, se comesçasse a construir o bairro que contribuiu “[...] para que as pessoas tivessem acesso a um direito” (Oliveira, 2011), até aí, por eles desconhecido.

Apesar dos esforços e das “promessas”, o difícil entendimento com as autarquias e, sobretudo, o poder local, fez com que a Câmara fizesse apenas “[...] os mínimos [...]”, acabado inclusivamente por guardar “[...] parte do projecto [...] na gaveta” (Oliveira, 2011). Limitando-se a permitir apenas a construção das casas, pura e simplesmente porque “[...] já havia financiamento estatal” (Oliveira, 2011).

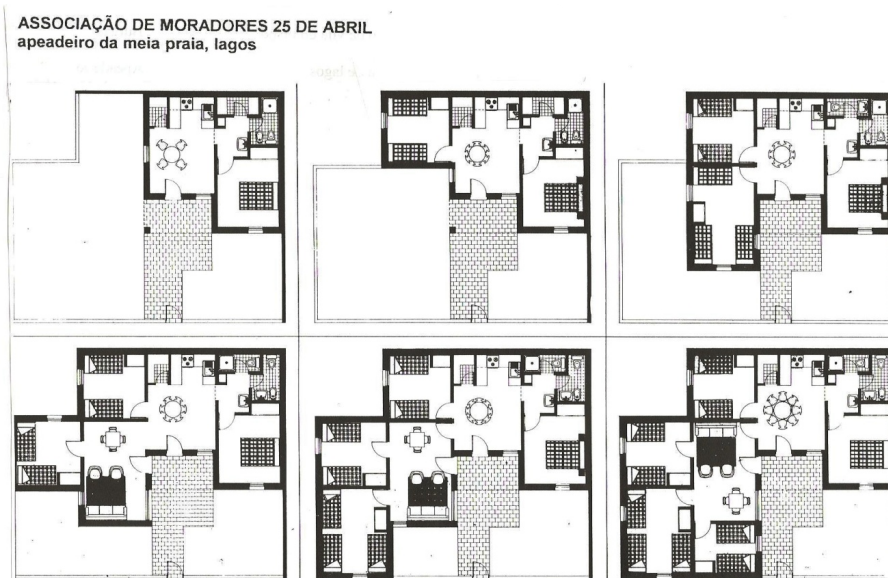
O plano, para além das habitações, previa a criação de equipamento social, não só de apoio às “[...] necessidades dos moradores do bairro [...]”, como também previa servir

de “[...] apoio ao turismo da praia [...]” e a “[...] futuras vizinhanças [...]” (Veloso, 2013).



**Ilustração 2** – Plano de Equipamentos de apoio ao Bairro dos “Índios da Meia-Praia” (arquivo José Veloso, 1974)

No que diz respeito às habitações, assim como em muitos outros projetos, José Veloso optou pela implementação do “[...] sistema de casa evolutiva [...]” (Veloso, 2013). Este funcionava como uma reinterpretação da “[...] cultura da vida numa barraca [...]”, onde uma vez que “[...] se torna pequena, aumenta-se [...]” (Veloso, 2013). Todas as famílias tinham direito à mesma área de lote, quer fosse um agregado familiar de apenas duas pessoas, como por exemplo um casal, quer fosse uma família numerosa e, posteriormente, cada morador construía conforme a “[...] necessidade de albergar as famílias que iam crescendo” (Oliveira, 2011).



**Ilustração 3** – “Plano das habitações em sistema de casa evolutiva (arquivo José Veloso, 1974)”

Por último, este sistema dava a hipótese de construir, não só, mais quartos, como também, salas de estar ou outros espaços, conforme, mais uma vez, as vontades, necessidades e possibilidades de cada família, uma vez que, finalizado o processo, cada um era livre para expandir as suas casas, desde que previamente autorizados pela Câmara local, que lhes daria o “[...] apoio técnico [...]” (Oliveira, 2011) para as ditas “[...] construções anexas de ampliação [...]” (Veloso, 2013).

Já sobre o final do SAAL, podemos dizer que nada teve a ver com a má imagem que, supostamente, se vinha a sentir em certos pontos do país. Sobretudo em Lagos, essa ideia não existia, muito pelo contrário, uma vez que a população sempre viu com bons olhos a construção do bairro (Veloso, 2013). Houve, isso sim, uma série de situações que levaram ao desfecho menos feliz do SAAL como, por exemplo, a tentativa do Engenheiro Eduardo Pereira, então Secretário de Estado da Habitação, de “[...] substituir o SAAL pelos pré-fabricados” (Veloso, 2013). Assim como, por outro lado, se vinha a desencadear uma batalha frontal contra o MFA a cargo de três arquitetos: Gomes Fernandes no Porto, Martim Garcias em Portimão e Helena Roseta em Lisboa. Esta batalha, ao nível da Assembleia da República foi “[...] de uma brutalidade e de uma violência [...]” (Veloso, 2013) tal que levou a que Eduardo Pereira convencesse o Ministro da Administração Interna, Costa Brás, através de um texto manuscrito, com um discurso que este último devia proferir, no Porto, onde justificava o novo Despacho que eliminava o SAAL. Por outras palavras, alterava-o mas na realidade extinguia-o. Entre estes e outros acontecimentos, houve um que tocou especialmente J. Veloso.



Em causa estava uma acusação, disfarçada por outras palavras como insinuação, de que haviam equipas que se estavam a aproveitar dos fundos disponibilizados pelo governo, sem fazer os trabalhos, e que esta situação se estava a tornar inoportuna pois resultava num “[...] grande prejuízo para o Estado” (Veloso, 2013). Esta situação tornava-se ainda mais pessoal quando se acusava “um arquiteto” de ter “[...] recebido dois mil contos em honorários [...]” (Veloso, 2013), o que levantou, como seria de esperar, uma enorme controvérsia. No fim, podia-se explicar este acontecimento de forma muito simples, uma vez que J. Veloso, o arquiteto em questão, estava responsável por uma equipa de dezasseis pessoas e esse dinheiro dizia respeito a quatro meses de honorários que estavam em falta. Esta equipa estava encarregue de todo o trabalho de funcionamento do atelier, desde a elaboração dos levantamentos socioeconómicos, das condições de habitabilidade até à concepção dos projetos assistência e instalação da obra e controlo de estaleiros, etc. O que, no final, feitas as contas, dizia respeito ao montante já referido. De referir também que estavam a decorrer dezasseis operações, só no Algarve, em simultâneo, com cerca de mil fogos em construção, que foram concluídas no espaço de dois anos, tudo a cargo desta equipa (Veloso, 2013).

Todos estes factos acabaram por ser omitidos, aquando da acusação já referida, e foi, então, não só mas também, nestes termos que em 1976 se começou a criar o conceito contra o SAAL de que este tinha sido “[...] um meandro de mistificação e burla” (Veloso, 2013). A acrescentar a tudo isto, dava-se outro acontecimento que fazia com que todo o processo perdesse, quase completamente, a sua dimensão. Nomeadamente, a passagem do que era o papel do Estado, no que dizia respeito a toda a organização do mesmo, para os Municípios. A partir daqui, todos os Municípios que se haviam sentido injustiçados pela perda de terrenos pela sua expropriação para as Operações SAAL, aproveitaram a situação e lidaram com os respectivos bairros a seu belo prazer (Veloso, 2013). No caso da Meia-Praia podemos, ainda hoje, observar uma situação de completo desprezo, negligência, abandono, discriminação, etc. No entanto, e apesar de todas as vicissitudes, do que se passou nesta transição, que ainda hoje traz precedentes, e das acusações públicas nas manchetes dos jornais, etc.; o que interessava era centrar, uma vez mais, as atenções para o que de facto o SAAL tinha feito até então e conseguir concluir isso mesmo, “[...] sem entrar na política pequena e suja [...]” (Veloso, 2013). Importava defender “[...] o que o SAAL queria fazer e o que o SAAL significava [...]” (Veloso, 2013), assim como hoje, mais do que nunca, é imperativo centrar a análise não só neste tema, sem dúvida, mas também,

por outro lado, é importante compreender, ou tentar compreender, se o SAAL não foi mais porque não pôde, porque não o deixaram ou se simplesmente já tinha chegado aos limites das suas possibilidades.

Ao relembrar o SAAL, percebem-se diferenças entre os diferentes pontos de vista consoante os pontos geográficos das operações. Como seria de prever, o SAAL sofreu várias interpretações que tomaram rumos completamente diferentes. No Porto, com Alves Costa, e no Algarve, com José Veloso, consegue-se compreender uma figura central, enquanto que em Lisboa o mesmo processo adoptou uma estratégia mais independente, caso-a-caso (Veloso, 2013). Assistiu-se, obviamente a algumas referencias, como os casos de maior importância como Raúl Hestnes<sup>31</sup>, Gonçalo Byrne<sup>32</sup> ou Siza Vieira, por exemplo. Mas, contrariamente ao que se passou no Norte e no Sul, não se assistiu a nenhum domínio por parte de nenhum arquiteto em relação

---

<sup>31</sup> Raul Hestnes Ferreira nasceu em Lisboa em 1931. Estudou no Porto, Helsínquia, Lisboa (Diploma 1961, 19 val.) e, com Bolsa de Estudos da Fundação Gulbenkian, nas Universidades de Yale e Pennsylvania (*Master in Architecture* 1965). Colaborou em ateliers do porto, Helsínquia, Lisboa e Filadélfia, nomeadamente com Arménio Losa e Cassiano Barbosa (1955-57) e Louis Kahn (1963-65), e com entidades públicas em Lisboa, Almada e Beja. Tem obras publicadas em livros e revistas de vários países, incluindo uma Monografia dos seus trabalhos (ASA 2002), estando representado no *Dictionnaire d'Architecture du XXème siècle*. Efetuou conferências e participou em reuniões e exposições em Portugal e noutros países, assim como lhe foram atribuídos vários prémios a nível nacional como, por exemplo, o prémio Valmor de 2002 (ISCTE II/ICS). Ensinou arquitetura na Escola de Belas Artes, Lisboa (1970-72), na Cooperativa ÁRVORE, Porto (1986-88), na Universidade de Coimbra como Professor Catedrático convidado (1991-2003) e no ISCTE (2001-2003). Foi autor de vários projetos de arquitetura, nomeadamente em Lisboa (Escola Secundária de Benfica, Complexo do ISCTE e da Faculdade de Farmácia e Bairro SAAL Fonsecas-Calçada), assim como de outros projetos em Beja, Évora, Avis, entre outros. Como urbanista, foi responsável pelo Sector de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Plano de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAMIL) e pelos Planos UNOR 40 e respectiva Praça Institucional, em Lisboa, Bairro das Portas de Mértola, em Beja e Bairro da Rosa, em Coimbra (ISCTE, 2006, p. 197).

<sup>32</sup> Gonçalo Sousa Byrne nasceu em 1941, em Alcobaça e diplomou-se pela ESBAL em 1968. Trabalhou com Raúl Chorão Ramalho, Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas antes de abrir o seu próprio escritório, em 1975. Em 1991 cria o gabinete GB Arquitetos e, dois anos depois, associa-se a Manuel Aires Mateus. Dirigiu o “Jornal Arquitectos” em 1980 e entre 1986 e 1988 foi professor titular de projeto arquitectónico na Cooperativa Árvore, no Porto. Foi professor convidado em Lausanne (Suíça), Nápoles e Veneza (Itália), Lovaina (Bélgica), Barcelona e Navarra (Espanha), Nancy (França), Gratz e Harvard (E.U.A.). É, desde 1992, professor do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. A sua obra mereceu várias distinções, entre elas o Prémio Arquitetura da Secção Portuguesa da AICA (1988), Grande Prémio Nacional de Arquitectura da AAP/Secretaria de Estado da Cultura (1988 e 1993), Recebeu a Cruz de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1995). Entre as suas obras principais, destacam-se o Complexo Habitacional “Pantera Cor-de-Rosa” (Lisboa, 1972-74, com Reis Cabrita), a Reitoria da Universidade de Aveiro (1992-2002) a reconversão de um quarteirão no Chiado (Lisboa, 1994-2002) e o Centro de Coordenação e Controle de Tráfego Marítimo do Porto de Lisboa (1997-2002). Atualmente vive e trabalha em Lisboa (Vaz Milheiro, Fiúza, Coelho, & Cardim, 2009, p. 133 e 134).

aos outros nem, por outro lado, nenhum acabou por assumir o controlo das operações da sua zona (Veloso, 2013). Isto talvez por Lisboa englobar uma maior área geográfica e, por sua vez, um maior número de operações que se encontravam mais afastadas entre si e, por isso, não tinham a possibilidade de criar o sentimento de união pela falta de interação.

Mais concretamente no caso do Algarve, J. Veloso recorda: “Estávamos juntos!”. As duas grandes preocupações, mais do que óbvias na sua cabeça e nas de toda a equipa que o acompanhou, era a importância de fazer corresponder os seus conceitos ao que era o SAAL, numa primeira instância, e fazer com que “[...] as pessoas fossem criando a consciência dos seus direitos e daquilo que estavam a fazer, e depressa!” (Veloso, 2013). Era por demais necessário fazer chegar às pessoas que, pois por viverem um tanto ou quanto isoladas se alheavam disso, se estava a viver a revolução. E mais importante ainda, era conseguir mostrar-lhes que esta serviu, não só, para a definição do ordenado mínimo, para a reforma, para a melhoria dos serviços de saúde, para o direito à educação mas, também, para a habitação (Veloso, 2013). E a melhor forma de demonstrar, pelo menos, uma dessas novas possibilidades, desses novos direitos, era permitir que as pessoas aplicassem elas próprias o seu direito de cidadania e, com apoio técnico e qualificado, construíssem as suas próprias casas. A chamada “faceta política”, em termos de cidadania e em termos de proposta política de exercício da cidadania que o SAAL incluía, “[...] era muito mais valiosa do que dizer simplesmente: ‘Olha, há ali umas zonas novas para onde as pessoas vão morar’” (Veloso, 2013). Em Lagos, e no Algarve, as pessoas tinham que participar no ato de construir a cidade. Isso era o que mais importava, portanto, “[...] tinha que ser visto e concretizado, não apenas discursado” (Veloso, 2013).

O povo estava em revolução e a ideia era “[...] construir um país novo, com novas regras e processos, com novas mentalidades e sociedades” (Veloso, 2013). Era imperativo que as pessoas entrassem, de facto, nessa construção, nessa transformação. Por isso mesmo, a construção não lhes podia ser oferecida, muito pelo contrário, “[...] tinha que ser delas [...]” (Veloso, 2013), tinham que construir as suas casas, pois era a esse direito, que nunca tiveram e que desconheciam, que tinham que ser conduzidas.

O tema da autoconstrução leva-nos a uma das grandes dualidades de critérios. Neste caso relativamente, mais uma vez, às diferenças entre Norte, Sul e Centro, e que diz

respeito à afirmação de Nuno Portas de que: “[...] não estava implícita a autoconstrução no processo [...]” (Dias, 2007). O que nos permite concluir que este acaba por “confundir” ou não dar “[...] o devido valor [...]” (Veloso, 2013) à prática e ao sentido da autoconstrução, uma vez que também na Meia-Praia, e no Algarve em geral, não se deu a adesão total dos moradores de todas as operações na construção das casas. Contudo, ninguém se mantinha alheio por não construir, pois o ato de “[...] construir as próprias casas [...]” tinha duas fases: a primeira, que “[...] ficava pela decisão [...]”, e a segunda, que “[...] se podia estender à autoconstrução [...]” (Veloso, 2013). Tanto que, no mesmo projeto, “[...] houve pessoas que trabalharam nas casas e outras que não trabalharam [...] e foi SAAL na mesma” (Veloso, 2013). O que realmente importa no próprio sentido da “autoconstrução”, e talvez por isso a construção do bairro da Meia-Praia tenha tido o reconhecimento e a exposição que teve, é, por exemplo, perceber o significado da imagem de uma senhora a carregar um tijolo na cabeça (Dias, 2007).



**Ilustração 4** – “Senhora a carregar um tijolo na cabeça”, José Veloso (Dias, 2007)

E, nos dias de hoje, ao interpretarmos todo o processo, e particularmente este caso, a questão que temos que colocar não é: “Qual o significado deste gesto para a construção da casa?”; mas, por outro lado, devemos tentar compreender “[...] o que é que este mesmo gesto significa na construção da mentalidade cívica da pessoa [...]” e o que é que isso representa para a “[...] integridade e entrega daquela pessoa [...]”: Podemos dizer que significa tudo, que todo este acontecimento representou, e representa, um “Profundo significado [...] na vida de uma pessoa. Pois, aquela mulher, enquanto viveu, pôde dizer: ‘Eu construí a minha casa’” (Veloso, 2013). Isto sem tirar o

mérito de outros processos que, à sua maneira, chegaram às mesmas conclusões, com o mesmo mérito, mas por outros meios.

Em suma, podemos concluir que, não estando implícita a autoconstrução, nunca nenhum projeto do SAAL no Algarve assim o impôs. Muito pelo contrário, pois a decisão de construir as casas pelas suas próprias mãos era tomada pelos próprios habitantes, quer ao nível da construção como ao da participação. As pessoas, ao ter essa liberdade, acabariam por tomar as suas decisões conforme as suas possibilidades e vontades, conforme a sua disponibilidade e, até, conforme a capacidade de conciliar os seus trabalhos e estatutos com o trabalho na obra (Veloso, 2013).

## **4.2. CULTURA ARQUITECTÓNICA VS CULTURA PROFISSIONAL**

O SAAL trouxe uma infinidade de visões, perspectivas e interpretações, quer no seu início, quer no fim. Hoje em dia, ainda podemos obter testemunhos de arquitetos que participaram no processo mas que, por força dos acontecimentos e, mais uma vez, das suas interpretações, acabam por assumir, alguns sem o realizar, que “[...] não perceberam o papel que tinham desempenhado [...]” (Veloso, 2013). Alguns desses arquitetos fizeram e participaram nos projetos para mérito próprio, fazendo-os como se fossem para eles ou como se de um projeto comum para um cliente habitual se tratasse. E outros que, não o fazendo para eles e tendo percebido minimamente o seu papel no processo, hoje em dia não se orgulham dos mesmos. Recriminando-se relativamente às soluções adoptadas e à qualidade formal e estética dos mesmos. Na verdade, muitos dos bairros, por força de um cessar prematuro e repentino do SAAL, foram deixados à sua mercê e, grande parte das mesmas, ainda com obras por concluir. Coube, então, aos habitantes, como seria de esperar, finalizar as obras necessárias sem o apoio técnico prometido. Daí que hoje seja injusto acusá-los de tais práticas, muitas vezes infelizes, uma vez que, na verdade, estas pessoas foram conduzidas a esta situação e nunca deixaram de o fazer “[...] com a maior das boas fés [...]” (Veloso, 2013). Para além disso, e a acrescentar a esta situação, as casas eram suas, tinham-lhes sido entregues, já haviam pago e construído as mesmas, ou seja, a partir do momento em que se viram novamente abandonados, fizeram o que bem entenderam. Como assim tinham concretizado, anteriormente, que estava no seu direito, sem de modo algum intencionar ofender o arquiteto e a sua criação. Já na perspectiva do arquiteto, também seria injusto culpá-lo pela sua intervenção, que se

dirigia ao princípio de “[...] criar uma cultura arquitectónica [...]” (Veloso, 2013), ter sido interrompida. Esta “cultura arquitectónica” não se podia nem se pode exigir às pessoas que a tenham, quando nunca tiveram acesso a tal nem têm conhecimento da sua existência. Apenas em casos muito raros e pontuais se assiste a uma pessoa com essa noção, pois o habitual é “[...] as pessoas apropriarem-se das suas casas ao ponto de realizar as alterações que melhor satisfaçam a sua vontade [...]” (Veloso, 2013), segundo a formação que têm, a que tiveram acesso e não a que procuraram.

O que de bom se retira, relativamente à questão da apropriação desgovernada dos habitantes e de desenvolver a sua cultura arquitectónica, é podermos assistir aos mais variados casos, quer os que se tornam deploráveis, quer os que, curiosamente, nos fazem reconhecer a qualidade do ato de cultura. Casos esses a que podemos dar o devido valor a um pormenor que, noutras circunstâncias, podia ter sido pensado e desenhado pelo próprio arquiteto (Dias, 2007).

Toda esta questão se prende com o facto de alguns arquitetos não se terem integrado nestas situações. Com o facto de se terem “[...] limitado a exercer a profissão [...]” (Veloso, 2013) ao ponto de restringir a sua própria postura. Com o facto de esquecerem a análise crítica do programa, inerente ao exercício da profissão, e de se focarem no conceito de especialização. Conceito este que “[...] recusa a cultura geral [...]” que, por sua vez, “[...] implica cultura de cidadania [...]” e que, por sua vez, tem implicações que se prendem com a “[...] prática da profissão enquanto cidadão [...]” (Veloso, 2013). A profissão do arquiteto está sempre ligada à sociedade, nunca são casos isolados. Mas, nalguns casos, deu-se uma enorme “[...] falta de cultura arquitectónica [...]” da parte dos arquitetos, pois adotaram uma atitude que mostrou “cultura profissional” em detrimento de “cultura arquitectónica” (Veloso, 2013).

Ainda que seja acusado por Nuno Portas de ser um arquiteto muito prático e de ter sido o que “[...] mostrou menos arquitetura [...]” (Dias, 2007), podemos defender que, no que diz respeito à finalidade do processo, “[...] a posição do arquiteto, como figura de destaque num exercício de demonstração das suas aptidões e qualidades, enquanto arquiteto, era o que menos importava” (Veloso, 2013).

Outra das questões que se destacam nesta mesma ambiguidade de situações ocorridas no SAAL de Norte a SUL, e que se prende um pouco ainda com a questão anterior, é a definição do papel do arquiteto no processo. No projeto concreto e em tudo aquilo que o define e o constrói.

Sobre o Bairro da Bouça, onde Siza Vieira é acusado por Nuno Portas de “[...] impor a sua vontade ao longo do projeto [...]” (Dias, 2007) em detrimento das ideias e vontades dos habitantes, José Veloso revela não concordar com essa opinião, defendendo que a atitude em questão não teve “[...] nada a ver com fazer o projeto para si próprio [...]”, mas sim, “[...] com o papel de síntese que é esperado de um arquiteto [...]” que, após levar o projeto ao limite da discussão, “[...] pratica o seu papel em conformidade com as premissas que lhe são impostas” (Veloso, 2013). E, apesar da especificidade do processo, não se esperava outra atitude de qualquer arquiteto em que situação ou ponto geográfico fosse.

Como forma de exemplo, podemos referir “[...] o caso do degrau [...]” (Veloso, 2013), no projeto SAAL de Manuel Tainha, onde o mesmo, invocando o seu papel, propõe dois degraus na zona dos quartos para que os mesmos se mantivessem “[...] mais frescos no Verão e mais quentes no Inverno” (Dias, 2007). Esta proposta fez com que o futuro habitante da casa compreendesse, como todos deviam compreender, que o arquiteto “[...] estava a trabalhar para ele e não para si próprio [...]” (Veloso, 2013). Esta atitude deve estar inerente à prática profissional de qualquer arquiteto, pois funciona como “[...] contributo para a formação da cultura arquitectónica [...]”, para que, desta forma, as pessoas adquiram “[...] uma postura mais lata e informada perante a arquitetura [...]” (Veloso, 2013).



**Ilustração 5** – “O caso do degrau”, José Veloso (Dias, 2007)

Embora, em termos físicos, o SAAL-Norte e o Sul se encontrassem mais afastados e, por isso, fosse previsível uma maior heterogeneidade de pensamentos, a verdade é que se deu exatamente o contrário. Tanto no Norte como no Sul assistiu-se mais ao

conceito da organização das populações e, talvez por isso, se aproximem mais, pois havia a preocupação prévia de tentar consciencializar as pessoas para aquilo que estavam ou que iam fazer. Pois, assim como uma criança não sabe ler quando nasce, estas pessoas não sabiam o que era o direito à habitação, portanto, antes de mais, tinham que “[...] ir aprender a ler [...]” antes de “[...] pegar num livro” (Veloso, 2013). Para assim irem assumindo essa consciência. Os habitantes precisavam de passar por um processo contínuo de aprendizagem, de realização e de consciencialização, daquilo que estavam a fazer, paralela à consciencialização de saberem, por exemplo — e a propósito de um projeto específico de J. Veloso — o que era uma cozinha. Estas tinham que ser situações paralelas e nunca uma após a outra. Não se ia ensinar às pessoas o que era a cozinha para estas, depois, poderem dizer como é que as queriam. O processo tinham que ser simultâneo e, obviamente, o arquiteto tinha sempre o papel de demonstrar o que realmente funcionava melhor para o bem-estar dos futuros habitantes e para o melhor aproveitamento e adaptação das suas casas ao funcionamento do seu dia-a-dia (Veloso, 2013).

Em suma, assistiu-se a uma grande variedade de conceitos, desfecho esse óbvio da interpretação do despacho por cada indivíduo, mas, no que toca à consciencialização, à necessidade de tornar esse processo pertença das pessoas, de levar as mesmas a compreender os seus direitos e ao direito da prática dos mesmos, podemos verificar que, tanto no Norte como no Sul, se fez sentir essa prioridade, ao contrário da zona centro que, por ter sido um processo mais diluído, não se sentiu uma coesão total, quer neste sentido quer noutro que pudesse surgir (Veloso, 2013).

### **4.3. CONTEÚDO SOCIAL E POLÍTICO DO SAAL**

Nos dias de hoje será difícil, ou mesmo impossível, fazer com que “[...] quem não viveu o SAAL o compreenda em toda a sua dimensão [...]” (Veloso, 2013). Hoje vivemos numa época diferente, em que tomamos como dado adquirido tudo aquilo pelo que se lutou antes, durante e, até, depois do 25 de Abril. Podendo apenas realizar o que este proporcionou e, mais importante ainda para esta investigação, o que poderia ter vindo a proporcionar.

De facto, podemos afirmar que “[...] não havia um SAAL [...]”, mas sim, “[...] uma proposta de um SAAL [...]” que, depois, e como já foi referido anteriormente, teve



diferentes interpretações e leituras e só “[...] não foi mais longe porque foi interrompido” (Veloso, 2013).

Hoje, vive-se numa “[...] sociedade estabilizada [...]”, daí ser difícil compreender a diferença para uma época onde se pretendia “[...] mudar a sociedade portuguesa em todas, mas todas, as suas formas” e onde se defendia o principal valor da “[...] construção de um país novo, a partir do nada, após o tempo de recessão” (Veloso, 2013). Ou seja, o “clima consolidado” em que a sociedade portuguesa vive nos dias de hoje, que nos traz uma “[...] normalidade assumida, tornada incontestável [...]” (Veloso, 2013) passa, até certo ponto, despercebida, como sendo parte integrante da vida e do quotidiano. Torna difícil a tarefa de nos colocarmos naquela situação e de percebermos o “[...] clima social e cultural de um pensamento novo [...]” e de compreendermos a situação de “[...] realização de uma nova sociedade, a construir as suas próprias novas regras” (Veloso, 2013).

A tendência habitual é a de analisar o SAAL apenas no que diz respeito à “[...] óptica da arquitectura e do urbanismo [...]”, em detrimento do seu “contexto histórico” (Veloso, 2013). Mas podemos afirmar que:

“O SAAL não foi uma receita. Foi um programa num tempo histórico e numa forma irreproduzíveis. Existiu numa época cujos contornos culturais, sociais e políticos, exigem, para a análise dos acontecimentos de então, um esforço intelectual para não usar as referências da vida de hoje. Isto porque ainda não decorreu o tempo necessário para se ver o SAAL como componente de um processo histórico” (Veloso, 2013).

O SAAL, mais do que potenciador da melhoria da qualidade de vida de milhares de habitantes do nosso país, podia ter sido “[...] um grande ponto de partida para um grande debate da cultura arquitectónica em Portugal” (Veloso, 2013). Um ponto de partida magnífico que se apoiaria na experiência acumulada com a construção de milhares de casas em centenas de casos. Mas não o foi. E, em vez de ter sido tratado e documentado para futura apreciação, análise e discussão, “[...] foi odiado ideologicamente e condenado [...]” (Veloso, 2013). Criou-se um estigma em torno do mesmo, envolto em polémicas, esquemas e “[...] oportunismos que o condenaram e levaram ao seu fim” (Veloso, 2013).

Para concluir, podemos refletir sobre o que foi o SAAL, e o que daí se podia ter retirado ou aproveitado, mesmo com a sua extinção, para os dias de hoje.

O SAAL, na sua base teórica, e ao contrário do que se possa perceber à primeira vista, “[...] não visava construir casas para pessoas mal alojadas [...]” (Veloso, 2013). Ia muito para além disso, uma vez que o seu verdadeiro objectivo era criar as condições necessárias para que essas mesmas pessoas pudessem “[...] exercer um direito de cidadania que desconheciam” (Veloso, 2013). Dar a conhecer às populações marginalizadas o conceito de “cidadania activa”, “[...] o direito de participar nas decisões sobre as suas condições de habitar [...]” e permitir-lhes praticá-los “[...] em pé de igualdade cívica, convivendo numa cidade plural” (Veloso, 2013).

Posto isto, podemos afirmar que o que se podia aplicar do SAAL, nos dias de hoje, não era a sua forma, mas sim, “[...] o seu conteúdo social e político [...]” (Veloso, 2013). Pois o SAAL não se tratava apenas de “[...] um programa que se punha aos arquitectos [...]”, tratava-se também de um programa que “[...] queria construir uma sociedade nova [...]”, cujos valores e dinâmicas que movia “[...] acompanhavam os da revolução” (Veloso, 2013). Ia muito mais além daquilo que era “[...] um programa tradicional de bairros sociais [...]”, daí ter sido odiado, como “[...] continua a ser hoje [...]” (Veloso, 2013), em certos casos. Combatido por quem não aceitava, “[...] por ideologia de classe [...]”, o que o SAAL punha em causa e, posteriormente, “[...] levado a apresentar uma imagem degradada [...]”, como por exemplo o da Meia-Praia, ou, no caso mais específico do Bairro da Bouça, “[...] transformado numa banal operação imobiliária” (Veloso, 2013). Bairro este que, após as inúmeras adversidades sofridas ao longo da sua execução, acabou por ser “[...] transfigurado num apetite para sectores sociais endinheirados e requintados” (Veloso, 2013).

#### **4.4. BAIRRO DA BOUÇA DE SIZA VIEIRA ENQUANTO MATRIZ**

Dada a revolução, era criada, no Porto, a Associação de Moradores da Bouça. Esta, composta por “[...] famílias que viviam nas ilhas [...]”, viria a instalar as suas famílias em casas embargadas, pertencentes ao Ministério da Justiça, “[...] com o compromisso de as deixar quando houvesse casas dignas para essas famílias” (Castanheira, 2007, p. 17).

Foi então que, com a constituição do SAAL, Alexandre Alves Costa, na posição de Coordenador do SAAL Norte, incentivou os ditos moradores a “[...] ocupar as casas [...]” já desenhadas por Siza Vieira para o terreno e que viria a servir “[...] como moeda

de troca [...]” (Castanheira, 2007, p. 17) para abandonarem as suas habitações provisórias. Estes futuros moradores, embora estivessem habituados precárias condições habitacionais, estavam bem conscientes de que se encontravam no direito de ter “casas condignas”, uma vez que, citando Carlos Carvalho:

“Na altura a habitação dita social era sobretudo a habitação camarária. Era um modelo que nós rejeitávamos porque não respeitava as pessoas, era contra elas. Para além de fraca qualidade, as pessoas eram corridas para fora dos locais onde viviam. Nós tínhamos um lema: o direito ao local” (Castanheira, 2007, p. 17).

Por esta altura estavam previstas apenas 56 casas para as “[...] 300 famílias inscritas [...]” (Castanheira, 2007, p. 17) na Associação de Moradores, o que levou à necessidade de criar critérios para a obtenção das mesmas. Apesar do elevado número de famílias, “O critério determinante foi sempre o estado de necessidade”, uma vez que durante todo o processo de seleção, que incluiu desde levantamentos a inquéritos, “Nunca o aspecto económico prevaleceu” (Castanheira, 2007, p. 17).

Assim como José Veloso, nos dias de hoje, mantém a esperança de ver resolvidas todas as adversidades sofridas pelo “seu” bairro ao longo dos anos, também Siza Vieira sempre manteve “[...] a esperança de que isso acontecesse [...]” (Castanheira, 2007, p. 16) na Bouça.

Contrariamente ao que se passou na Meia-Praia, o Bairro da Bouça não chegou a ser concluído dentro do prazo previsto. Só após “[...] 30 anos de interrupção [...]” e, mais uma vez, por culpa da “[...] contínua pressão dos moradores das nunca acabadas casas da primeira fase” se conseguiu que a CMP - Câmara Municipal do Porto, em conjunto com o INH – Instituto Nacional de Habitação, tomasse a decisão de “[...] finalizar a obra” (Castanheira, 2007, p. 16).

O facto de “[...] cerca de 1/3 do total” das casas já estarem habitadas e terem sofrido, ao longo dos anos, “improvisadas intervenções”, trouxe alguns problemas à “[...] segunda fase do projecto [...]” (Castanheira, 2007, p. 16). Os moradores temiam, não só, pelo “[...] eventual aumento da renda” mas, também, pela possível perda das qualidades de uma habitação que, por força da sua interrupção, privilegiava de um “[...] magnífico isolamento [...]” (Castanheira, 2007, p. 16), perfeitamente situado no centro da cidade.

Embora as habitações se encontrassem num “[...] ambiente degradado [...]”, os moradores não viriam a aceitar esta operação de braços abertos. Talvez marcados

pela desconfiança que o falhanço da primeira fase lhes trouxe, só após “[...] um paciente diálogo com os moradores [...]” (Castanheira, 2007, p. 16) se chegaria a um acordo entre as partes. Desde logo, e muito por culpa do grande número de casas já habitadas, Siza viu-se obrigado a “[...] manter quase integralmente o projecto inicial [...]” (Castanheira, 2007, p. 16). Imposição esta que vinha também da sua compreensível vontade de fazer com que estas casas, as já construídas e as que viriam a ser, fizessem “[...] parte de um projecto unitário” (Castanheira, 2007, p. 16).

Novos tempos trouxeram novas necessidades. Passados 30 anos, Siza viu-se obrigado a rever o projeto segundo uma óptica de “[...] evolução profunda da população residente” (Castanheira, 2007, p. 16). As exigências, quer dos regulamentos atuais quer da população, eram obviamente diferentes pois o contexto era agora completamente do que se viveu antes da revolução. Já não se sentia, por exemplo, “[...] a necessidade de uma garagem, ou a preocupação em demarcar espaços público e privado [...]” (Castanheira, 2007, p. 16).

“Não é a obra perfeita. Mas seria isso o principal?” (Castanheira, 2007, p. 16)

Como seria de prever, este tratava-se de “[...] um projecto radicalmente económico [...]”, o que trouxe a possibilidade, da parte dos habitantes, de recorrer a “[...] melhoramentos pontuais de qualidade e de conforto” (Castanheira, 2007, p. 16) outrora impossíveis. Curiosamente, passados 30 anos, esta obra tratou-se novamente de “[...] um projecto participado [...]”, em tudo atual mas mantendo premissas antigas. As famílias residentes puderam, mais uma vez, participar e relacionar-se diretamente com as suas “novas” casas, acabando apenas por ter que “[...] atender às exigências manifestadas, algumas por preconceitos que acompanham a melhoria objectiva de qualidade de vida” (Castanheira, 2007, p. 16).

“Concluída a obra, a reacção do mercado mostrou que o tipo de habitação não só não correspondia por inteiro às tendências actuais na procura de habitação económica – para bem e para mal – como, por outro lado, eram atractivas para outros sectores da população: estudantes, profissionais jovens, famílias recém-formadas – protagonistas da mobilidade característica da cidade contemporânea” (Castanheira, 2007, p. 16).

De 1974 para hoje, ficou pelo caminho “[...] a integridade do primeiro desenho” (Castanheira, 2007, p. 16). Fruto das modificações naturais de uma cidade que cresceu. O terreno do Bairro da Bouça tornou-se mais próximo do centro da cidade, com a construção de uma “[...] estação metropolitana à porta [...]”, que faz a ligação a toda a cidade, de “[...] equipamentos abertos às ruas envolventes [...]” (Castanheira,

2007, p. 16) e de mais características que o transformam no “[...] apetite para sectores sociais endinheirados e requintados [...]” (Veloso, 2013) a que já tinha sido feita referência.

Nesta segunda fase, “[...] o processo [...]” de escolha “[...] não teve nada de social” (Castanheira, 2007, p. 17). Contrariamente ao que se passou na primeira fase, agora “[...] havia poucos candidatos [...]” (Castanheira, 2007, p. 17) e os que haviam, apenas tinham como critério de aceitação a inscrição na cooperativa de moradores. Sentiu-se então a necessidade de divulgar que existiam “[...] casas que sobravam [...]”, o que rapidamente trouxe “[...] uma corrida, sobretudo de [...] jovens ligados à arquitectura” (Castanheira, 2007, p. 17).

O facto de haver ao dispor “[...] casas económicas do Siza na Bouça [...]” atraiu sobretudo compradores interessados “[...] numa perspectiva de investimento futuro [...]”, que em nada favorecia o bairro, pois perdia-se a esperança de criar uma comunidade que se empenhasse “[...] na construção social do bairro” (Castanheira, 2007). Em vez disso, associavam-se ao mesmo apenas por uma questão de interesse económico e iam-se embora ao mínimo vislumbre de possíveis “mais-valias” com a venda da sua casa.

Ou seja, a constituição de uma comunidade social em prol do crescimento e manutenção do bairro encontra-se, hoje, em risco, devido às possibilidades de prospecção de habitações “económicas” de Siza Vieira que, como seria de esperar, abrem o apetite dos mais oportunistas.

Para além disso, as pessoas que hoje habitam as novas casas pertencem a “[...] contextos profundamente diversos [...]”, pois as mentalidades, “[...] motivações e expectativas [...]” (Castanheira, 2007) são totalmente diferentes. Aos trabalhadores operários, “[...] bastante idosos, sem formação profissional ou académica e sem hábitos de viver numa habitação digna”, juntaram-se pessoas jovens, todas elas “[...] socialmente integradas, sem dificuldades económicas” (Castanheira, 2007). Mudaram-se para a Bouça porque “[...] gostavam da zona, do aspecto, do projecto [...]” (Castanheira, 2007), enquanto que os habitantes da primeira fase tiveram de se adaptar a um espaço que não sabiam usar nem gerir.

Esta divergência nas mentalidades dos habitantes da primeira e da segunda fase faz com que não haja convivência. Não havendo objectivos comuns, não existe união, e

assim sendo é natural que estas pessoas se sintam “[...] pouco motivadas para a vida comunitária” (Castanheira, 2007, p. 17). Não é um hábito comum nos dias de hoje. O sentimento de bairro e comunidade não é natural em pessoas que sempre viveram na cidade e que, por força da sua escala, nunca viveram com este conceito; e dificilmente o compreenderão. Assim como os primeiros habitantes sofreram um período de adaptação e aprendizagem até saberem apropriar-se das suas casas, estes novos habitantes sofrerão, se é que ainda não sofreram, de um igual ou maior período de adaptação à convivência e à vida em comunidade.

No entanto, e para finalizar, apesar da difícil coesão entre os habitantes:

“[...] a vinda destes novos moradores criou uma espécie de auto-estima nos que já lá moravam. Com a chegada de gente qualificada [...] pensaram: afinal de contas eles são como nós, moram em casas iguais às nossas. Ora isto promove uma sensação de auto-estima, favorece a integração e quebra preconceitos sociais” (Castanheira, 2007, p. 17).

Deve-se compreender que o próprio SAAL negava e recusava “[...] o próprio conceito de bairro” (Veloso, 2013), uma vez que:

“A nova consciência sobre o habitar, que o SAAL integrava e promovia, era a de que a habitação urbana é sempre parte, sectorial ou estrutural, da construção da cidade. E, assim sendo, é um acto social e político, um caso de cidadania que à comunidade compete nele participar e intervir, enquanto o urbanismo e a arquitectura cumprem o seu papel de serviço público” (Veloso, 2013).

Daquilo que é hoje o bairro da 25 de Abril, o que viveu e a forma como se mantém firme e convicto, podemos afirmar, em forma de sugestão, que poderia ter o mesmo fim do já referido Bairro da Bouça, no Porto. Embora segundo premissas diferentes, obviamente, pois as necessidades não são as mesmas, mas tudo indica que estariam mais do que disponíveis todas as condições necessárias para o efeito. Até porque, da mesma forma que se recupera outro bairro que necessite, este também podia beneficiar do mesmo, pois os habitantes assim o anseiam e mostram-se mais do que disponíveis, ao longo dos anos, para “[...] criar um novo SAAL” (Veloso, 2013). Por outro lado, mais razões terá este bairro para ser qualificado do que muitas outras obras, uma vez que se trata de um investimento público do Estado, a fundo perdido, de um bairro que “[...] representa uma época e uma cultura” (Veloso, 2013), como qualquer obra que já tenha sido requalificada. Como sugerem os habitantes do bairro, que viram com bons olhos a construção dos inúmeros hotéis de luxo, “[...] a Câmara devia preservar o local e transformá-lo num ponto turístico a visitar” (Jesus, 2009). Mas antes disso, e para que tal seja possível, o bairro necessita ser visto com total

clareza e frontalidade, sem mistificações nem endeusamentos e muito menos sem desprezo nem ódio. Deve ser encarado como um problema socioeconómico e arquitectónico que deve ser recuperado. Sobretudo quando as próprias pessoas, a quem se inculuiu o direito à habitação, à decisão nas soluções das mesmas e a quem se deu voz há quase 40 anos; querem “[...] recuperar as suas casas” (Veloso, 2013).

## 4.5. Os “NOVOS ÍNDIOS”

“Dotados de uma frontalidade e de uma serenidade extremas, sem nunca intencionarem encobrir ou mistificar nada. São de uma simplicidade exorbitante e tanto não se prendem com mesquinhices como não se elevam perante ninguém.” (Veloso, 2013) Ou, neste caso, quem os aborda. Assim se descrevem os habitantes do bairro da Meia-Praia que, apesar de lidarem há quase 40 anos com os mesmos problemas, não pedem nem exigem nada em troca das suas palavras, mostrando-se um povo muito íntegro e sempre aberto à discussão dos temas que serão referidos ao longo desta investigação.

Ao abordar um rapaz do café local, um chamado “[...] filho do comboio das quatro da manhã [...]” (Veloso, 2013), pois ainda não era nascido na altura em que foram construídas as habitações, conhecemos histórias daquilo que é a atualidade do bairro. Como se encontram as habitações, que relações se mantêm com o poder local, o que mudou e o que se mantém intacto, etc. Mas, ainda mais interessante para a nossa abordagem é conhecer o papel das novas gerações nos dias de hoje, como os “novos índios” se reapropriaram do bairro ao longo dos anos e como veem ou anseiam o futuro do mesmo daqui para a frente.

A realidade dos dias de hoje, em tudo semelhante ao passado, mostra-nos relatos de perseguições constantes. Uma vida em contínuo receio de que um dia possam vir a perder tudo aquilo por que lutaram e acreditaram, com toda a frontalidade e honestidade. De serem afastados do seu meio, do seu bairro, das suas casas, do seu lar. De ser afastados da praia onde há mais de 40 anos praticam o seu ofício e o seu “ganha-pão”. Hoje, tal como antigamente, vivem com uma espada em cima da cabeça, “[...] um autêntico Dâmocles [...]” (Veloso, 2013), ao ponto de aceitarem, de forma relutante, um realojamento mais próximo, de forma a conseguirem manter as suas vidas, dentro da normalidade possível. “Porque [...]” — justifica uma habitante do bairro e proprietária do café local — “[...] nós temos o nosso ofício aqui. Os homens querem pescar. Se estão aqui ao lado do mar, porquê mandá-los para não-sei-onde?”. Situação esta de “[...] completo desprezo e desatenção às raízes das pessoas [...]” (Veloso, 2013). E mesmo as famílias mais jovens, que seguiram outras profissões, acabam por voltar, os que têm hipótese disso, por não conseguirem comportar as rendas das casas onde são colocadas.



Toda esta realidade, entregue ao ministério público, deve-se à empresa responsável pelo Plano de Urbanização da Meia-Praia (PUMP), pago e oferecido pela mesma à Câmara Municipal de Lagos (CML), onde apresenta um projeto com vista à construção de um campo de golfe que ocupa parte do bairro. No entanto, tanto o PUMP como a CML se esquecem, sem nunca referir em parte alguma, a Declaração da Utilidade Pública do terreno proposto para o bairro, publicado em Diário da República. Documento esse que, como força de lei que detém, anula o PUMP e todas as aprovações de outras entidades, que se mostraram favoráveis, e salvaguarda os dois hectares previstos para a construção do bairro.



Ilustração 6 – “Extracto do Plano de Urbanização da Meia-Praia, PUMP” (arquivo José Veloso, 2013)

Mas na realidade, e apesar do já construído campo de golfe não ocupar o terreno previsto no plano, a Câmara local mantém a posição de que o PUMP contém a “[...] desativação progressiva do bairro, com vista ao realojamento progressivo dos habitantes [...]” (Veloso, 2013). O que, na prática, se entende por: “Ir despejando as pessoas [...]” (Veloso, 2013). Este despejo tem, obviamente, como objectivo o incentivo ao abandono. Esperar que com o tempo os habitantes mais idosos vivam a sua vida e que os mais novos se vão desinteressando pelo mesmo. Mas o que se vai passando na realidade é que, volta e meia, vão surgindo casas novas, como em qualquer bairro clandestino, ainda que construídas sem pés nem cabeça. O que nos faz questionar se não seria bem mais interessante trazer algum interesse turístico que, não só, valorizasse o bairro mas que, por outro lado, o mantivesse “vivo” ao ponto de até, quem sabe, se aproximar do caso do Bairro da Bouça, de Siza Vieira. “Um esplendido exemplo de qualidade de recuperação”, e que no qual se deveria pôr os

olhos “[...] em todos os campos [...]” (Veloso, 2013). Assim como é, também, um ótimo exemplo de “[...] subversão social, política e cultural [...]” (Veloso, 2013), sobre o qual iremos aprofundar mais à frente, uma vez que seria um exemplo facilmente aplicável em Lagos.

No meio de alguma ingenuidade da parte dos moradores sobre toda esta situação, estes hoje em dia apenas anseiam pela requalificação urbana do seu bairro. A conclusão das infraestruturas públicas e, também, a correção dos erros nas ampliações feitas a seu belo prazer, a que foram incentivados e que “[...] só pecam por falta de apoio técnico e ausência de equipamento público” (Veloso, 2013).



## **5. PROJECTO III – A CIDADE COMO PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO**

Este último capítulo dedica-se aos trabalhos desenvolvidos durante o ano lectivo de 2011/2012, na disciplina de Projeto III, sobre a coordenação do Prof. Dr. Arq. Joaquim Braizinha e assistência do Arq. Jorge Mealha.

O tema centrava-se na cidade de Lisboa, mais concretamente na zona de Algés, do Dafundo à Cruz-Quebrada. Local caracterizado pela predominante frente marítima fluvial.

O programa tinha como premissa principal “[...] construir a possibilidade de um espaço de experimentação e síntese [...]” e compreender que essa mesma experimentação resultava da “[...] meditação entre o acto de projecto e o facto arquitectónico, da escala do território à cidade, da cidade ao edifício” (Braizinha, 2011, p.1). O programa dividia-se em três partes, sendo que a primeira, intitulada “Desenho Urbano”, visava o desenvolvimento de uma ideia, da parte dos próprios alunos, o levantamento de problemas mais evidentes daquele local e enunciar, a partir daí, as premissas e conceitos de dimensão urbana que viriam a desenvolver.

Conscientes do panorama socioeconómico contemporâneo, propunha-se, numa primeira fase, a reabilitação das pré-existências mais ou menos degradadas, quer se destinasse ao mesmo uso, maioritariamente habitacional, quer fosse para novos usos que viessem a favorecer aquele local. Isto no sentido de reativar a consciência de comunidade da zona de Algés e, também, como forma de garantir a reestruturação de uma frente marítima pouco explorada e quase inacessível para os habitantes mais próximos.

No que diz respeito às pré-existências muito degradadas ou até abandonadas, propunha-se a sua demolição, de onde resultaria a criação de espaços verdes de recreio, como parques e jardins públicos, que permitissem, mais uma vez, a melhoria do sentido de comunidade, através da criação de espaços abertos numa localidade muito cerrada e encerrada sobre si própria, pouco convidativa ao usufruto exterior.

Por último, ainda nesta primeira fase, projetava-se a criação de vários edifícios de habitação e serviços ao longo da costa. Isto para colmatar a proposta de demolição das muitas habitações degradadas, garantindo o realojamento dos habitantes, e para garantir p equilíbrio socioeconómico local.

Quanto à segunda fase, intitulada “Nexo Urbano”, propunha-se aos alunos compreender o conceito de Nexo Urbano, identificar um na cidade de Lisboa e desenvolver, com base no mesmo, um Nexo no projeto efectuado até então. Quer fosse à escala de Bairro quer, por outro lado, à escala de “Cidade Capital”. Consequentemente optou-se por um único nexo à escala de “Cidade Metropolitana” que faria a ligação entre duas zonas turísticas de grande afluência, apresentadas na primeira fase, que diziam respeito a dois equipamentos. Um deles pré-existente, o recinto do *Optimus Alive*, mas reformulado para um melhor desempenho das suas funções, e outro resultante da reabilitação de um edifício pré-existente, muito degradado, situado no limite Norte da zona de intervenção a ser desenvolvido na fase seguinte.

A última fase, de seu nome “Equipamento”, consistia na proposta de um novo edifício de carácter público, de localização e programa livres, que se fundisse com a morfologia urbana pré-existente. Este equipamento teria forçosamente que funcionar como “[...] organismo gerador de vivências urbanas [...]” (Braizinha, 2011, p.1) e, para isso, propunha-se a já referida reabilitação de um edifício pré-existente, de carácter habitacional, reformulado e transformado em Museu local, dedicado à história de Algés, Dafundo e Cruz-Quebrada. Garantindo assim o contributo à valorização e qualificação cultural deste local.

## 5.1. PLANEAMENTO – NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO



**Ilustração 7** – “Ortofotomapa Cruz Quebrada e Dafundo, Algés” (*Google Maps*, 2012)

Com o objectivo de desenvolver um conceito de dimensão urbana, o primeiro trabalho da disciplina de Projecto III permite reconhecer a malha urbana como objecto para a intervenção arquitectónica. A reflexão sobre a cidade torna-se geradora de propostas arquitectónicas mais abrangentes e conscientes do sentido de comunidade da cidade.

Num primeiro momento, optou-se por reconhecer o objecto a intervir nas suas diversas dimensões, através de uma análise morfológica da zona.

Na dimensão territorial, com limite a Norte, na Rua Sacadura Cabral/Rua Direita do Dafundo/Alameda Hermano Patrono, a Sul, na Avenida Marginal e no Rio Tejo, a Oeste na Estação da Cruz-Quebrada/Jamor e a Este na Estação de Algés/Monsanto, o local a intervir é, mais precisamente, a zona do Dafundo e Cruz-Quebrada.

Na dimensão morfológica dos edifícios, existem quatro tipologias – “Habitacional”, “Habitacional/Serviços”, “Serviços” e “Equipamentos”. Observa-se que a área para intervir é sobretudo habitacional, contudo, dentro desta tipologia, como referido anteriormente, existe ainda a variante habitacional com espaço para serviços. Apesar de algumas limitações, esta dupla valência permite a existência de uma microeconomia que serve os habitantes locais, destaque-se, cafés, mercearias e oficinas. Em menor percentagem estão os edifícios de equipamentos e os edifícios exclusivos para serviços. Destas tipologias destacam-se: as escolas, o centro de saúde e as clínicas de pequena dimensão, o polidesportivo, o quartel de bombeiros, o

Jamor e o Aquário Vasco da Gama. Apesar de ser maioritariamente habitacional a existência de outras tipologias permite a organização de uma “Comunidade” equilibrada do ponto de vista socioeconómico. Contudo, de um ponto de vista mais globalizante de “Cidade” a “Comunidade” da Cruz-Quebrada e Dafundo, é limitada.

No que diz respeito ao número de pisos, a distribuição dos edifícios, com mais ou menos andares, não segue nenhuma organização específica. Nesta dimensão observa-se que os edifícios mais recentes são tendencialmente aqueles que mais se desenvolveram em altura, contudo, não são em maior número. Neste sentido, observa-se que na zona da Cruz-Quebrada e Dafundo o número de andares dos edifícios varia entre um e nove andares. No entanto, os edifícios com um, oito e nove andares existem apenas em apontamentos esporádicos. Observe-se também que os edifícios com três, quatro, cinco e seis andares, são aqueles que existem em maior percentagem.

Um dos parâmetros mais significantes do reconhecimento feito neste trabalho diz respeito ao estado de degradação dos edifícios na zona de Cruz-Quebrada e Dafundo. Nesta dimensão da análise observa-se que, devido à idade genérica dos edifícios, à falta de apoio da entidade pública e à falta de projetos de reabilitação, o estado de degradação é generalizado. A análise divide o estado de degradação em três níveis – “Bom”, “Degradado” e “Muito Degradado”. Apesar de existir uma grande percentagem de edifícios degradados, a percentagem de edifícios em bom estado ainda é significativa e resulta, não da reabilitação dos mesmos, mas da construção de novos edifícios. Observe-se, também, que o número de edifícios muito degradados são, entre os três parâmetros de análise, aqueles em menor número. Desta forma poder-se-á observar que, na generalidade, os edifícios da zona da Cruz-Quebrada e Dafundo estão degradados. Dado que se viria a refletir no desenho da proposta urbana do primeiro trabalho da disciplina de Projecto III.

Numa dimensão mais ecológica, reflexo de uma consciência ecologista contemporânea e da proximidade com os parques do Monsanto e Jamor, opta-se por analisar a “estrutura verde” existente na zona da Cruz-Quebrada e Dafundo. Neste sentido, a análise é feita segundo três níveis de “estrutura verde” – “Baixa Densidade”, “Alta Densidade” e “Terrenos Baldios”. Por conseguinte, constata-se que, tanto a “estrutura verde” de baixa densidade, como a “estrutura verde” de alta densidade

estão presentes de forma genérica e em percentagens idênticas em toda a zona da Cruz-Quebrada e Dafundo. Contudo, a percentagem de terrenos arenosos é elevada. Neste sentido, ao ser feita a comparação da percentagem das zonas arborizadas e das zonas não arborizadas, observa-se que as zonas não arborizadas são em maior número. Ainda no que diz respeito à dimensão ecológica, destaca-se o Jamor, a Este, e o Monsanto, a Oeste, como referência de zonas altamente arborizadas a proteger e dar continuidade.

Na metrópole dos dias de hoje, observamos que a forma como e por onde as pessoas circulam é essencial na organização da malha urbana. Assim, opta-se, na análise, por perceber, num primeiro momento, o tipo de transportes/vias existentes e, num segundo momento, a hierarquia de utilização dessas mesmas vias.

No que diz respeito ao tipo de transporte/vias existentes na zona da Cruz- Quebrada e Dafundo, são identificados, no reconhecimento da área de intervenção, os diversos percursos utilizados para quatro tipos de transporte: “Automóvel”, “Comboio”, “Eléctrico” e “Autocarro”. Neste sentido, observa-se que o transporte privado é aquele com mais e melhores acessibilidades, devido à grande liberdade de circulação. Dentro do grupo de transportes públicos, constata-se que o autocarro, que circula em exclusivo a Norte, na Rua Sacadura Cabral/Rua Direita do Dafundo/Alameda Hermano Patrono, é aquele com mais e melhores acessos, reflexo dos diversos pontos de paragem ao longo do seu percurso. O eléctrico, na rede de transportes da Cruz-Quebrada e Dafundo, é o transporte com menos afluência, devido à falta de infraestruturas que permitam mais preponderância. O comboio, devido às suas características, tem apenas duas paragens, a Este, na Estação da Cruz- Quebrada e, a Oeste, na Estação de Algés, que faz do comboio um transporte mais eficaz na perspectiva de “Cidade Capital”, pois é eficaz na média/longa distância.

Na dimensão hierárquica das vias de circulação identificam-se, na análise, quatro níveis hierárquicos: “Ferrovia”, “Via Principal”, “Vias Secundárias” e “Vias Terciárias”. Neste momento do reconhecimento preliminar da zona da Cruz-Quebrada e Dafundo, observa-se que, devido a sua infraestrutura, o principal eixo de circulação automóvel encontra-se a Sul, na Avenida Marginal. Contudo reconhece-se lacunas, na Avenida Marginal, a nível pedonal que serão tidas em conta na proposta desenvolvida neste trabalho, para a disciplina de Projecto III. Como vias secundárias identificam-se a Montante, a Rua Sacadura Cabral/Rua Direita do Dafundo/Alameda Hermano Patrono,



bem como, a Rua Paulo Duque e a Avenida de Brasília. As vias terciárias são identificadas como ruas interiores, em maior número, com menor dimensão e menos preponderantes, que fazem ligação com a via principal e as vias secundárias. As vias terciárias limitam-se a servir os habitantes locais. Destaque-se como exemplo a Rua Policarpo Anjos, a Rua Serrão Machado, a Rua Pereira Palha e a Rua 7 de Junho de 1759.

Depois de diversas visitas ao lugar e de um reconhecimento do que era a vivência daquelas ruas, daquele bairro e daquela comunidade nas suas diversas dimensões, a prioridade passou por, ainda num processo de reconhecimento, entender as qualidades, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças existentes, na zona da Cruz-Quebrada e Dafundo, através de uma análise das suas valências, fraquezas, oportunidades e ameaças.

No que diz respeito às valências, destaca-se, a localização privilegiada, que constitui frente de rio em todo o seu comprimento, a proximidade em relação ao Monsanto e ao Jamor, que constituem “zonas verdes” privilegiadas de Lisboa, o forte sentido de comunidade na Cruz-Quebrada e Dafundo e a existência de património histórico-cultural nas imediações.

No campo das fraquezas, destaca-se, o estado de degradação geral dos edifícios, as limitações a nível de circulação pedonal, principalmente na Avenida Marginal, a vida noturna praticamente inexistente, escassez de soluções de acesso ao Rio Tejo, falta de infraestruturas para desenvolver o sector empresarial e o turismo, e uma problemática evidente, que diz respeito às limitações de estacionamento automóvel.

Em relação às oportunidades, destaca-se a possibilidade de “ramificar” as “zonas verdes” do Jamor e do Monsanto para a área habitacional e desenvolver espaço público qualificado, a libertação de algumas vias menos preponderantes para percursos pedonais, a utilização do turismo e do sector empresarial como elementos dinamizadores do lugar, a reinterpretação da Avenida Marginal como eixo viário, pedonal e comercial, a reinterpretação dos acessos à frente de rio, a reabilitação ou demolição dos edifícios muito degradados e dos edifícios abandonados, a requalificação da frente de rio de forma a explorar as suas potencialidades, a criação de uma nova centralidade com o objetivo de se tornar catalisador da reestruturação da zona da Cruz-Quebrada e Dafundo e preservação de edifícios como a Quinta do Cedro, a Casa da antiga Quinta de S. João do Rio, o antigo Convento de S. José de

Ribamar e o Palacete de Santa Sofia, com o objetivo de tirar partido do seu valor patrimonial e paisagístico, abrindo também a possibilidade de os renovar e dar nova utilidade a estas infraestruturas.

Por fim, sobre as ameaças, destaca-se o possível envelhecimento da população, a perda de identidade da Cruz-Quebrada e Dafundo enquanto comunidade e o aumento descontrolado do tráfego automóvel versus a diminuição dos acessos pedonais bem estruturados.

A partir da análise já referida, definem-se as principais premissas e a estratégia de intervenção para a reestruturação da malha urbana. Neste sentido, definiu-se para o primeiro trabalho prático, da disciplina de Projecto III, como objectivo reconhecer a importância de requalificar a zona de Cruz-Quebrada e Dafundo. Desta forma as propostas mais evasivas, como a demolição, são tidas em conta a favor da abertura de espaços de convívio e de estar, da criação de espaços verdes que façam ligação com os já referidos espaços privilegiados, que vão de encontro à melhoria da vivência do local. Considera-se assim, que a reestruturação do espaço urbano/arquitectónico é a principal premissa da proposta apresentada.

As estratégias são definidas conforme as diversas dimensões, conclusões e elações retiradas da análise de reconhecimento realizada.

Na dimensão morfológica dos edifícios, definem-se três momentos. Num primeiro momento, opta-se pela manutenção, a Norte, dos edifícios preexistentes e das suas tipologias. Num segundo momento, opta-se pela demolição dos espaços abandonados para introduzir espaços verdes qualificados. Num último momento, propõe-se, ao longo da Av. Marginal, edifícios novos com dupla valência habitacional/serviços, edifícios novos de serviços e edifícios novos de equipamentos, que façam a ligação entre os dois espaços separados pela Marginal. Desta forma, pretende-se, por um lado, melhorar as qualidades funcionais da comunidade existente da Cruz-Quebrada e Dafundo e, por outro lado, criar novas habitações para a população a realojar, com o intuito de criar oportunidades mais abrangentes de “Cidade”.

Em relação ao número de pisos, define-se que as novas edificações não ultrapassariam a altura máxima resultante da elevação da linha do comboio. Deste modo, apesar de se apresentar uma proposta algo evasiva, sobretudo em termos formais da ‘cidade’, estabelece-se uma bitola com o objectivo de salvaguardar a

paisagem e respeitar as vivências do lugar. Ainda no que diz respeito aos novos edifícios, existe uma maior liberdade de concepção, reflexo das necessidades do lugar onde são propostos, com o objetivo de criar uma nova dimensão de edifícios melhor adaptados a dimensão de Lisboa capital. Estabelece-se então que os edifícios transversais ao rio se destinam à criação de novas residências, enquanto que o edifício que acompanha a linha ferroviária se destina a comércio e serviços.

Considera-se o estado de degradação um dos principais motives da proposta do primeiro trabalho da disciplina de Projecto III. Desta forma, na definição estratégica, opta-se por demolir os edifícios “Degradados” e “Muito Degradados”, com o objetivo de criar espaços verdes qualificados, desenvolvendo uma consciência mais ecológica e abrindo espaço à vida comunitária e à transformação dos espaços exteriores comuns.

Com vista no parágrafo anterior, na dimensão da “estrutura verde”, define-se estrategicamente a continuidade das zonas de referência mais densas, Monsanto e Jamor, para o interior da área de intervenção, a requalificação dos espaços arborizados menos qualificados, o reaproveitamento de espaços sem qualquer “estrutura verde” e melhorar a acessibilidades aos espaços arborizados existentes.

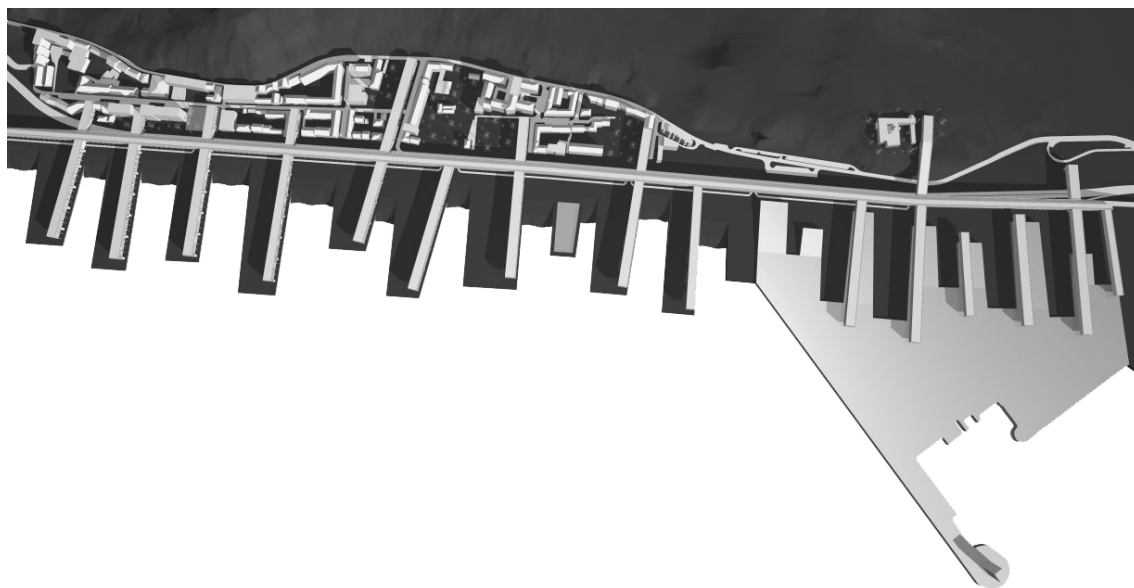
A estratégia para o tipo de transporte/vias de circulação, define-se maioritariamente pela redefinição do percurso dos transportes públicos rodoviários, nomeadamente, o autocarro, por reestruturar as vias de acesso automóvel e principalmente por reinterpretar a Avenida Marginal.

No que diz respeito à hierarquia das vias de circulação, propõe-se a redefinição da Avenida Marginal, uma das vias principais, de forma a valorizar os percursos pedonais, a manutenção genérica das vias secundárias, manutenção da ferrovia e a extinção de algumas vias terciárias para controlar o acesso automóvel.

No momento seguinte da proposta define-se o conteúdo programático do plano urbano. O programa desenvolve-se a partir do reconhecimento feito e das estratégias definidas. Neste sentido, o programa procura responder às problemáticas e obedecer às necessidades do local, evidenciando sempre as valências do mesmo.

A distribuição do programa divide-se em três zonas programáticas distintas – “Zona Oeste”, “Zona a Este” e “Zona Norte”. A “Zona Oeste”, desenvolve-se com a dupla valência programática, habitacional e comercial, num vector central definido pela

ferrovia e pela Avenida Marginal. Na Zona Este, opta-se por criar um parque urbano com o objetivo de fazer a ligação Cidade/Rio e um equipamento associado ao “Optimus Alive” – Passeio Marítimo de Algés. A Norte, a intervenção é mais pontual e menos evasiva, devido às preexistências, e é resolvida com uma maior consciência das reais necessidades do lugar/comunidade. Opta-se por propor programas ligados à comunidade e à cultura.



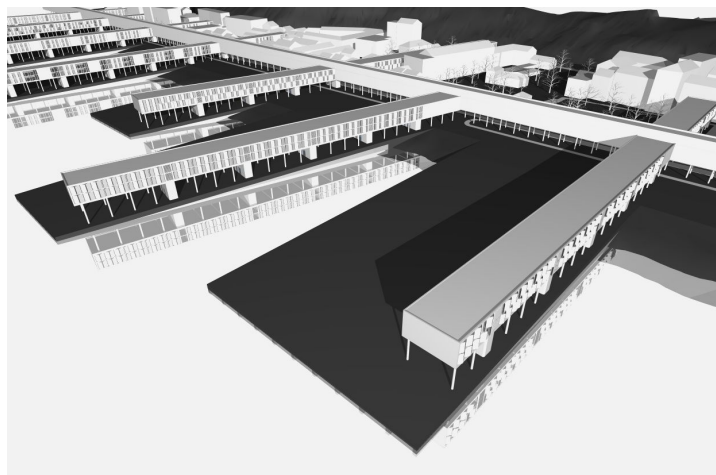
**Ilustração 8** – “Plano geral 3D” (Ivo Nascimento, 2012)

Neste sentido, a nível territorial, a proposta é mais significativa na “Zona Oeste” e na “Zona Este” e inicia-se pela redefinição da linha de costa, de forma a devolver e desenvolver as dinâmicas, associadas à frente de rio, nas suas diversas dimensões e reintegrar o rio na vivência do lugar, destaca-se por exemplo, a atividade do sector pecuário ou o simples passeio à beira-rio. Opta-se por propor uma dinâmica de avanços e recuos de plataformas que representam a inter-relação entre cidade e rio. As plataformas funcionam, não só, como ligação ao rio mas, também, como acesso aos edifícios por elas definidos e sobre as quais estes funcionam.



**Ilustração 9** – “Plano geral – cobertura” (Ivo Nascimento, 2012)

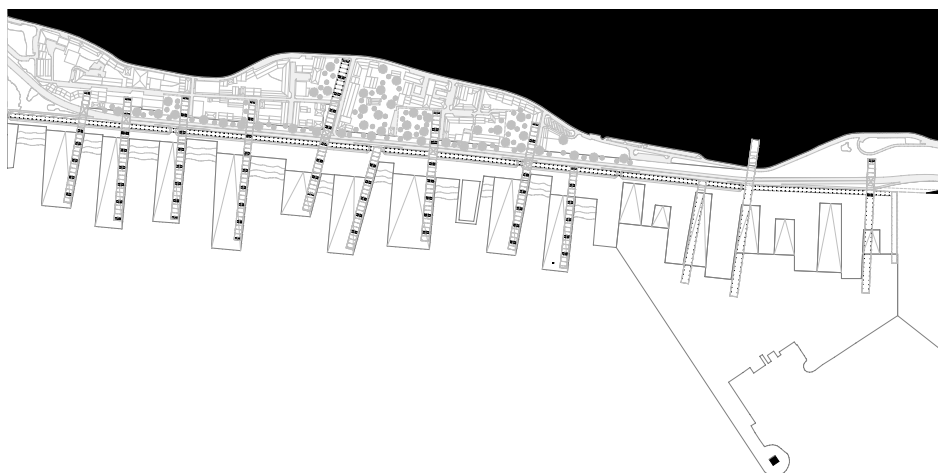
No mesmo sentido, são propostas vias rodoviárias secundárias, de acesso exclusivo às habitações e às novas zonas balneares proporcionadas pelas mesmas plataformas, que se desenvolvem em rampa na direção do rio. Ainda a nível territorial estabelece-se a adição de passagens pedonais elevadas, adjacentes aos edifícios transversais à Marginal, com o objectivo de trazer uma maior vivência a estes novos espaços e, também, de facilitar o acesso pedonal do proprietários das novas habitações ao centro da localidade e vice-versa.



**Ilustração 10** – “Perspectiva pontões + habitação” (Ivo Nascimento, 2012)

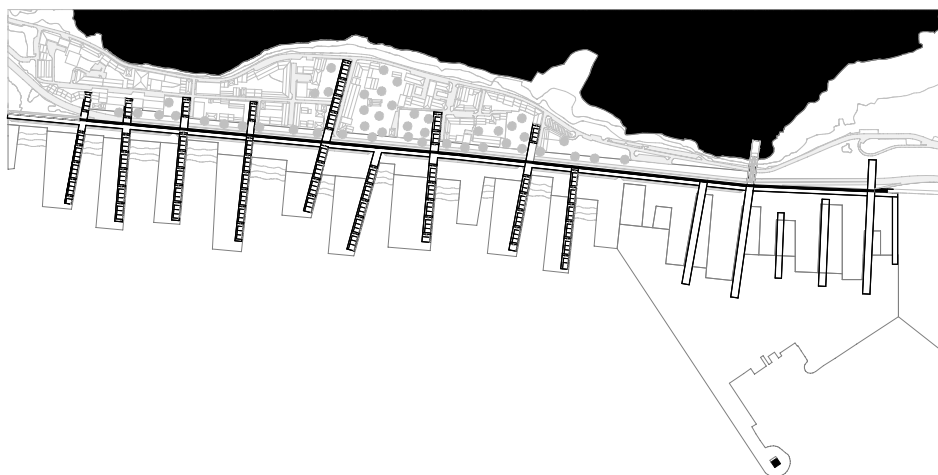
Na “Zona Oeste”, pretende-se reinterpretar a circulação da Avenida Marginal e melhorar os acessos à frente de rio. Neste sentido, opta-se por dividir os sentidos de circulação da Avenida Marginal, que passa a ter carácter de rua, aumentar o número de passagens pedonais e elevar a linha do comboio, uma vez que este se mostra como um dos maiores obstáculos para o atravessamento pedonal. Desta forma, são

criadas condições para uma melhor vivência pedonal do lugar. A proposta mais significativa/evasiva encontra-se na “Zona Oeste”. Aqui propõe-se um novo edifício vectorial, todo ele elevado por pilares, de forma a minimizar o impacto visual e, de certa forma, destruir essa barreira, com dupla valência: comercial e ferroviária. A área comercial, desenvolve-se ao nível do primeiro piso, com relação para a “Rua Marginal”, centraliza-se o comércio e pretende-se relocalizar, no vector comercial proposto, os espaços comerciais requalificados.



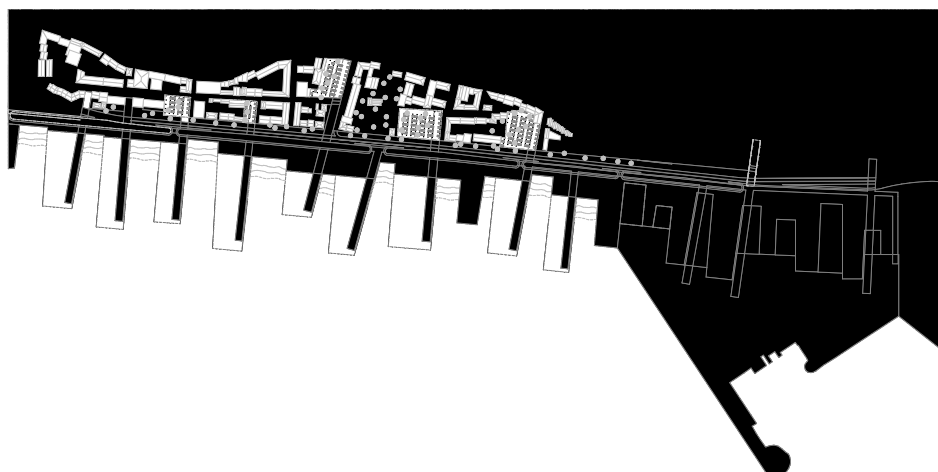
**Ilustração 11** – “Planta geral – piso térreo” (Ivo Nascimento, 2012)

Desta forma o pequeno comércio existente integra uma nova dimensão comercial mais atrativa e com mais oportunidades. No piso 2, reestrutura-se a via ferroviária. Sob a linha de comboio, ao longo deste volume vectorial, desenvolvem-se transversalmente, nos pisos 1 e 2, os novos edifícios de habitação, que ‘invadem’ os novos espaços verdes criados entre a pré-existência e o novo desenho da costa. Esta ligação, não só é marcada por estes momentos como, também, se torna consequência do desenho da costa, pois os novos edifícios de habitação são criados segundo o desenho da mesma, sempre chegados ao seu limite Este. Também elevados sobre pilares, abrindo espaço à vivência do espaço térreo e mantendo sempre a liberdade visual ao longo de todo o projeto, amenizando assim o impacto de uma intervenção de grande dimensão.



**Ilustração 12** – “Planta geral – piso 1” (Ivo Nascimento, 2012)

A Norte, opta-se por uma dinâmica de reabilitação e requalificação dos espaços e propostas mais pontuais, mas que cosam as três diferentes zonas do plano urbano, numa perspectiva mais globalizante de cidade. Os edifícios de habitação que careçam de restauro são, na generalidade, é feito sobretudo a nível de imagem, contudo, nos edifícios abandonados, prevê-se intervenções mais profundas. Pretende-se, através da sua demolição, a criação de uma identidade, para a Cruz-Quebrada e Dafundo, de imagem urbana mais verde, limpa, aberta e sóbria, uma vez que darão lugar a espaços e praças verdes qualificados.



**Ilustração 13** – “Planta geral – piso -1” (Ivo Nascimento, 2012)

Os edifícios de comunidade existentes são restaurados de forma a garantir a continuidade do seu funcionamento. Os edifícios abandonados são, num segundo momento, demolidos, dando lugar, mais uma vez, a espaços verdes qualificados, que

favoreçam a vida comunitária do local e, por sua vez, são criados, sob os mesmos, parques de estacionamento subterrâneos. De forma a colmatar, por um lado, o proposto aumento de habitações, dar resposta à evidente necessidade de estacionamento, por outro, promover o comércio local controlando, assim, a circulação automóvel na área de intervenção, incentivando a locomoção pedonal. Entende-se que o programa de parques urbanos desenvolveriam uma maior consciência social e uma maior relação entre gerações em diversas dimensões.



**Ilustração 14** – “Perspectiva 3D – Pontão + via férrea + garagem subterrânea” (Ivo Nascimento, 2012)

No momento seguinte, pensa-se a integração dos equipamentos culturais existentes na nova malha urbana, destaque-se, o Aquário Vasco da Gama, a Biblioteca Municipal de Algés e o Centro de Artes Manuel de Brito. Pretende-se melhorar a sua visibilidade, acessibilidade e atratividade, de forma a serem elementos catalisadores de vida urbana. Na “Zona Este”, ainda na dimensão cultural, opta-se por requalificar o espaço associado ao evento do “Optimus Alive” com a proposta de um novo equipamento. Entende-se que este equipamento devia estar associado, não só ao festival de verão, mas também integrar outros eventos culturais, estúdios, escola de música e auditórios, assim como a infraestruturas que resultariam do plano anterior. O que na Zona Oeste são Edifícios de habitação, aqui passam a ser instalações recreativas e administrativas deste novo espaço cultural. O desenho da costa estende-se para a zona da doca, elevando-se o pavimento da mesma em forma de negativo, ou seja, o que no rio se acrescenta com matéria, acima da nova linha de costa, nesta zona elevam-se estruturas que criam o limite do novo recinto proposto para a manutenção do festival de Verão já referido.



Nos edifícios de comércio existentes, pretende-se, à semelhança dos edifícios de comunidade e edifícios de serviços administrativos requalificados, intervir em menor escala e sobretudo ao nível da imagem.

Pretende-se com esta proposta, preservar a identidade de comunidade da Cruz-Quebrada e Dafundo, inserida num sistema urbano mais dinâmico de “Lisboa Capital”. Sendo uma zona complexa no contexto urbano, a Cruz-Quebrada e Dafundo caracterizam-se como vector de passagem, neste sentido, a proposta funciona como mote para contrariar esse carácter e desenvolver uma dinâmica de permanência. Procurou-se ainda estabelecer uma mentalidade de renovação do espaço, devolvendo a identidade da Cruz-Quebrada e Dafundo, não só, através de novos objetos arquitectónicos mas, também, com a requalificação de edifícios e espaços existentes mais marcantes para a memória daquele lugar, para as pessoas que já lá estão e para aquelas que viriam a estar.

## 5.2. NEXO URBANO – VECTOR SOCIAL

O primeiro trabalho da disciplina de Projecto III, permite reconhecer a malha urbana como objecto para a intervenção arquitectónica. Esta reflexão sobre a cidade torna-se geradora de propostas arquitectónicas mais abrangentes e conscientes das necessidades do lugar a intervir. Desta forma, a partir do plano traçado no primeiro trabalho é proposto num segundo trabalho designado de “Nexo Urbano”.

Pretende-se com esta proposta desenvolver percursos vectoriais inseridos num sistema urbano que ligue a Marginal com a “Zona Norte”. Mais especificamente a “Zona Este”, dedicada ao recinto do “Optimus Alive”. Desta forma, tira-se partido da leitura feita no primeiro trabalho, desenvolvido na disciplina de Projecto III, para definir a sua melhor localização. Por sua vez, o trabalho tem o objetivo de conseguir, através do desenho de um percurso com diferentes dinâmicas, preservar a identidade do lugar e desenvolver programa e espaço público qualificado.

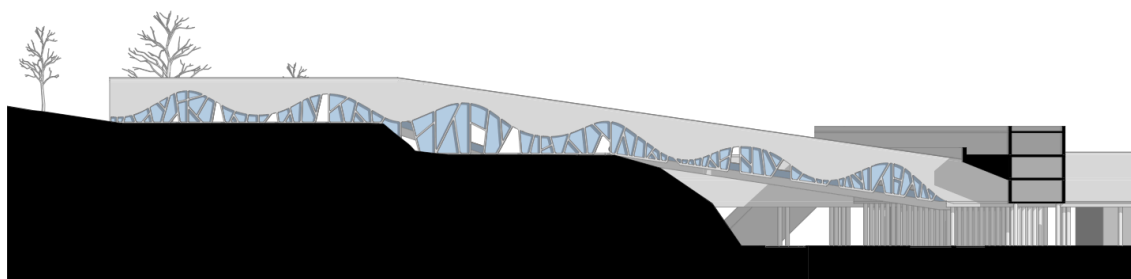
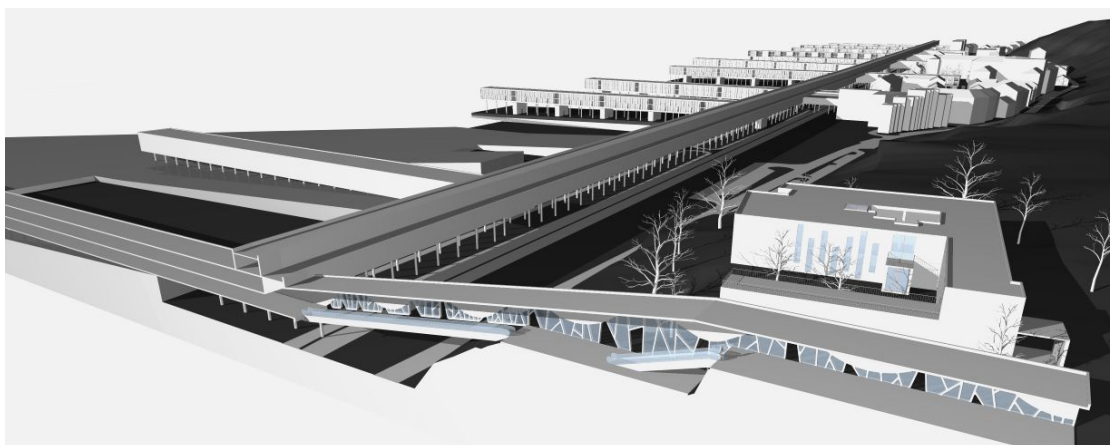


Ilustração 15 – “Corte – Nexo urbano” (Ivo Nascimento, 2012)

Propõe-se então um único Nexo à escala de “Cidade Metropolitana”, perpendicular ao rio, com o intuito de facilitar a ligação pedonal entre a via Norte e a zona costeira do Dafundo. É assim criado um vector de ligação entre estes dois espaços, facilitando o, até aqui, impossível atravessamento da Avenida Marginal e juntando dois espaços culturais que se interligam e complementam. Ou seja, o espaço multicultural, proposto para a “Zona Este”, e a Escola/Museu, resultante da requalificação do antigo edifício do Convento. Contrariamente aos restantes edifícios transversais, o Nexo destaca-se, quer na sua forma, quer na sua estética. Por forma a possibilitar a ligação a Norte, esta extremidade do edifício é elevada, sendo que o seu percurso interior é possível através da incorporação de escadas rolantes. Por outro lado, e apesar de já se destacar, optou-se pela transformação visual deste edifício, de forma a torna-lo mais permeável, tanto do interior para o exterior e vice-versa, e de lhe incutir um carácter

mais público. Para além de que, esta permeabilidade que se lhe incute, através do desenho da fachada, torna o seu atravessamento mais dinâmico.



**Ilustração 16** – “Corte Perspectivado 3D – Nexo urbano” (Ivo Nascimento, 2012)

O acesso ao Nexo é possível em três pontos específicos. Nas extremidades e numa zona intermédia, possibilitando assim às pessoas que se encontram fora do recinto de espetáculos consiga usufruir do mesmo. Estes acessos incorporam, também, o acesso à linha do comboio e às zonas comerciais do edifício que acompanha a Avenida Marginal.

Sendo uma zona complexa no contexto urbano, a Cruz-Quebrada e Dafundo caracteriza-se como vector de passagem. Neste sentido, quer o Nexo quer os novos equipamentos propostos poderão funcionar também como vectores transversais de locais que anteriormente dificilmente se ligavam, ou percorriam, assim como de espaços de estar, recreio ou lazer. Desta forma, afastando do Dafundo a ‘etiqueta’ de mero local de passagem ou exclusivo para habitantes e aproximando-o de uma identidade de referência cultural e lúdica, de concentração de massas e de centro desenvolvimento da área da cultura e da música.

### 5.3. EQUIPAMENTO – A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO

Ainda no âmbito da disciplina de Projecto III, é proposto um último exercício de desenvolvimento de um qualquer equipamento, previsto nos temas anteriores, a ser escolhido pelo aluno conforme a importância/relevância que este assumisse no seu projeto.

Tanto o Nexo como o Equipamento tornaram-se elementos complementares entre si, surgindo um por sequência do outro. Num primeiro momento, pela necessidade de facilitar o acesso pedonal ao ponto geográfico de cota mais elevada de toda a zona de intervenção e, posteriormente, aproveitando essa necessidade para incorporar nesse mesmo acesso o “Nexo Urbano” proposto e apresentado anteriormente.

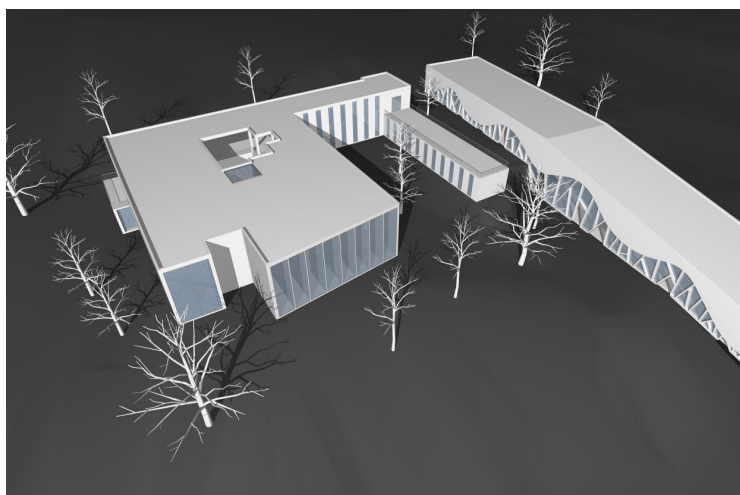


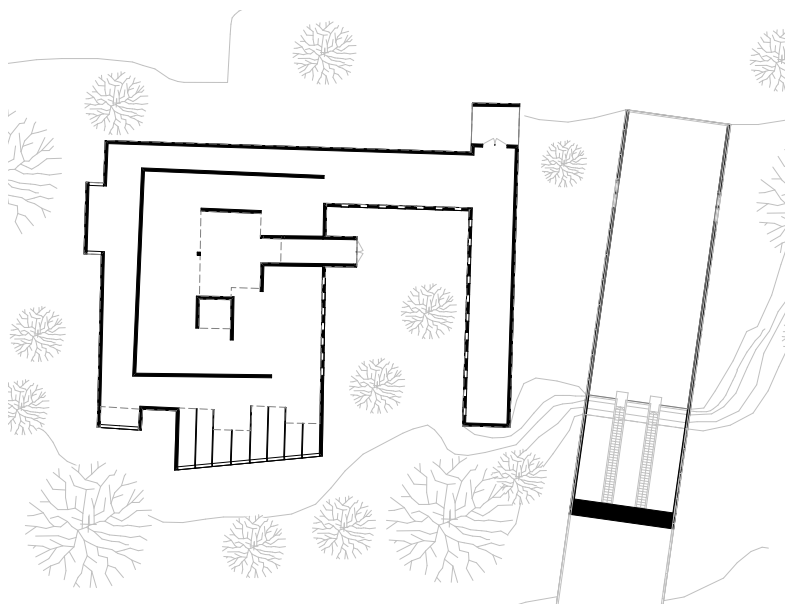
Ilustração 17 – “Perspectiva 3D – Equipamento + Nexo” (Ivo Nascimento, 2012)

Em causa está a Escola/Museu, referida anteriormente, que aqui se pretende destacar e desenvolver ao pormenor, pela sua importância no projeto, uma vez que assume o papel de objecto funcional, complementar e justificador da presença do Nexo naquele local. Aproveitando a forma e estrutura do antigo Convento de Santa Catarina de Ribamar, é proposta a requalificação da pré-existência, como forma de preservar um edifício com elevado teor cultural e importância histórica. Um edifício com mais de quatro séculos que se deve manter e cuidar, como herança herdada da história do Dafundo.

Para este novo equipamento, estaria prevista a criação de um espaço de Museu, numa primeira instância, dedicado ao Dafundo e de espaços para a prática de atividades artísticas, incorporadas em *workshops* a ser promovidos por uma qualquer

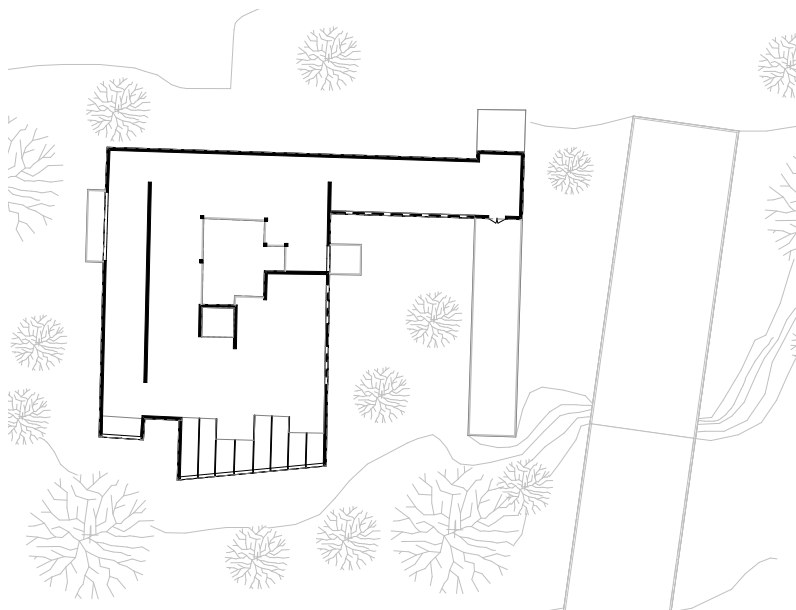
entidade que ocupasse este equipamento. Esta adição ao Dafundo tem como objectivo, não só, divulgar a história deste local, como também desenvolver a cultura histórica e artística dos seus habitantes.

Em termos de projeto, a Escola/Museu desenvolvia-se em dois pisos, sendo que ambos seriam dotados de espaços passíveis de dupla valência. No entanto, estaria prevista a incorporação dos espaços de Escola, como salas de aula/ensaio, laboratórios de fotografia e vídeo, etc; no corredor circundante ao pátio exterior, para o qual se podiam abrir, permitindo, promovendo e alargando as atividades artísticas para o exterior. Para além das salas expostas em galeria à volta do pátio, a Escola era provida de um terraço, por cima do volume paralelo e mais próximo do Nexo, de apenas um piso, que poderia ser utilizado tanto para atividades ao ar-livre como simplesmente para espaço de estar e convívio.



**Ilustração 18** – “Planta Equipamento – Piso térreo” (Ivo Nascimento, 2012)

Por sua vez, o Museu seria incorporado nos dois pisos do restante edifício. Este volume de maior escala, mais encerrado, aproveita a luz exterior através de um pátio interior, sobre o qual se desenvolvia a exposição, e da abertura de dois vãos orientados a Sul, beneficiando, assim, de exposição solar controlada durante todo o dia e privilegiando da vista para a frente ribeirinha.



**Ilustração 19** – “Planta Equipamento – piso 1” (Ivo Nascimento, 2012)

Este equipamento seria provido de apenas um acesso, no local mais a Norte, próximo do acesso ao Nexo e incluído numa fachada completamente “cega”. A partir deste seria feito o percurso a ambos os espaços previamente mencionados, quer de Escola quer de Museu.



**Ilustração 20** – “Planta Equipamento – Cobertura” (Ivo Nascimento, 2012)

Para finalizar, o acesso ao piso superior seria feito por via de acessos verticais (escadas e elevador) situados junto ao pátio interior e incorporados no percurso do

Museu. Por sua vez, o acesso ao pátio exterior, para utentes do Museu, seria possível apenas pelo pátio interior, uma vez que ambos se interligam segundo um único acesso em “túnel”.

## 6. CONCLUSÃO

“A liberdade física de um homem manifesta-se, sem dúvida, na sua liberdade para escolher o sítio na terra onde quer viver. Enquanto que a reflexão imatura tende a julgar apenas por utilidade, uma mente discriminatória poderá pedir a sua quota de beleza. Nenhuma privação ou perigo irão impedir o homem de selecionar um local que lhe proporcione alegria gerada por uma paisagem magnífica” (Rudofsky, 1964, p. 32).

A história do bairro dos “Índios da Meia-praia”, para além de longa, mostra-se ainda complexa e não encerrada, Como muitas obras do SAAL. Mas, para além disso, este projeto mostrou a força da revolução e da perseverança de um povo que soube crescer com o tempo e adquirir algo que nunca pensara ter antes: o direito a “[...] condições dignas de habitação [...]” (Oliveira, 2011) e a possibilidade de por eles reivindicar.

Ao longo de quatro décadas, podemos compreender os efeitos de uma “cultura arquitectónica” que, para além de outras coisas, os principais protagonistas do Processo souberam incutir aos moradores dos bairros, numa atitude de pura “cultura profissional” (Veloso, 2013).

Uma Operação, toda ela, envolta em meandros de insucessos e mistificações que resultaram no desfecho precoce e com consequências ainda visíveis, muito também por culpa de ainda não ter tido tempo suficiente para ser visto como um “processo histórico” de valores confirmados. Como por exemplo, no caso concreto do bairro da Bouça, de Álvaro Siza Vieira, hoje concluído e alvo dos apetites de “[...] sectores culturais endinheirados [...]” (Veloso, 2013), por ser visto como uma mais valia, como uma obra que marca uma época, uma cultura, que faz parte da história por ter sido incluído naquele que foi o maior e mais notável movimento social em Portugal.

Sobre a Arquitetura, enquanto disciplina, pudemos compreender de que forma os novos percursos, trazidos pelo Modernismo, transformaram a arquitetura e trouxeram uma consciência de “construção pública” a Portugal. De que forma este novo pensamento social se materializou em inúmeros planos e obras de promoção pública e se desenvolveu até ser possível criar um Processo à escala do SAAL. Aproveitando, obviamente, uma “[...] época cujos contornos culturais, sociais e políticos [...]” se mostraram “[...] mais do que favoráveis [...]” (Veloso, 2013) e que “[...] hoje seriam impensáveis [...]” (Oliveira, 2011).



Por fim, esta investigação tentou mostrar que apesar do escasso período em que o SAAL operou, ainda restam fragmentos do mesmo. Para além de que, sobretudo para os moradores e para José Veloso, é ainda um problema atual. Uma constante naquilo que foi, um dia, uma simples “[...] atitude de civismo [...]” (Oliveira, 2011). Um projeto que ultrapassa a Arquitetura e que nos mostra os seus novos percursos, em toda a sua plenitude. Uma Arquitetura social, “[...] como é sempre [...]” (Veloso, 2013), que nos demonstra que a qualidade arquitectónica destes projetos, ditos sociais ou de promoção pública, pode ser relegada para segundo plano e considerada um bem supérfluo, no momento em que não satisfaçam as necessidades/qualidades sociais às quais os moradores estão habituados e formatados, talvez por desconhecem outras realidades. Ou seja, num projeto de promoção pública, a qualidade arquitectónica nunca se sobrepõe às qualidades sociais de uma casa ou, neste caso concreto, de um bairro. Apresentando-se assim como talvez o maior, “[...] desafio a um projecto [...]” (Freitas M. J., 1994, p. 28).

## 7. CITAÇÕES

AAP - Secção Regional do Sul. (1992). Keil do Amaral arquitecto, 1910-1975. Lisboa: AAP.

AWAN, Nishat (201?). John Turner. Obtido em 9 de Junho de 2014, de Spacial Agency:

<http://www.spatialagency.net/database/john.turner>

BANDEIRINHA, José António (2011). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Binário. (Janeiro-Fevereiro de 1976). A operação SAAL. *Binário* (205-206), pp. 49-54.

CASTANHEIRA, Carlos (2007). Álvaro Siza: vinte e dois projectos recentes. Porto: Casadarquitectura.

COELHO, Mário Brochado (2010). Confronto, Memória de uma Cooperativa Cultural. Porto: Edições Afrontamento.

Conselho Nacional do SAAL. (1976). Livro Branco do SAAL 1974-1976. Lisboa: Conselho Nacional do SAAL.

COSTA, Alexandre Alves (1979). Portugal: arquitectura do século XX. München: Prestel.

DGARQ. (2008). Convento de Santa Catarina de Ribamar. Obtido em 1 de Julho de 2014, de Arquivo Nacional Torre do Tombo:

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4379882>

DIAS, João (Realizador). (2007). As Operações SAAL [Filme].

FERNANDES, José Manuel (2005). Arquitectura Modernista em Portugal. Lisboa: Gradiva.

FREITAS, Luís Sande (1973). Realojamento. *Boletim GTH* (25), pp. 175-182.

FREITAS, Maria João (Maio de 1994). Os Paradoxos do Realojamento. *Sociedade e Território* (20), pp. 26-35.

GONÇALVES, Fernando (Jul-Set de 2008). Política sem arquitectura, território sem memória. *Jornal Arquitectos* (232), pp. 86-93.

GUIMARÃIS, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz; MACHADO, Manuel Pinto; & ANTÓNIO, Miguel Félix (2010). Os Governos da República: 1910–2010. Lisboa: Edição dos autores.

ISCTE. (2006). Raúl Hestnes Ferreira : arquitectura e universidade, ISCTE, Lisboa 1972-2005. Lisboa: Librus.

JESUS, Nuno (2009). Lagos: Índios da Meia Praia pedem requalificação dos bairros onde vivem há 40 anos. *Público*.

MESTRE, Victor (Maio/Junho 2003) Um Plano Visionário de Rafael Botelho. *arq.a, revista de arquitectura e arte* (19), p.18

MILHEIRO, Ana Vaz; & Afonso, João (2006). Alexandre Alves Costa candidatura ao Prémio Jean Taschume, Prize Nominee, UIA 2005. Lisboa: Caleidoscópio.

MILHEIRO, Ana Vaz; FIÚZA, Filipa; COELHO, Hugo; & CARDIM, João (2009). Habitar em colectivo: Arquitectura portuguesa antes do SAAL. Lisboa: ISCTE.

OLIVEIRA, José Manuel (2011). 'Índios da Meia Praia'. *Diário de notícias*.

PAULA, Rui M., & PAULA, Frederico (1993). Faro, evolução urbana e património. Faro: Câmara Municipal de Faro.

Politipédia. (2012). MDP – Movimento Democrático Português (1969). Obtido em 23 de 2 de 2014, de POLITIPÉDIA - Repertório Português de Ciência Política:

<http://www.politipedia.pt/mdpcde-movimento-democratico-portugues-1969/>

PORTAS, Nuno (2008). A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno (2004). A Habitação Social - Proposta para a metodologia da sua arquitectura (Vol. I). Porto: FAUP Publicações.

PORTAS, Nuno (2005). Os Tempos das Formas: A Cidade Feita e Refeita (Vol. I). Guimarães: DAAUM.

Porto Editora. (2003). infopédia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Obtido em 13 de Outubro de 2013, de Junta de Salvação Nacional:

[http://www.infopedia.pt/\\$junta-de-salvacao-nacional](http://www.infopedia.pt/$junta-de-salvacao-nacional)

AAP (1964). O plano intercalar de fomento para 1965-1967. *Arquitectura* (85), 207-213.

NUNES, João (Produtor), & RIBEIRO, Conceição (Realizador). (2012). Perdidos e Achados - Índios da Meia-Praia [Filme].

Rodrigues, J. (1992). *Álvaro Siza: Obra e Método*. Porto: Civilização.

RUDOFISKY, Bernard (1964). Architecture without architects (Vol. I). Nova Iorque: The Museum of Modern Art.

RUDOFISKY, Bernard (2010). Arquitectura sem Architectos - Uma Breve Introdução à Arquitectura sem Pedigree. In J. M. Gomes, *Teoria e Crítica de Arquitectura Século XX* (pp. 511-515). Lisboa: Caleidoscópio.

SAMPAIO, Gilson (24 de Fevereiro de 2012). Gilson Sampaio. Obtido em 30 de Setembro de 2013, de Il Manifesto: Jornalismo contra as leis de mercado:

<http://gilsonsampaio.blogspot.pt/2012/02/il-manifesto-jornalismo-contra-as-leis.html>

SILVA, Manuel José; PEREIRA, Nuno Teotónio; MATOS, Madalena Cunha; & CABRAL, Bartolomeu Costa (2005). Bartolomeu Costa Cabral: Universidade da Beira Interior, Covilhã 1974-2004 - a universidade e a cidade. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

SILVANO, Filomena (Julho-Setembro de 2009). Porque riram as pessoas? - Cultura material e diferenciação social. *Jornal Architectos* (236), pp. 12-15.

TOSTÕES, Ana (Agosto de 1998). Portugal: Arquitectura do século XX. *Jornal Architectos* (185), pp. 12-21.

Universidade de Coimbra. (2012). Centro de Documentação 25 de Abril. Obtido em 1 de Outubro de 2013, de Criação do COPCON:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/COPCON>

VALE, Francisco (15 de 1 de 2009). BAIRRO DA BOUÇA - COOPERATIVA ÁGUAS FÉRREA. ARQ. ÁLVARO SIZA VIEIRA "PAZ, PÃO, HABITAÇÃO". Obtido em 28 de Maio de 2014, de Arkitectos:

<http://arkitectos.blogspot.pt/2009/01/bairro-da-boua-cooperativa-guas-freas.html>

VELOSO, José (23 de Maio de 2013). Memórias do SAAL. (I. Nascimento, Entrevistador)

VELOSO, José (Maio-Junho de 1976). SAAL Algarve, opération Meia praia, Lagos. L'architecture d'Aujourd'hui (185), pp. 76-77.

VIEIRA, Álvaro Siza (Junho de 1991). Complexo Residencial da Bouça no Porto. Jornal Arquitectos (100), pp. 31-33.

VIEIRA, Álvaro Siza (Janeiro de 2007). Conjunto habitacional da Bouça, Porto (2004-2006). Arquitectura Ibérica (18), pp. 74-95.

VIEIRA, Álvaro Siza (Julho-Setembro de 2008). SAAL, conjunto habitacional da Bouça, Porto. Jornal Arquitectos (232), pp. 86-93.

## 8. BIBLIOGRAFIA

Associação dos Arquitectos Portugueses Secção Regional do Sul. (1992). Keil do Amaral arquitecto, 1910-1975. Lisboa: AAP.

BANDEIRINHA, José António (2011). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BINÁRIO. (Janeiro-Fevereiro de 1976). A operação SAAL. *Binário* (205-206), pp. 49-54.

CASTANHEIRA, Carlos (2007). Álvaro Siza: vinte e dois projectos recentes. Porto: Casadaarquitectura.

COELHO, Mário Brochado (2010). Confronto, Memória de uma Cooperativa Cultural. Porto: Edições Afrontamento.

Conselho Nacional do SAAL. (1976). Livro Branco do SAAL 1974-1976. Lisboa: Conselho Nacional do SAAL.

COSTA, Alexandre Alves (1979). Portugal: arquitectura do século XX. München: Prestel.

DIAS, João (Realizador). (2007). As Operações SAAL [Filme].

FERNANDES, José Manuel (2005). Arquitectura Modernista em Portugal. Lisboa: Gradiva.

FREITAS, Luís Sande (1973). Realojamento. *Boletim GTH* (25), pp. 175-182.

FREITAS, Maria João (Maio de 1994). Os Paradoxos do Realojamento. Sociedade e Território (20), pp. 26-35.

GONÇALVES, Fernando (Jul-Set de 2008). Política sem arquitectura, território sem memória. *Jornal Arquitectos* (232), pp. 86-93.

GUIMARÃIS, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz; MACHADO, Manuel Pinto; & ANTÓNIO, Miguel Félix (2010). Os Governos da República: 1910–2010. Lisboa: Edição dos autores.

ISCTE. (2006). Raúl Hestnes Ferreira : arquitectura e universidade, ISCTE, Lisboa 1972-2005. Lisboa: Librus.

JESUS, Nuno (2009). Lagos: Índios da Meia Praia pedem requalificação dos bairros onde vivem há 40 anos. Público.

MESTRE, Victor (Maio/Junho 2003) Um Plano Visionário de Rafael Botelho. *arq.a*, revista de arquitectura e arte (19), p.18

MILHEIRO, Ana Vaz; & Afonso, João (2006). Alexandre Alves Costa candidatura ao Prémio Jean Taschume, Prize Nominee, UIA 2005. Lisboa: Caleidoscópio.

MILHEIRO, Ana Vaz; FIÚZA, Filipa; COELHO, Hugo; & CARDIM, João (2009). Habitar em colectivo: Arquitectura portuguesa antes do SAAL. Lisboa: ISCTE.

OLIVEIRA, José Manuel (2011). 'Índios da Meia Praia'. *Diário de notícias*.

PAULA, Rui M., & PAULA, Frederico (1993). Faro, evolução urbana e património. Faro: Câmara Municipal de Faro.

PORTAS, Nuno (2008). A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno (2004). A Habitação Social - Proposta para a metodologia da sua arquitectura (Vol. I). Porto: FAUP Publicações.

PORTAS, Nuno (2005). Os Tempos das Formas: A Cidade Feita e Refeita (Vol. I). Guimarães: DAAUM.

AAP (1964). O plano intercalar de fomento para 1965-1967. *Arquitectura* (85), pp. 207-213.

NUNES, João (Produtor), & RIBEIRO, Conceição (Realizador). (2012). Perdidos e Achados - Índios da Meia-Praia [Filme].

RODRIGUES, Jacinto (1992). Álvaro Siza: Obra e Método. Porto: Civilização.

RUDOLFSKY, Bernard (1964). Architecture without architects (Vol. I). Nova Iorque: The Museum of Modern Art.

RUDOFISKY, Bernard (2010). Arquitectura sem Arquitectos - Uma Breve Introdução à Arquitectura sem Pedigree. In J. M. Gomes, *Teoria e Crítica de Arquitectura Século XX* (pp. 511-515). Lisboa: Caleidoscópio.

SILVA, Manuel José; PEREIRA, Nuno Teotónio; MATOS, Madalena Cunha; & CABRAL, Bartolomeu Costa (2005). Bartolomeu Costa Cabral: Universidade da Beira Interior, Covilhã 1974-2004 - a universidade e a cidade. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

SILVANO, Filomena (Julho-Setembro de 2009). Porque riram as pessoas? - Cultura material e diferenciação social. *Jornal Arquitectos* (236), pp. 12-15.

TOSTÕES, Ana (1997). Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50. Porto: Universidade de Arquitectura da universidade do Porto.

TOSTÕES, Ana (Agosto de 1998). Portugal: Arquitectura do século XX. *Jornal Arquitectos* (185), pp. 12-21.

VELOSO, José (23 de Maio de 2013). Memórias do SAAL. (I. Nascimento, Entrevistador)

VELOSO, José (Maio-Junho de 1976). SAAL Algarve, opération Meia praia, Lagos. *L'architecture d'Aujourd'hui* (185), pp. 76-77.

VIEIRA, Álvaro Siza (Junho de 1991). Complexo Residencial da Bouça no Porto. *Jornal Arquitectos* (100), pp. 31-33.

VIEIRA, Álvaro Siza (Janeiro de 2007). Conjunto habitacional da Bouça, Porto (2004-2006). *Arquitectura Ibérica* (18), pp. 74-95.

VIEIRA, Álvaro Siza (Julho-Setembro de 2008). SAAL, conjunto habitacional da Bouça, Porto. *Jornal Arquitectos* (232), pp. 86-93.

## **8.1. SÍTIOS (SITES)**

Awan, N. (201?). John Turner. Obtido em 9 de Junho de 2014, de Spatial Agency:

<http://www.spatialagency.net/database/john.turner>



DGARQ. (2008). Convento de Santa Catarina de Ribamar. Obtido em 1 de Julho de 2014, de Arquivo Nacional Torre do Tombo:

<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4379882>

FIGUEIREDO, Pedro (14 de Outubro de 2010) Da Ilha ao Plano de Melhoramentos, depois até ao SAAL, ao CRUARB e agora a SRU. Obtido em 29 de Julho de 2014 de Plano de Melhoramentos:

<http://porto2.taf.net/dp/20101214-dailha.pdf>

Polítipédia. (2012). MDP – Movimento Democrático Português (1969). Obtido em 23 de 2 de 2014, de POLITIPÉDIA - Repertório Português de Ciência Política:

<http://www.politipedia.pt/mdpcde-movimento-democratico-portugues-1969/>

Porto Editora. (2003). infopédia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Obtido em 13 de Outubro de 2013, de Junta de Salvação Nacional:

[http://www.infopedia.pt/\\$junta-de-salvacao-nacional](http://www.infopedia.pt/$junta-de-salvacao-nacional)

SAMPAIO, Gilson (24 de Fevereiro de 2012). Gilson Sampaio. Obtido em 30 de Setembro de 2013, de Il Manifesto: Jornalismo contra as leis de mercado:

<http://gilsonsampaio.blogspot.pt/2012/02/il-manifesto-jornalismo-contra-as-leis.html>

Universidade de Coimbra. (2012). Centro de Documentação 25 de Abril. Obtido em 1 de Outubro de 2013, de Criação do COPCON:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/COPCON>

VALE, Francisco do (15 de 1 de 2009). BAIRRO DA BOUÇA - COOPERATIVA ÁGUAS FÉRREA. ARQ. ÁLVARO SIZA VIEIRA "PAZ, PÃO, HABITAÇÃO". Obtido em 28 de Maio de 2014, de Arkitectos:

<http://arkitectos.blogspot.pt/2009/01/bairro-da-boua-cooperativa-guas-frreas.html>